ELIZETE CARDOSO

**POLÍTICA EDUCACIONAL QUE ATENDE O MERCADO: O
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA EM
MOGEIRO/PB DE 1997 A 2002**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CURSO DE MESTRADO
CAMPO GRANDE - MS
2004**

ELIZETE CARDOSO

**POLÍTICA EDUCACIONAL QUE ATENDE O MERCADO: O
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA EM
MOGEIRO/PB DE 1997 A 2002**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação da Professora Dra. Elcia Esnarriaga de Arruda.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CURSO DE MESTRADO
CAMPO GRANDE - MS
2004**

BANCA JULGADORA:

Prof^a. Dr^a. Élcia Esnarriaga de Arruda

Prof^a. Dr^a. Regina Tereza Cestari de Oliveira

Prof. Dr. José Luiz Sanfelice

AGRADECIMENTOS

Em especial, à minha orientadora Professora Dr^a. Elcia Esnarriaga de Arruda que com muita competência me fez ver nova luz, conduzindo com sabedoria os passos da minha trajetória no Mestrado e as condições necessárias ao meu avanço acadêmico.

À Professora Dr^a. Regina Tereza Cestari de Oliveira que sempre incentivou a importância do aprofundamento teórico do estudo e da pesquisa.

Ao Professor Dr. José Luiz Sanfelice por ter aceitado participar da minha banca e pela importante contribuição no Exame de Qualificação.

Ao Professor Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório e Professora Dr^a. Alda Maria do Nascimento Osório pelo apoio e incentivo dados quando da minha intenção em cursar o Mestrado.

Aos caríssimos professores do Programa de Mestrado em Educação Dr^a. Alexandra Ayach Anache, Dr^a. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, Dr^a. Ester Senna, Dr. David Victor-Emmanuel Tauro e Dr. Luís Carlos Pais pela efetiva contribuição no entendimento do objeto de pesquisa e do meu amadurecimento intelectual.

À importante contribuição das colegas da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Mestrado Jacqueline e Tatiana.

Aos meus amigos da Escola Estadual Adê Marques, na pessoa da professora Maria Leny Antunes Klais, expresso o meu profundo agradecimento pelo reconhecimento e entendimento de que é preciso continuar estudando sempre.

Aos amigos da Faculdade Magsul, na pessoa da Professora Dr^a. Maria de Fátima Viegas Josgrilbert, que sempre incentivaram e apoiaram a minha caminhada no Mestrado.

Aos colegas do município de Mogeiro, PB, na pessoa da Prefeita Maria Margarida Jardim, que não mediram esforços na contribuição desta pesquisa fornecendo os dados necessários, além do carinho e acolhida no município.

Aos inesquecíveis colegas da turma de Mestrado pela importante troca de experiências, pela riqueza das confabulações.

Às colegas Maria Alice, Edileuza e Kelly pela cumplicidade nos estudos, nas horas em que distante dos familiares compartilhamos a saudade, mas a certeza de que valia a pena continuar.

*Aos meus pais Balbino Cardoso e Helga R. Cardoso pelo exemplo de vida
e por possibilitarem o alicerce para chegar aonde cheguei.*

*Ao Mário Heitor Delgado pelo companheirismo, apoio, cumplicidade,
sabendo compreender a importância dos meus estudos,
compartilhando sempre os momentos mais difíceis.*

*Aos meus filhos Rômulo e Thiago pela paciência, compreensão e carinho,
mesmo nas horas ausentes.*

Aos meus irmãos Fábio e Magda.

A vocês todo o amor que tenho e sempre terei.

Toda sociedade é um momento no processo histórico, e só pode ser apreendida como parte daquele processo. O capitalismo, que é uma forma social, quando existe no tempo, no espaço, na população e na história, tece uma teia de milhões de fios; as condições de sua existência constituem uma complexa rede cujos fios pressupõe muitos outros. É devido a esta tangível existência, esta forma concreta produzida pela história, nenhuma parte da qual pode ser substituída por suposições artificiais sem violentar seu verdadeiro modo de existência - é precisamente devido a isso que ela nos parece natural, inevitável e eterna. (BRAVERMAN, H. 1981, p. 29-30).

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo geral analisar a implementação do Programa Alfabetização como política educacional que atende as necessidades do mercado. Os objetivos específicos visaram: 1 - relatar a constituição do Programa Comunidade Solidária e Alfabetização Solidária no período de 1997 a 2002; 2 - analisar a implementação do PAS no município de Mogeiro/PB, verificando os impactos na vida dos egressos e no comércio de bens e serviços; 3 - analisar as produções acadêmicas e relatórios de avaliação do PAS. O que se pretendeu investigar foi a produção do programa como resposta às necessidades de uma sociedade produtora de mercadorias. Faz-se um relato do programa, explicando o seu desenvolvimento em âmbito nacional e uma análise da sua implementação em Mogeiro/PB. As informações sobre o seu desenvolvimento foram pesquisadas na documentação oficial. Para análise da implementação em Mogeiro, além dos documentos oficiais, utilizou-se de uma pesquisa realizada com os usuários cadastrados do programa. A análise dos dados permitiu constatar que houve uma acelerada expansão do Programa Alfabetização Solidária, provocando paralelamente à sua implementação uma forte mobilização no setor de comércio de bens e serviços. Os resultados da pesquisa corroboraram a nossa tese de que programas dessa natureza atendem a lógica do mercado.

Palavras-chave: Alfabetização Solidária; Comunidade Solidária; Comércio de bens e serviços.

ABSTRACT

The following research had a general to analyze the implementation of Solidarity Literacy program, as educational policy that to attend the necessity of the market. The specific aims had in view: 1 - To relate the constitution of Solidarity community Program and Solidarity Literacy within 1997 to 2002; 2 - To analyze the implementation of “PAS” in Mogeiro-PB, checking the impacts on lives, and goods and services market; 3 - To analyze the academic production and evaluation reports of PAS. What was intended to investigate was the program production, as a reply to the goods producing society. A program report is done, explaining its national development, and an implementation analysis in Mogeiro-PB. Besides the official papers, it has been used a research with registered users, to analyze this mentioned implementation above. Checking all the data, it was concluded that a Solidarity Program has spread in an accelerated way, causing a great moving on goods and services market. The results of the research had claimed our thesis that such programs can grant market logic.

Key-words: Solidarity Literacy; Solidarity Community; Goods and services market.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Instrumento de coleta de dados: egressos do PAS, dados pessoais e situação familiar.	150
ANEXO 2 - Instrumento de coleta de dados: custos do PAS, entrevista aplicada com a Secretária Municipal de Educação de Mogeiro/PB – 2002	154
ANEXO 3 - Instrumento de coleta de dados : entrevista com alfabetizadores do módulo XII/2002 - PAS, município de Mogeiro/PB	157
ANEXO 4 - Instrumento de coleta de dados: caracterização do município de Mogeiro/PB – 2002	159
ANEXO 5 - Instrumento de coleta de dados: entrevista com proprietários dos mercados da cidade	161
ANEXO 6 - Demonstrativo dos Estados, municípios parceiros do PAS, sigla do partido do prefeito eleito no período de 2000/2004 e total geral dos partidos políticos.....	166
ANEXO 7 - Demonstrativo das IES parceiras por categoria (universidades, institutos, fundações, centros, associações e unidades) coordenador responsável e municípios atendidos.....	159

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Demonstrativo dos recursos aplicados nos Programas da Agenda Básica do Programa Comunidade Solidária no período de 1996 a 1997	32
TABELA 2 - Demonstrativo do número de alunos atendidos, alfabetizadores capacitados, municípios atendidos, instituições, governos parceiros, em âmbito nacional no período de 1997-2002	60
TABELA 3 - Demonstrativo da atuação internacional do PAS no período de 2001/2002: Países parceiros, IES brasileiras parceiras e número de alunos atendidos	61
TABELA 4 - Demonstrativo da Condição do Produtor, número de Estabelecimentos e Área (ha) - Município de Mogeiro/PB.....	64
TABELA 5 - Demonstrativo sobre ramo de atividades na Indústria número de estabelecimentos e número de pessoas ocupadas - Município de Mogeiro/PB - 2002.....	65
TABELA 6 - Demonstrativo dos dados sobre ramo de atividades no Comércio número de estabelecimentos e número de pessoas ocupadas - Município de Mogeiro/PB – 2002	65
TABELA 7 - Demonstrativo dos dados sobre ramo de atividades no setor de Serviços, número de estabelecimentos, número de pessoas ocupadas - Mogeiro/PB – 2002	65
TABELA 8 - Demonstrativo do número de pessoas ocupadas nos setores da indústria, comércio, serviços em geral, educação e servidores municipais.....	66
TABELA 9 - Demonstrativo da matrícula nas três redes: Estadual, Municipal e Particular no Município de Mogeiro/PB.....	66
TABELA 10 - Demonstrativo da população alfabetizada e não alfabetizada do Município de Mogeiro/PB.....	67
TABELA 11 - Demonstrativo dos órgãos públicos, conselhos, programas projetos e ações existentes no município de Mogeiro/PB, na área da Educação - 2002.....	67
TABELA 12 - Demonstrativo do número de prefeitos e partidos nos municípios brasileiros contemplados com o Programa Alfabetização Solidária - eleição (2000/2004).....	70
TABELA 13 - Demonstrativo da expansão do PAS no município de Mogeiro: IES executora (Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã), Empresa Financiadora (BNDES), número de alunos atendidos, nº de alfabetizadores capacitados, total de matriculados e total de concluintes no período de 1998-2002.....	71

TABELA 14 - Universo da pesquisa de campo realizada com egressos do PAS no Município de Mogeiro/PB - 2002.....	73
TABELA 15 - Número e percentual de egressos do PAS por faixa etária - Município de Mogeiro/PB – 2002	73
TABELA 16 - Número de filhos dos egressos do PAS - Município de Mogeiro/PB - 2002...	74
TABELA 17 - Dados sobre o estado civil dos egressos do PAS - Município de Mogeiro/PB - 2002.....	74
TABELA 18 - Dados sobre os tipos de ocupação (quantidade e percentual) dos egressos do PAS - Município de Mogeiro/PB.....	75
TABELA 19 - Condição dos egressos (proprietário, empregado, arrendatário, trabalho familiar, outros) antes de cursar o PAS - Mogeiro/PB - 2002.....	76
TABELA 20 - Dados sobre as mudanças na relação de trabalho dos egressos após cursar o PAS - Mogeiro/PB - 2002.....	76
TABELA 21 - Dados sobre a remuneração dos egressos antes de cursar o PAS - Mogeiro/PB - 2002.....	76
TABELA 22 - Renda familiar dos egressos do PAS - Mogeiro/PB - 2002	77
TABELA 23 - Dados sobre as mudanças ocorridas na vida dos egressos após cursar o PAS - Mogeiro/PB - 2002.....	78
TABELA 24 - Número de famílias que recebem benefício social em Mogeiro/PB - 2002.....	79
TABELA 25 - Demonstrativo dos custos do PAS em Mogeiro, referente à merenda, transporte e de expediente, por módulo (06 meses) – dezembro/2002. (valores em reais).....	80
TABELA 26 - Demonstrativo dos custos do PAS em Mogeiro, por módulo (06 meses), patrocinado pela empresa: passagem aérea do professor da IES, bolsa dos professores da IES, bolsa dos alfabetizadores, transporte aéreo dos alfabetizadores, hospedagem dos alfabetizadores, alimentação dos alfabetizadores e transporte terrestre dos alfabetizadores - 2002 - (valores em reais).....	81
TABELA 27 - Dados do PAS sobre merenda para alfabetizandos, livros para alfabetizandos, livros para alfabetizadores e bolsa dos alfabetizadores - Projeção do quantitativo e custos disponibilizados em âmbito nacional, referentes à operacionalização de um módulo (6 meses) - dezembro/2002.....	85
TABELA 28 - Demonstrativo das empresas, instituições e organizações parceiras do PAS, quantitativo de municípios financiados pela empresa e a categoria da empresa, pública ou privada - Ano 1998.....	117
TABELA 29 - Demonstrativo do quantitativo de IES parceiras do PAS por categoria e número de municípios atendidos - ano 2002.....	126

LISTA DE SIGLAS

AAPAS - Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária
ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ABDL - Associação Brasileira para o Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
DF - Distrito Federal
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FECLPP - Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IES - Instituição de Ensino Superior
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Km - quilômetro
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MONALI - Movimento de Alfabetização
MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MS - Mato Grosso do Sul
ONGs - Organizações não-governamentais
OSCs - Organizações Sociais Comunitárias
PACS - Programa de Agente Comunitário de Saúde

PAS - Programa Alfabetização Solidária
PASS - Programa de Ação Social em Saneamento
PB - Paraíba
PCS - Programa Comunidade Solidária
PCS - Proposta da Comunidade Solidária
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB - Produto Interno Bruto
PLANFOR - Programa Nacional de Formação Profissional
PMDE - Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
PNAC - Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNTE - Programa Nacional de Transporte Escolar
PRODEA - Programa de Distribuição de Alimentos
PROEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROGER - Programa de Geração e Ocupação de Renda
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF - Programa de Saúde na Família
PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SEF - Secretaria do Ensino Fundamental
SESI - Serviço Social da Indústria
SETURB - Secretaria de Política Urbana
SUS - Sistema Único de Saúde
UCPel - Universidade Católica de Pelotas
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP - Universidade de Campinas
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFOR - Universidade de Fortaleza
UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba
UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros
UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro
UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba
USP - Universidade de São Paulo
VARIG - Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – A CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA E ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA EM ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL	23
1.1 O Programa Comunidade Solidária – PCS	23
1.2 Parcerias do PCS	26
1.3 Programas da Agenda Básica	30
1.4 Recursos Aplicados na Agenda Básica	31
1.5 Programas Considerados Inovadores	33
1.6 Trajetória do Programa Alfabetização Solidária em Âmbito Nacional e Atuação Internacional – 1997 à 2002	35
<i>1.6.1 Parcerias e financiamento na execução do PAS</i>	<i>36</i>
<i>1.6.2 Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária</i>	<i>39</i>
<i>1.6.3 Operacionalização do PAS</i>	<i>41</i>
1.7 PAS: atuação internacional	54
1.8 Expansão do PAS	59
<i>1.8.1 Âmbito nacional</i>	<i>59</i>
<i>1.8.2 Âmbito internacional</i>	<i>60</i>
CAPÍTULO II – PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA EM MOGEIRO/PB – 1998 À 2002	63
2.1 Caracterização do Município de Mogeiro/PB	63
2.2 Descrição do Programa Alfabetização Solidária no Município de Mogeiro/PB 1998/2002	68
2.3 Expansão do PAS em Mogeiro	71

2.4 Caracterização dos Egressos	73
2.5 Impactos do PAS na Geração de Emprego e Renda – Egressos	75
2.6 Custos do PAS em Mogeiro	80
2.7 Dados dos alfabetizadores do PAS em Mogeiro	82
2.8 Impactos do PAS no Comércio de Bens e Serviços	83
2.9 Dimensionando o Mercado Produzido pelo PAS a partir dos dados de Mogeiro	84
CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS E DOS	
RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DO PAS	88
3.1 Análise do PAS Enquanto Objeto de Pesquisa nas Produções Acadêmicas	88
3.2 Análise dos Relatórios de Avaliação do PAS elaborado pelos implementadores do Programa	97
3.2.1 <i>Análise dos relatórios sobre os dados de evasão, causas da evasão e aproveitamento</i>	98
3.2.2 <i>Análise dos relatórios de avaliação sobre os impactos do PAS nos municípios atendidos</i>	100
CAPÍTULO IV - PAS: POLÍTICA EDUCACIONAL QUE ATENDE O	
MERCADO	105
4.1 Objetivos, Financiamento e Parcerias, Papel do Estado	113
4.2 O PAS: Política educacional que atende o mercado.	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	136
ANEXOS.....	144

INTRODUÇÃO

No quadro das políticas sociais públicas do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado, no ano de 1995, o Programa Comunidade Solidária (PCS)¹, com a finalidade de “erradicar a pobreza e a exclusão social” no Brasil. As ações do PCS gravitam em várias áreas, a saber: alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos, promoção social e educação.

Na área da educação, foi criado pelo Conselho do PCS, no ano de 1997, o Programa Alfabetização Solidária (PAS) com o objetivo de “combater o analfabetismo no país”. O PAS foi concebido como um dos “programas inovadores” criados pelo conselho, juntamente com o Capacitação Solidária e Universidade Solidária, ambos na área da educação.

Observa-se que o PAS não foi implantado no âmbito do Ministério da Educação (MEC), órgão responsável pela educação. Ao MEC coube apenas o papel de parceiro, com a atribuição de financiar material didático e bibliotecas.

Este trabalho tem como objeto de estudo o Programa Alfabetização Solidária. O objetivo geral é analisar a implementação do programa como política educacional que atende as necessidades do mercado.

Com a finalidade de aproximação do objeto de pesquisa, foram determinados como objetivos específicos:

- 1 - Relatar a constituição do Programa Comunidade Solidária e Alfabetização Solidária.
- 2 - Analisar a implementação do Programa Alfabetização Solidária no município de Mogeiro/PB, verificando os impactos na vida dos egressos, na geração de emprego, se houve incorporação no mercado de trabalho e os respectivos tipos de ocupação antes de cursar o programa e após cursá-lo.
- 3 - Levantar os custos do PAS no município de Mogeiro, os dados do perfil dos alfabetizadores e análise dos impactos do PAS no comércio de bens e serviços.
- 4 - Analisar as produções acadêmicas e relatórios de avaliação do PAS.

O período de estudo da pesquisa compreende dois momentos:

¹ Segundo seus implementadores o “Comunidade Solidária significa um novo modelo de atuação social baseado no princípio da parceria, somando esforços dentro de um espírito de solidariedade, governo e sociedade são capazes de gerar os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater com eficiência a pobreza e a exclusão social”. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso: dez. 2002.

Período de implementação do Programa Alfabetização Solidária em âmbito nacional, que vai de 1997 a 2002; e período de implementação do Programa Alfabetização Solidária no município de Mogeiro/PB, de 1998 a 2002.

Delimitou-se para este estudo o período de 1997 a 2002, em razão de o PAS ter sido concebido como uma política de educação de jovens e adultos no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Logo, o período corresponde a essa gestão.

Os dados analisados neste estudo revelaram a significativa expansão que o PAS desencadeou desde a sua implantação no ano de 1997, atendendo até o segundo semestre de 2002 a 3.242.809 alunos, 135.597 alfabetizadores capacitados, 2.010 municípios, 204 Instituições de Ensino Superior parceiras e 101 empresas e governos parceiros².

Os números apresentados mostram a expansão do programa e indicam o declínio do analfabetismo, de acordo com dados do IBGE³. Entre 1991 e 2000, o número de brasileiros que não sabia ler caiu de 22,3 milhões de pessoas para 17,6 milhões, representando um percentual de 6,9%. No ano de 1991, a população brasileira representava um quantitativo de 146.825.475 habitantes, com uma taxa de analfabetismo de 19,7% na faixa de 10 anos ou mais. No ano de 2000, a população brasileira era de 169.799.170 de habitantes, com uma taxa de analfabetismo de 12,8%, entre a população de 10 anos ou mais de idade.

Como pode ser observado, os resultados gerais do IBGE comprovam uma queda nos índices de analfabetismo do País, e esses dados, conforme foi anunciado pelo PAS no documento Avaliando nº 2 (2002, p. 16-17), “[...] pesquisadores do IBGE afirmam que esta melhoria nos índices de analfabetismo especialmente na faixa da população com idade acima de 15 anos, reflete, em parte, os esforços do Programa Alfabetização Solidária”.

Porém, não é este o objeto de análise deste estudo. Outras questões permeiam o presente trabalho. O que explica a força avassaladora da expansão do programa? O que explica a grande mobilização de parcerias e organismos que o PAS congrega? Qual o sentido de um programa presente e em expansão numa sociedade regulada pelo modo de produção capitalista?

São essas as indagações que constituem a finalidade desta pesquisa, cujo objetivo central permitiu investigar as dúvidas levantadas, buscando captar na trajetória do PAS os elementos que expliquem as suas funções e singularidades.

Os dados da pesquisa possibilitaram verificar um alargamento e variedade de serviços que são gerados em decorrência da operacionalização do PAS. Esses serviços aparecem de forma direta e indireta, provocando uma oferta de trabalho sem constituir

² Dados coletados na Revista do Programa Alfabetização Solidária: trajetória de 06 anos, 2002. 50 p.

vínculo de emprego. Essa variedade de serviços satisfazem as necessidades de operacionalização do programa no período de cada módulo⁴, e a cada novo módulo esses serviços são novamente requisitados, conforme modelo multiplicador do programa.

Com essa acelerada expansão, há uma multiplicação também nos custos do programa, uma vez que a clientela a ser beneficiada é cada vez maior. A exemplo do número de alunos atendidos, correspondem determinados custos⁵ que, por sua vez, movimentam outros setores de serviços que são solicitados para sua efetivação.

Importa analisar no presente estudo a forma de constituição do PAS. É ponto importante verificar as relações que são produzidas pelo programa no comércio de bens e serviços e até que ponto essas relações são necessárias ao desenvolvimento do capitalismo. Conforme Marx, (1984, p. 199):

[...] a produção capitalista cria uma população trabalhadora excedente. A população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação [...], torna-se por sua vez, até uma condição de existência do modo de produção capitalista.

A análise deste estudo, parte do princípio de que toda pesquisa que pretenda compreender a produção de programas na área educacional deve considerar suas determinações históricas. Isso implica assumir, como afirma Sanfelice (1999, p. 159), que “[...] a categoria mercado com certeza é central no modelo econômico neoliberal, porque ela seria como que o eixo em relação às demais categorias e, conseqüentemente, na prática, seria em torno do mercado que se organizaria a sociedade”.

Com esse pressuposto, afirmamos a nossa tese de que o modelo econômico tem como motor a mobilização e expansão do mercado, com a finalidade de gerar cada vez mais lucros. É essa a lógica que o capitalismo assume, em que a geração do lucro é a medida necessária para sua sustentação.

O presente trabalho compreendeu o levantamento dos estudos feitos na área da educação de jovens e adultos (EJA), entendendo essa postura como imprescindível para a relevância científica do estudo que se quer empreender.

Segundo pesquisa realizada por Haddad (2000, p. 13), no período compreendido entre 1986 a 1998, não houve produção na área de EJA que abordasse a questão do seu

³ Censo Demográfico do IBGE – 1991/2000.

⁴ Um módulo representa um curso completo de alfabetização no período de seis meses. O PAS, no período de 1997 a 2002, operacionalizou 12 módulos.

⁵ Sobre os custos do PAS, dados mais detalhados constam no Capítulo II deste estudo.

financiamento e custos. A análise revelou um vasto campo ainda a ser pesquisado também na área das Políticas Públicas em EJA.

Observa-se que, das produções analisadas para realização deste estudo, os temas abordam com mais predominância os aspectos da formação do alfabetizador do PAS e do processo de alfabetização dos alunos, ressaltando-se duas produções⁶ que tratam da política pública em alfabetizar jovens e adultos.

Cumprido ressaltar que das produções analisadas não se encontrou pesquisa sobre o tema em estudo.

Dessa forma, entende-se que a presente pesquisa poderá representar um convite ao debate sobre a temática, significando uma pequena, mas importante contribuição no campo das pesquisas sobre produção de programas educacionais.

O campo empírico desta pesquisa foi o município de Mogi, situado no Estado da Paraíba. A Instituição de Ensino Superior (IES)⁷, executora do Programa, foi a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Ponta Porã⁸, na cidade de Ponta Porã - Estado de Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai.

Como professora da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Ponta Porã, assumimos a coordenação do PAS em Mogi desde sua implantação. A Faculdade possibilitou acesso aos documentos oficiais, relatórios de visita, coleta de dados, o qual permitiu a análise dos dados levantados na pesquisa, razão por que elegemos Mogi como campo empírico da pesquisa.

Na mesma época (1998) em que a Faculdade de Educação de Ponta Porã assinou termo de adesão de parceria com o PAS, outras IES do país também aderiram ao programa, tendo sido esse procedimento amplamente divulgado no meio acadêmico. O conteúdo do termo de adesão não expressava claramente os compromissos a serem assumidos pelas IES, o que estava prescrito era a responsabilidade na avaliação e acompanhamento pedagógico nos municípios atendidos. Em relação aos custos para operacionalização dos módulos do PAS, não havia nenhuma contrapartida por parte das IES.

Considerando que nos documentos analisados não há referência quanto aos motivos que levaram as IES a aderirem a parceria com o PAS, poder-se-ia supor que dentre as razões que as levaram a participar do programa estão as seguintes: possibilidade de bom

⁶ DI PIERRO (2000) E MACHADO (2001).

⁷ Instituição de Ensino Superior (IES) é o termo utilizado pelo PAS para designar de maneira generalizada todas as Faculdades, Centros de Ensino Superior, Institutos de Educação Superior, Associações de Educação Superior, Fundações e Unidades de Educação Superior e também as Universidades que fazem parceria com o PAS. Optamos neste estudo por utilizar o termo Instituição de Educação Superior (IES), cuja expressão está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB), nº 9394/96, art. 47,49,50 e 51.

⁸ A Faculdade de Educação de Ponta Porã foi a IES executora do PAS em Mogi desde 1998.

relacionamento no meio dos órgãos centrais da educação; possibilidade de *status* social por participar de programas de extensão em diversas localidades do país; o próprio modelo do PAS que oferece flexibilidade para participação e operacionalização, uma vez que não há exigência quanto aos procedimentos metodológicos de alfabetização e nem mesmo existia o critério de que as IES participantes fossem instituições que trabalhassem com a formação de professores (Curso de Pedagogia, Letras, entre outros), ou seja, qualquer Curso Superior poderia firmar parceria com o programa, independentemente do tipo de habilitação em que a instituição estivesse atuando.

A nosso ver, essas, poderiam ser as razões da participação das IES com o PAS, sendo relevante o número de instituições parceiras.

No Capítulo I deste estudo, foi descrito com mais detalhe a parceria das IES com o PAS.

O procedimento metodológico do presente estudo compreendeu a revisão de literatura sobre o tema, em que foram analisadas sete Dissertações de Mestrado e duas Teses de Doutorado. O enfoque da análise foi o objeto de estudo dos autores, assunto exposto no Capítulo III. Outra fonte de pesquisa foi a análise documental dos documentos oficiais do programa⁹, revistas bimestrais, manuais informativos, Relatórios de Visita e Instrumentos de Coleta de Dados da IES executora do PAS no município de Mogeiro, PB.

Considerando o objeto de estudo, buscou-se analisar os documentos e as informações sobre a constituição do programa, seus objetivos, sua estrutura e organização. Analisou-se também a avaliação do PAS empreendida por seus implementadores, os dados sobre os custos do programa: material didático, transporte, alimentação e hospedagem. Os dados sobre os recursos disponibilizados para operacionalização do programa.

Constou também do procedimento metodológico a pesquisa de campo realizada no município de Mogeiro/PB, envolvendo os participantes do programa: egressos, alfabetizadores, Prefeita, Secretária Municipal de Educação, coordenadora municipal, alfabetizador-monitor e as pessoas que indiretamente estiveram relacionadas com o programa, tais como: merendeiras, motoristas, proprietários dos mercados da cidade, funcionários da prefeitura e funcionários dos demais órgãos públicos de Mogeiro.

A pesquisa compreendeu a realização de entrevistas, aplicação de questionários, levantamento de dados nos arquivos municipais (Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Administração).

⁹ Os documentos oficiais do programa compreendem os Relatórios de avaliação Final dos módulos.

As entrevistas foram do tipo semi-estruturadas, realizadas com um roteiro previamente elaborado, sendo aplicado aos egressos do programa. O universo dos egressos atingiu um total de 3.025, atendidos pelo PAS. O critério utilizado¹⁰ foi a amostra aleatória ponderada, resultando na entrevista com o quantitativo de 341 em 24 sítios.

Os objetivos da pesquisa com egressos foi identificar os impactos do programa na geração de emprego, e verificar a incorporação desses egressos no mercado de trabalho com os respectivos tipos de ocupação antes e após a participação no programa. Foram entrevistadas 144 pessoas do sexo masculino e 197 do sexo feminino, numa amostra de 341 egressos.

O levantamento de informações sobre os custos do PAS em Mogeiro foi feito por meio de entrevista semi-estruturada e questionário aplicado com a Secretária Municipal de Educação e gravação da entrevista em fita cassete.

Os dados dos custos do PAS em Mogeiro foram relativos aos recursos da merenda, transporte, hospedagem e alimentação do professor da Faculdade na ocasião das visitas de acompanhamento e avaliação do programa, da infra-estrutura (material didático e de expediente).

Foram analisados também documentos da Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Administração, documentos do PAS e Relatórios de Visita da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Ponta Porã.

A coleta de dados com alfabetizadores do PAS em Mogeiro foi realizada com um grupo de 19 alfabetizadores que atuaram no módulo XII, referente ao segundo semestre de 2002. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada, gravada em fita cassete. Deste levantamento constaram: idade dos alfabetizadores, emprego anterior ao PAS, forma de aplicação da bolsa do PAS, mudanças que o PAS operou em suas vidas, dados relatados no Capítulo II deste estudo.

Para a coleta de dados sobre os impactos do PAS no comércio de bens e serviços, realizou-se pesquisa em três mercados da cidade, por meio de entrevista, semi-estruturada, feita com os proprietários dos estabelecimentos. Levantaram-se dados sobre as vendas no comércio antes e após o PAS, se as vendas foram intensificadas ou não, quem são os compradores, que tipo de produtos eles compram, se houve mobilização nas vendas com a implantação do programa no município.

¹⁰ O critério da pesquisa teve como base o procedimento de amostragem aleatória estratificada proporcional, em que cada um dos sítios era considerado um extrato. Para determinação do tamanho da amostra foi considerado um nível de 95% de confiança e margem de erro de 5 pontos percentuais nas estimativas de proporções. A bibliografia utilizada foi: COHRAN, W. G. **Técnicas de Amostragem**. Brasil/Portugal: Editora Fundo de

A organização do trabalho compreende a disposição dos assuntos em três capítulos, conforme se relata a seguir.

O primeiro capítulo trata da constituição do Programa Comunidade Solidária e Alfabetização Solidária. As partes que compõem essa temática referem-se a: 1 - relato do Programa Comunidade Solidária, que compreende as parcerias do PCS, programas da Agenda Básica, recursos aplicados nos programas da agenda básica nos anos de 1995 a 1997, 2 - trajetória do Programa Alfabetização Solidária em âmbito nacional e atuação internacional, que compreende as parcerias e financiamento na execução do programa, a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), operacionalização do PAS, atuação internacional, expansão do programa em âmbito nacional e internacional.

O segundo capítulo aborda a implementação do PAS em Mogeiro no período de 1998 a 2002. As partes que constituem esse capítulo são: 1 - caracterização do município de Mogeiro; 2 - relato do Programa Alfabetização Solidária no Município de Mogeiro e 3 - apresentação dos resultados da pesquisa com egressos do PAS.

O terceiro capítulo faz a análise das produções acadêmicas e dos relatórios de avaliação do PAS. Esse capítulo ficou assim distribuído: 1 - análise do PAS enquanto objeto de pesquisa nas produções acadêmicas; 2 - análise dos relatórios de avaliação do PAS.

O quarto capítulo apresenta a discussão dos dados apresentados no estudo, a análise dos objetivos do programa, financiamento e parcerias, papel do Estado e função do PAS como política educacional que atende as necessidades do mercado.

Nas considerações finais apresentamos a discussão e a argumentação evidenciando pelo estudo realizado que o PAS atende a lógica do mercado.

CAPÍTULO I

A CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA E ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA

O objetivo deste capítulo é descrever a constituição do Programa Comunidade Solidária (PCS)¹¹ e o Programa Alfabetização Solidária (PAS) em âmbito nacional e internacional.

Na primeira parte do capítulo faz-se uma análise da criação do Programa Comunidade Solidária. Na segunda, realiza-se uma abordagem do PAS, sua organização, estrutura e desenvolvimento em âmbito nacional e sua atuação nos Projetos Internacionais¹².

1.1 O Programa Comunidade Solidária (PCS)

O Programa Comunidade Solidária foi criado pelo Decreto Presidencial nº 1.366, de 12/01/95, no início da primeira gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O artigo 1º do Decreto estabelece que o PCS: “[...] tem por objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza”. Suas ações gravitam em várias áreas: alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos, promoção social e educação.

Na época de sua criação, o PCS era submetido à Casa Civil da Presidência da República e contava com um Conselho Consultivo formado por 21 representantes da sociedade e 10 Ministros de Estado nomeados pelo Presidente para mandato de dois anos. Era presidido pela primeira-dama, Dr^a Ruth Correa Leite Cardoso, e gerido por uma Secretaria Executiva, vinculada à Casa Civil da Presidência da República.

Os Ministros de Estado que compunham o Conselho, conforme Art. 2º do Decreto, eram: Chefe da Casa Civil da Presidência da República; dos Ministérios da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; da Educação e do Desporto; Extraordinário dos Esportes; da Fazenda; da Justiça; do Planejamento e Orçamento; da Previdência e Assistência

¹¹ Apesar de o Programa Alfabetização Solidária ser um dos programas que compõem o Programa Comunidade Solidária, os dois recebem a denominação de programa, não havendo distinção de terminologia nos documentos analisados.

¹² A atuação internacional do PAS abrange: Guatemala, Cabo Verde, Timor Leste, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Social; da Saúde e do Trabalho. Ainda, conforme o Decreto, “[...] os trabalhos do Conselho serão considerados relevantes e o exercício da função de Conselheiro não será remunerado”.

As funções do Conselho (art. 3º do Decreto) eram: I - Propor e opinar sobre ações prioritárias na área social; II - incentivar, na sociedade, o desenvolvimento de organizações que realizassem, em parceria com o governo, o combate à pobreza e à fome; III - incentivar a parceria e a integração entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando à complementaridade das ações desenvolvidas; IV - promover campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à pobreza e à fome, visando à integração de esforços do governo e da sociedade; V - estimular e apoiar a criação de conselhos estaduais e municipais de combate à fome e à pobreza e VI - elaborar seu regimento interno.

A Secretaria-Executiva do Programa, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, era responsável pela coordenação no âmbito da Administração Pública Federal. O Secretário Executivo do PCS era indicado pelo Presidente da República e tinha as seguintes competências: 1 - participar das audiências concedidas pelo Presidente da República ao Presidente do Conselho; 2 - encaminhar as recomendações do Conselho aos Ministros de Estado; 3 - articular com os ministérios responsáveis pela execução das ações as estratégias para a implementação das recomendações do Conselho; 4 - articular a ação dos Ministérios responsáveis pela gestão dos programas setoriais de combate à fome e à pobreza; 5 - coordenar as ações de governo da alçada do Programa Comunidade Solidária e 6 - secretariar o Conselho do Programa.

Consta no artigo 7º que em cada um dos Ministérios representados no Conselho foi criado por portaria ministerial o Grupo Executivo Setorial, sob supervisão direta do respectivo Ministro de Estado. Esses Grupos Executivos Setoriais tinham as seguintes atribuições: 1 - supervisionar as atividades do Programa Comunidade Solidária em sua área de atuação; 2 - propor a assinatura de convênios para a execução descentralizada dessas atividades; 3 - manifestar-se sobre o repasse de recursos públicos para a execução das atividades do Programa no âmbito do Ministério e 4 - atuar em estrito relacionamento e articulação com a Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária.

A proposta do Programa Comunidade Solidária¹³ constituiu-se de um documento que expressa a sua organização, estrutura e o desenvolvimento e, é por meio dele que nos pautamos para a descrição do Programa.

Constam na proposta (BRASIL. PCS, 1997, p. 2) os Programas que compõem a Agenda Básica do PCS, que foram selecionados pelo governo federal, por intermédio da

¹³ Proposta do Comunidade Solidária. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em: dez. 2002.

Secretaria Executiva e que, segundo seus executores, tinham um “maior potencial de impacto no combate à miséria”. Esses Programas foram executados por cinco ministérios (Agricultura, Educação, Saúde, Trabalho e Planejamento) e tinham os seguintes objetivos:

[...] reduzir a mortalidade na infância; melhorar as condições de alimentação dos escolares e das famílias carentes; apoiar o desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental; fortalecer a agricultura familiar; gerar emprego e renda e promover a qualificação profissional e melhorar as condições de habitação e saneamento básico. (BRASIL. PCS, 1997, p. 2-3).

Conforme foi anunciado pela Secretaria-Executiva do Programa:

O Comunidade Solidária significa um novo modelo de atuação social baseado no princípio da parceria. Somando esforços dentro de um espírito de solidariedade, governo e sociedade são capazes de gerar recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater com eficiência a pobreza e a exclusão social. (BRASIL, 2002).

De acordo com a proposta do PCS (BRASIL, 2002), “[...] com base nesse novo modelo de atuação social e sem possuir recurso próprio”, o Programa articula e fomenta as parcerias para ações voltadas ao “alívio da pobreza e exclusão social”.

Os princípios do PCS, expostos na proposta (BRASIL, PCS, 1997, p. 2), são: “[...] parceria, solidariedade e descentralização”. Avalia-se, que “todos, trabalhando juntos, constituindo uma rede de parceiros, possam contribuir para conseguir uma comunidade mais unida e solidária que, paulatinamente, elimine a fome e a pobreza no país. Por esse motivo, o lema do Comunidade Solidária é “Todos por Todos”.

Segundo a proposta, a ação do PCS é concentrada nos municípios mais pobres de cada Estado, e o pressuposto é o de que se as populações desses municípios puderem contar com atenção por parte de todos - Governo Federal, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais e Sociedade - “torna-se possível mudar a realidade local”.

Nessas localidades, conforme estava anunciado na Proposta (BRASIL, PCS, 1997, p. 5), era articulado um conjunto de benefícios, com as seguintes prerrogativas:

Os municípios estão dispensados de apresentarem contrapartidas às transferências federais; estão autorizados a receber recursos da União mesmo quando inadimplentes; recebem prioridades na alocação dos recursos da Agenda Básica e de outras parcerias governamentais e recebem suplementação de recursos para alguns Programas.

Conforme consta na proposta do PCS (BRASIL. 1997, p. 5), os critérios¹⁴ para escolha dos municípios prioritários foi efetuado a partir das informações constantes do “Mapa da Fome II., Indicadores sobre a indigência no Brasil”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - 1993, e do estudo “Municípios Brasileiros: Crianças e suas Condições de Sobrevivência”, realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com base no censo demográfico de 1991 do IBGE. A relação final dos municípios selecionados resultou do cruzamento das informações dos dois documentos mencionados e seguiram os seguintes procedimentos:

1º passo - cada estado do país teve seus municípios ordenados, adotando-se como critério a proporção de famílias indigentes no município. Os municípios incluídos foram selecionados até que fossem cobertos 10% da população indigente em cada unidade da Federação. 2º passo - cada estado do país teve seus municípios novamente ordenados, dessa vez adotando-se como critério o Índice de Condições de Sobrevivência Infantil (ICS). Somou-se o número absoluto de famílias indigentes em cada município, até atingir 10% dos municípios do estado; a diferença reside no critério de ordenamento: o ICS, e não a proporção de indigentes. 3º passo - do cruzamento desses dois procedimentos, resultou a identificação de mais de mil municípios, que constam da publicação ‘Identificação de Áreas de Pobreza do Brasil’ (IBGE, 1995) os quais constituíram o ponto de partida para a implementação da estratégia desenhada pela Comunidade Solidária. (BRASIL. PCS, 1997, p. 5-6).

Cabe ressaltar que o produto considerado mais inovador do PCS (BRASIL. 1997), é a construção da rede de parceiros que segundo seus idealizadores “[...] revelam uma nova forma de conceber e trabalhar a questão social”.

Conforme é verificado na proposta do PCS, com base nessa “nova” relação entre Estado e Sociedade, o Programa desenvolve uma estratégia de ação baseada no sistema de parcerias, realizadas em várias instâncias, as quais passamos a relatar.

1.2 Parcerias do PCS

De acordo com a proposta do Comunidade Solidária (BRASIL. PCS, 1997, p. 7-8) o programa congrega uma rede de parcerias com atribuições e competências específicas, que são:

¹⁴ Foi descrito na Proposta do PCS, (1997, p. 5): Do Mapa da Fome III, foram utilizadas estimativas do número de famílias indigentes (em termos absolutos) relativos ao total de famílias de cada Município. Do documento do UNICEF, foi utilizado o índice de Condições de Sobrevivência (ICS) calculado para todos os municípios do país. Quatro indicadores informaram esse índice: percentual de crianças de 0 a 6 anos em domicílios com chefe homem com renda de até um salário mínimo; percentual de crianças de 0 a 6 anos em domicílios com chefe mulher com menos de 1 ano de estudo; percentual de crianças de 0 a 6 anos em domicílios com abastecimento de água inadequado.

1 - Conselho Consultivo do Comunidade Solidária que materializa a parceria entre governo e sociedade no âmbito do governo federal. Composto por 11 Ministros de Estados, a Secretaria-Executiva do Comunidade Solidária e 21 personalidades da Sociedade Civil¹⁵, tem como atribuições: mobilização da sociedade; implementação de experiências inovadoras e seleção de prioridades na área social. Em dezembro de 2002, quando da consulta sobre os integrantes do Conselho, o que constava dos documentos¹⁶ eram os seguintes nomes, com o respectivo currículo:

Ruth Cardoso, Mestre em antropologia e doutora pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pesquisadora do Cebrap, preside o Conselho do Comunidade Solidária; **b) Agop Kayayan**, engenheiro agrônomo, representante do UNICEF para a América Central e Brasil (1978-1998), pesquisador no Escritório das Nações Unidas de Análises Econômicas e Sociais (1967-1970), assistente de pesquisas na Ohio State University (1971-1973); **c) Augusto de Franco**, Coordenador do Instituto de Política, que se dedica ao estudo de política de última geração, conselheiro do comunidade solidária, responsável pelo núcleo de Interlocação Política, autor de vários livros sobre desenvolvimento local e Terceiro Setor; **d) Boris Fausto** - Bacharel em Direito e Licenciado em História pela USP, Doutor e Livre-Docente (USP) em História e Ciência Política. Professor aposentado do Departamento de Ciências Políticas da USP. Professor visitante na Inglaterra, Estados Unidos, Espanha e Argentina. Autor, entre outros, de “A Revolução de 1930”; **e) Cesare de La Rocca** - Consultor Internacional, presidente do Centro Projeto Axé de Defesa e de Proteção à Criança e ao Adolescente (1990), conselheiro da Agência de Notícias de Direitos da Infância (Andi), representante adjunto do UNICEF no Brasil; **f) César Soares dos Reis** - oficial do Exército, atualmente na reserva, professor universitário, vice-presidente da Capemi, diretor do Lar Fabiano de Cristo; **g) Edda Bergmann** - Diretora Nacional de Direitos Humanos da B'nai B'rith do Brasil. Professora universitária convidada em vários países da América Latina. Historiadora Graduada em Letras e Psicologia. Coordenadora do Diálogo Inter-Religioso para a América Latina; **h) Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira** - Presidente do Sistema da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Engenheiro formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ocupa na Petróleo Ipiranga o cargo de diretor-superintendente da Ipiranga Química. Na Ipiranga Petroquímica S/A e na Petroquim S/A, com sede no Chile, é membro dos conselhos de administração; **i) Fernanda Bornhausen** - Formada em Psicologia pela Universidade de Santa Catarina e com especialização em Administração de Empresas; **j) Horácio Lafer Piva** - Industrial formado em economia e pós-graduado em Administração de Empresas, é Presidente da Fiesp-Ciesp - Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/SP e membro de Administração das Indústrias Klabin de Papel e Celulose S/A; **l) Joaquim de Arruda Falcão** - Professor de Direito Constitucional da Universidade do Rio de Janeiro, secretário geral da Fundação Roberto Marinho, membro do Conselho de Reforma do Estado, da Presidência da República, membro do Conselho do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, autor de livros sobre Direito, Cultura e Educação, membro do conselho do Viva Rio; **m) José Rosa** - Sociólogo e professor, foi, no Ceará, Secretário Estadual de Educação e Trabalho e Ação Social. Coordenou no Ministério da Justiça projetos intersetoriais relacionados

¹⁵ Nos documentos analisados não estavam incluídos os critérios de escolha dos membros do Conselho, o que constava no Decreto, art. 2º, é o que segue: O Programa terá um Conselho, com finalidade consultiva, integrado: I - pelos Ministros de Estado, II - pelo Secretário Executivo do Programa Comunidade Solidária e III - por 21 membros da sociedade, vinculados ou não a entidades representativas da sociedade civil, designados pelo Presidente da República. No parágrafo 1º constava: Os Conselheiros a que se refere o inciso III terão mandato de dois anos, admitida uma recondução. No caso de vacância, o substituto completará o mandato do substituído.

¹⁶ Sobre a composição do Conselho e seus integrantes foi consultada a página do PCS, disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em: dez. 2002.

à adolescência em conflito com a lei, ao sistema penitenciário, à criminalidade e violência. Estudou na Itália e França.; **n) Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira** - Diretor Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas empresas (SEBRAE), foi Deputado Federal (1983-1987), Secretário de Planejamento do Estado de Alagoas (1987-1988), presidente da Fundação do Instituto do Planejamento de Alagoas (1987-1988), diretor-presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) - (junho 1993/setembro de 1997) e superintendente da SUDENE (abril 1998/janeiro 1999); **o) Ladislau Dowbor** - Doutor em economia pela Universidade de Varsóvia, tem como principal área profissional a organização de sistemas de planejamento econômico. É professor da PUC de São Paulo e da Universidade Metodista. É também consultor do UNICEF, e autor de ‘A Reprodução’; **p) Manoel Dantas Barreto Filho** – Médico com Mestrado e Doutorado em Psiquiatria Clínica, presidente da Frutas do Nordeste Ltda (Frunorte), membro conselheiro da Associação Brasileira de Agribusiness, diretor da área de Fruticultura da Sociedade Rural Brasileira, membro do Conselho Assessor da Região Nordeste Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vice-presidente da Comissão Nacional de Fruticultura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); **q) Maria Alice Setubal** - Socióloga formada pela USP, Mestre na área de Ciências Políticas, Departamento de Ciências Sociais da USP, Doutora em Psicologia da Educação, PUC/SP é diretora-presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). Foi consultora do UNICEF sobre educação para América Latina e Caribe; **r) Neylar Coelho Vilar Lins** - Administradora, superintendente da Fundação Odebrecht. Há 20 anos, atua no campo social. Presidente do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), que reúne 40 entidades privadas de origem empresaria, comprometida com questões de interesse público. É também professora da Universidade Federal da Bahia. **s) Paulo Sérgio Pinheiro** - Professor titular de Ciência Política e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Foi professor visitante nas Universidades de Columbia, Brown, Notre Dame, nos EUA, em Oxford, na Grã-Bretanha, e na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris. Foi relator do Programa Nacional de Direitos Humanos. Na ONU, é relator especial para o Burundi e membro da Sub-Comissão de Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias; **t) Pedro Moreira Salles** - É graduado “magna cum laude” em Economia e História pela Universidade da Califórnia, EUA (1981), cursou o Programa de Relações Internacionais da Universidade de Yale, EUA, de 1981 a 1982, e o Owners/President Management Program, da Universidade de Harvard. Atualmente é presidente do Conselho de Administração do UNIBANCO, vice-presidente do Conselho de Administração do Unibanco Holdings S.A.; **u) Rubem César Fernandes** - Antropólogo, secretário executivo do ISER e do Viva Rio, mestre pela Universidade de Varsóvia, Polônia, doutor pela Universidade de Columbia, Nova Iorque, professor em diversas universidades no Brasil e no exterior, entre os quais “Privado porém público - O Terceiro Setor na América Latina”; **v) Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça** - Economista, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), órgão de assessoria técnica do movimento sindical brasileiro; **x) Sônia Mirian Draibe** - Doutora em Ciência Política e professora do Instituto de Economia da UNICAMP. É pesquisadora senior e ex-coordenadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), da mesma Universidade. É especialista em políticas sociais e em avaliação de programas de educação, saúde e assistência social. Atuou como consultora de CEPAL, UNICEF E PNUD, do sistema das Nações Unidas e do BID; **z) Viviane Senna** - Graduada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assumiu a Presidência da Fundação Ayrton Senna inaugurada em Londres; **z) Zilda Arns Neumann** - Médica pediatra e sanitarista formada pela Universidade Federal do Paraná, fundou, em 1983 a Pastoral da Criança, órgão de Ação Social da CNBB, sendo sua coordenadora nacional. É representante da CNBB no Conselho Nacional de Saúde. Recebeu, entre outros, o prêmio internacional de Administração Sanitária 1994, da Organização Pan-Americana de Saúde, e o prêmio internacional humanitário 1997, da Fundação Lions Clube Internacional. Como **Conselheiros da Área Governamental**, constavam os Ministros: Ministro de Estado da Educação - Paulo Renato Souza; Ministro de Estado do Trabalho e Emprego - Francisco Oswaldo Neves Dornelles; Ministro de Estado das Saúde - José Serra e Ministro da

Casa Civil - Pedro Pullen Parente. (PCS, 1997. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em: abr. 2002).

Cumprir observar, que o Decreto de criação do PCS informa que o número de integrantes dos membros da sociedade civil é de 21. No entanto, na consulta à página do programa que acessada em abril de 2002, apresentou o quantitativo de 24 participantes, conforme foi descrito acima.

2 - Secretaria-Executiva do Comunidade Solidária, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, representa espaço de articulação e coordenação, envolvendo os Ministérios Setoriais; os Estados e Municípios e entidades da sociedade civil. Para o desenvolvimento de seus trabalhos, conta com o apoio técnico do IPEA, do Ministério do Planejamento e Orçamento e de técnicos de outros Ministérios da Administração Federal.

3 - Interlocutores Ministeriais do Comunidade Solidária, que juntamente com a Secretaria-Executiva e os governos estaduais definem as diretrizes e estratégias operacionais e respondem pela implementação dos programas articulando-se com os Estados e Municípios.

4 - Interlocutores Estaduais do Comunidade Solidária são as autoridades dos próprios Estados, designados pelos governos para cumprirem o papel de articuladores. Sua principal função é aglutinar os demais secretários estaduais e governos municipais no desenvolvimento do PCS.

5 - Interlocutores Municipais do Comunidade Solidária desempenham a mesma função dos seus congêneres estaduais.

6 - Instituições da Sociedade e Organismos Internacionais que desejam celebrar parcerias com o governo, engajando-se, dessa forma, no combate nacional à pobreza.

Na proposta do PCS (BRASIL. PCS, 1997, p. 11) “[...] a parceria entre Governo e Sociedade é um componente central de uma estratégia de desenvolvimento social, uma vez que o Estado, por si só, não pode resolver [...] os problemas da fome, da miséria e da exclusão social no país”. A proposta evidencia que a parceria para enfrentar esses problemas exige que os participantes possam exercer livremente a sua associação, sem “alinhamentos e subordinações”, tanto na elaboração quanto na execução, na fiscalização e na avaliação das políticas sociais nos planos nacional e local.

No entanto, é preciso observar, pelo menos no que diz respeito aos pressupostos pedagógicos, que a parceria com as IES obedece aos critérios que são estipulados pelo PAS, subordinando-se, assim, ao que é proposto pela Secretaria Executiva Nacional do Programa, ou seja, existe um modelo do programa cujas normas e procedimentos são aceitos e operacionalizados pelas IES.

1.3 Programas da Agenda Básica

Segundo consta na Proposta do PCS (BRASIL. 1997, p. 12), os Programas que compõem a Agenda Básica¹⁷ do Comunidade Solidária e os ministérios correspondentes são em número de 16, a saber: 1 - Programa de Combate às carências Nutricionais - Ministério da Saúde; 2 - Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) - Ministério da Saúde; 3 - Programa de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente - Ministério da Saúde; 4 - Programa de Saneamento/Fundação Nacional de Saúde - Ministério da Saúde; 5 - Programa Nacional de Imunização - Ministério da Saúde; 6 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Ministério da Educação; 7 - Programa de Distribuição de Alimentos (PRODEA) - Ministério da Agricultura e do Abastecimento; 8 - Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar - Ministério da Educação; 9 - Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) - Ministério da Educação; 10 - Programa Saúde do Escolar - Ministério da Educação; 11 - Programa Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) - Ministério da Educação; 12 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - Ministério da Agricultura e do Abastecimento; 13 - Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) - Ministério do Trabalho; 14 - Plano Nacional de Educação Profissional - Ministério do Trabalho; 15 - Programa Habitar Brasil - Ministério do Planejamento e Orçamento; 16 - Programa de Ação Social em Saneamento (PASS) - Ministério do Planejamento e Orçamento.

Conforme a Proposta (BRASIL. PCS, 1997, p. 11-36), esses Programas têm a finalidade de orientar as ações das Prefeituras Municipais e grande parte dos recursos para o seu desenvolvimento são oriundos do orçamento federal. Entre os objetivos principais desses Programas, destacam-se: redução da mortalidade na infância, melhoria das condições de alimentação, apoio ao desenvolvimento Pré-Escolar e ao Ensino Fundamental, fortalecimento da agricultura familiar, geração de emprego e renda e qualificação profissional, melhoria das condições de habitação e saneamento.

¹⁷ Sobre os Programas da Agenda Básica, a Proposta do PCS (1997, p. 2), assim explica a sua estruturação: “Como um dos parceiros da rede comunidade solidária, o governo federal, por intermédio da Secretaria Executiva da Comunidade, selecionou um conjunto de programas com maior potencial de impacto no combate à miséria. Esses programas são executados por cinco ministérios - Agricultura, Educação, Saúde, Trabalho e Planejamento, e compõem a **Agenda Básica** da Comunidade Solidária”. Ainda consta na Proposta (1997, p. 9): “Evitando criar novas estruturas paralelas e centralizadas, o Governo Federal manteve os programas que combatem a fome e a exclusão social nos respectivos Ministérios e encarregou a Secretaria Executiva da Comunidade Solidária, ligada à Casa Civil da Presidência da República de efetivar sua coordenação. Por esse motivo, segundo a PCS, a Secretaria Executiva **não tem recursos próprios e não executa programas**. Trata-se de uma **instância de articulação**”.

Note-se que os Programas já eram executados pelos próprios Ministérios e, segundo a Proposta, eles compõem a Agenda Básica do Comunidade Solidária que tem a função de “coordenação e articulação”. Segundo consta na Proposta (BRASIL. PCS, 1997, p. 3):

Esses programas têm o selo de prioridade da Comunidade Solidária: ou seja, buscase melhorar seu desempenho, procurando: **garantir e ampliar os recursos orçamentários**; assegurar o cumprimento dos cronogramas de liberação financeira desses recursos; promover instrumentos institucionais que desburocratizem e agilizem a sua implementação e celebrar parcerias com a sociedade.

Cumpra observar que se a Secretaria Executiva "não tem recursos próprios e não executa programas", como pode pleitear a ampliação dos recursos? É preciso lembrar que a ampliação dos recursos depende das parcerias, ou seja, essa ampliação passa a depender da boa vontade e solidariedade dos parceiros.

1.4 Recursos Aplicados nos Programas da Agenda Básica¹⁸

Em decorrência das poucas informações que conseguimos acessar nos documentos oficiais do PCS, relatamos nesta seção apenas os recursos aplicados nos Programas da Agenda Básica correspondentes aos anos de 1995, 1996 e 1997. Observa-se que os anos citados não correspondem ao nosso período de estudo. Note-se que esses programas são anteriores à implantação do Programa Comunidade Solidária e que existiam nos Ministérios da Saúde, da Agricultura e Abastecimento, da Educação, Planejamento e Orçamento e do Trabalho, estando no período mencionado sob a “Coordenação e articulação do PCS”.

O documento analisado sobre esses recursos: Três Anos de Trabalho (BRASIL. 1997, p. 2) cita que a “[...] aplicação de recursos envolvendo os programas da Agenda Básica, mediante transferências a fundo perdido, pelos ministérios e órgãos federais, aos governos estaduais e municipais”, tem “[...] crescido significativamente passando de R\$ 980 milhões em 1995 para R\$ 2,5 bilhões em 1997”.

¹⁸ Para mais detalhes sobre os recursos, consultou-se - Programa Comunidade Solidária: Três anos de Trabalho. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em: dez. 2002. Conforme já foi mencionado, empreendeu-se nessa seção, o demonstrativo da aplicação de recursos dos anos de 1995 a 1997, fugindo do período do nosso estudo. Ressalva-se que nos documentos analisados só encontramos referência a esse período, e optamos pela sua exposição, com a finalidade de o leitor ter uma noção do montante de recursos que foram aplicados nos programas que compõem a esfera de atuação federal do governo. Cumpra ainda informar que o quantitativo dos recursos que mencionamos nos diversos programas não correspondem exatamente ao total dos recursos aplicados (4,8 milhões), uma vez que não foram analisados todos os programas e também não foram analisados todos os anos de aplicação dos recursos. Portanto, os números demonstram parte do montante destinado a alguns programas.

Segundo o mesmo documento (BRASIL. TRÊS ANOS DE TRABALHO, 1997, p. 3), a distribuição dos recursos totais do Comunidade Solidária no triênio 1995/1997 (R\$ 4,8 bilhões) privilegiou as regiões mais pobres do país. A Região Nordeste recebeu 39,1% e 12,2% foram gastos no Norte. Essas duas regiões absorveram 51,3% dos recursos. Os 48,7% restantes foram assim distribuídos: 27,1% para o Sudeste; 12,0% para o Sul e 9,6% para o Centro - Oeste.

O número de municípios eleitos pelo Programa Comunidade Solidária - “[...] os bolsões de pobreza”, totalizava 1.368 municípios, incluindo as capitais. O ingresso desses municípios no PCS ocorreu no triênio 1995/1997. (BRASIL. PCS, 1997, p. 4).

Cerca de 38% do total dos recursos equivalentes a R\$ 1,8 bilhão foram direcionados para os municípios prioritários. Em 1996, o repasse por município alvo da ação prioritária exclusiva as capitais foi de aproximadamente R\$ 400 mil, correspondente a um adicional de 25% dos repasses realizados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para esse conjunto de prefeituras. (BRASIL. TRÊS ANOS DE TRABALHO, 1997, p. 5).

A Agenda Básica do Comunidade Solidária é composta por 16 **Programas Federais** que se distribuem em seis áreas de atuação: 1 - Redução da Mortalidade na Infância, 2 - Alimentação, 3 - Apoio ao Ensino Fundamental e Pré-Escolar, 4 - Habitação e Saneamento, 5 - Geração de Ocupação e Qualificação Profissional e 6 - Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Na Tabela 1, demonstra-se o total dos recursos aplicados em cada programa no período de 1995 a 1997.

TABELA 1 - Demonstrativo dos recursos aplicados nos Programas da Agenda Básica do Programa Comunidade Solidária no período de 1996 a 1997.

PROGRAMA	ANO	TOTAL DE RECURSOS APLICADOS (milhões)
Redução da Mortalidade na Infância	1996, 1997	127,4
Alimentação (cestas de alimentos)	1995, 1996, 1997	25,5
Alimentação (merenda escolar)	1994 e 1997	1087,0
Apoio ao Ensino Fundamental e Pré-Escolar	1997	145,3
Habitação e Saneamento	1996, 1997	1115,2
Geração de Ocupação e Qualificação Profissional	1995, 1996, 1997	6259,0
Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	1995, 1996, 1997	1,6 bilhões

Fonte: BRASIL. Programa Comunidade Solidária. Três anos de trabalho. Brasília: Programa Comunidade Solidária. Secretaria Executiva, 1997. 18 p.

O documento analisado cita que “[...] os resultados do Comunidade Solidária são expressivos e que a forma como vem conduzindo suas ações rompe com a tradição do assistencialismo, ao promover uma relação de parceria entre Estado e Sociedade”. (BRASIL. TRÊS ANOS DE TRABALHO, 1997).

Cumprir observar, como já foi exposto, que os Programas que compõem a Agenda Básica do Comunidade Solidária são Programas da esfera federal do governo, executados pelos Ministérios já presentes e com recursos já previstos na estrutura governamental antes da Criação do PCS, em 1995. No entanto, o Programa Comunidade Solidária ocupa a função de “coordenação e articulação” desses Programas com o objetivo de “propor um novo modelo de atuação social, baseado no princípio de parceria”.

Cabe indagar o que existe de novo nessa atuação. Quais os critérios utilizados para se ter uma avaliação consistente que aponte os resultados do Programa? No que concerne aos dados para aferir os resultados, o PCS (BRASIL. TRÊS ANOS DE TRABALHO, 1997, p. 17) expressa os seguintes indicadores:

1 - Índices de desnutrição dos menores de cinco anos: redução do nível de 32,9% em 94 para 10,4% em 1996; 2 - mortalidade infantil: redução de 43% em 1997, em comparação com 1994, nas áreas acompanhadas pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde; 3 - internações hospitalares e óbitos em crianças menores de cinco anos nos municípios de risco do PRMI: quedas de 25% e 35%, respectivamente, no triênio 1995/1997; 4 - proporção de crianças fora da escola: redução do nível de 16,5% em 1992 para o de 13,8% em 1996.

Os resultados apresentados não modificam em nada a estrutura preconizada pelo PCS. A nosso ver, o programa apresenta-se com a função de "coordenação e articulação" em programas que já compunham a esfera federal do governo e, portanto, não se constituiu em mudanças na composição desses programas não tendo, dessa forma, conforme é preconizado pelo programa, o caráter inovador como é expresso com o objetivo de "propor um novo modelo de atuação social, baseado no princípio de parceria".

1.5 Programas considerados inovadores

Relatou-se no item 1.3, p. 30, deste estudo, os dezesseis Programas da esfera federal que compõem a Agenda Básica do Comunidade Solidária, estando na instância da Secretaria Executiva, cuja atuação do PCS é de “articulação e coordenação”. Ainda na esfera de atuação do Comunidade Solidária, existem os Programas do Conselho do Comunidade Solidária, que tem como objetivo a implementação de experiências “inovadoras”. Os programas

implementados buscam criar “ações inovadoras voltadas, essencialmente para jovens”. Testados como projetos-pilotos, esses programas são avaliados e aperfeiçoados, a fim de serem progressivamente ampliados. São três programas: Capacitação Solidária, Universidade Solidária e **Alfabetização Solidária**.

Note-se que no documento analisado (Proposta do Comunidade Solidária), constam os dezesseis programas que compõem a Agenda Básica executados na instância dos Ministérios que já realizavam sua operacionalização antes de ser criado o PCS. Com a criação do PCS, esses programas passam a ser "articulados" e "coordenados" pelo PCS. Já os Programas considerados "inovadores" (Alfabetização Solidária, Capacitação Solidária e Universidade Solidária) foram implantados pelo Conselho do Comunidade Solidária e o documento analisado não esclarece por que esses programas são considerados inovadores.

O Capacitação Solidária atende jovens entre 14 e 21 anos, vindos de famílias de baixa renda de regiões metropolitanas, sendo sua finalidade propiciar-lhes acesso à profissionalização e ao mundo do trabalho. A operacionalização do programa ocorre com a parceria entre a iniciativa privada, organização da sociedade civil que tenha experiência no trabalho com jovens e a Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, que se encarrega de promover a participação das entidades de organizar os concursos de projetos e de acompanhar os cursos. As Organizações Sociais Conveniadas (OSCs), que incluem associações, cooperativas, sindicatos, organizações não-governamentais e até microempresas, apresentam projetos de capacitação que, uma vez aprovados em concurso, passam a receber recursos da iniciativa privada para sua realização. (BRASIL. PROPOSTA DO PCS, 1997, p. 38).

O Universidade Solidária¹⁹ trata-se de um Programa baseado na troca de experiências: grupo de 10 universitários, liderados por um professor, trabalham voluntariamente, durante as férias de verão, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das comunidades mais pobres do Norte e do Nordeste. Ao mesmo tempo em que ajudam, os estudantes têm a oportunidade de um contato direto com a realidade brasileira. Utilizando vídeos e cartilha especialmente produzidos para esse trabalho, os universitários promovem a participação das comunidades em atividades educativas voltadas para a melhoria das

¹⁹ Note que apesar de o Programa Universidade Solidária ser considerado um programa "inovador", o projeto Rondon é projeto semelhante que já foi desenvolvido no Brasil, com ênfase nas ações comunitárias, era realizado por meio da ação integrada da universidade, dos universitários e da comunidade e dos três níveis de governo. Congregava universitários de diversas áreas e diferentes regiões em uma única equipe. Os desafios era integrar, ocupar e desenvolver o imenso espaço amazônico e as demais regiões do país, cuja idéia era "voluntarismo e solidariedade". A partir da operação-piloto o Projeto se expandiu por todos os Estados da Federação. Em seus 22 anos de existência, foram cadastrados 350.000 universitários e 13.000 professores. Segundo o site consultado, o Projeto Rondon foi extinto por "motivações políticas, em 1989". Disponível em: <<http://www.uvanete.br/projetorondon>>. Acesso em: out. 2003.

condições de saúde, higiene, educação e organização comunitária. (BRASIL. PROPOSTA DO PCS, 1997, p. 39).

Na próxima parte deste capítulo, faz-se a descrição do Programa Alfabetização Solidária, enfocando a sua trajetória em âmbito nacional e internacional.

1.6 Trajetória do Programa Alfabetização Solidária em âmbito nacional e atuação internacional - 1997 a 2002

Para descrever a estrutura e desenvolvimento do Programa Alfabetização Solidária (PAS) em âmbito nacional e internacional, consultamos diversos documentos oficiais²⁰. Busca-se, nesta etapa do trabalho, compor todo o processo de desenvolvimento do PAS, no período proposto para estudo - 1997 a 2002²¹.

O PAS, objeto deste estudo, é um dos programas na área de educação, criado pelo Conselho do Programa Comunidade Solidária, no ano de 1997 e considerado “[...] um programa social inovador no âmbito do Governo Federal que tem por finalidade combater o analfabetismo no país”. (BRASIL. PROPOSTA DO PCS, 1997, p. 37).

Chamamos a atenção do leitor para o significado do termo atribuído ao nome dos Programas (PCS e PAS) que, segundo dicionário da Língua Portuguesa²², comunidade significa: "associação de pessoas com objetivos comuns; o conjunto dos religiosos que vivem em comum no mosteiro, convento", já o termo "solidário", significa: "que tem

²⁰ Entre os principais documentos, citam-se:

BRASIL. Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária. Resultados do projeto-piloto: avaliação. Brasília: Presidência da República. Conselho da Comunidade Solidária, 1997. 56 p.

_____. Relatório final: Módulo II/1997. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 1998. 60 p.

_____. Avaliação final: Módulo IV/1998. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 1999. 311 p.

_____. Avaliação final: Módulo VI/1999. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2000. 416 p.

_____. Perfil do aluno, impacto em 23 municípios do projeto-piloto, avaliação do módulo VII/Lygia Klein... [et al.]. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2000. 48 p.

_____. Avaliação final: Módulo VIII/2000. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2001. 378 p.

_____. Aumento de matrículas na Educação de Jovens e Adultos - Censo Escolar 2000/2001, resultados comprovados pelo IBGE, impacto nos municípios e instituições parceiras, avaliação do módulo VIII/Cassia Janeiro... [et al.]. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2002. 48 p.

_____. Avaliação dos Grandes Centros Urbanos: Módulo VIII, julho à dezembro de 2000/Cassia Janeiro. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2002. 32 p.

_____. Avaliação final: Módulo VIII/2000. Programa Alfabetização Solidária. Brasília: 2001. 414 p.

_____. Projeto Grandes Centros Urbanos: Manual Orientador. Brasília: Programa Alfabetização Solidária. 46 p.

_____. Trajetória 6 anos. Programa Alfabetização Solidária: 2002. 50 p.

_____. Pesquisa: Avaliação de impacto do Programa Alfabetização Solidária. (relatório parcial referente a primeira etapa da avaliação).

²¹ O período proposto para estudo (1997 à 2002), compreende o início de implantação do PAS no ano de 1997 e o ano de 2002 corresponde ao final da Gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Informa-se que o ano de criação do Programa Comunidade Solidária foi em 1995, no entanto, o Programa Alfabetização Solidária foi criado pelo Conselho do PCS no ano de 1997. Justificando, portanto, o período deste estudo.

²² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento Nacional de Educação. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**, 5ª ed. Organizado por Francisco da Silveira Bueno.

responsabilidade mútua ou interesse recíproco, dependência mútua, auxílio mútuo". Parece-nos que os termos atribuídos trazem uma conotação ideológica de caráter "missionário, religioso". Esse também é um aspecto importante, que se discute mais detalhadamente no Capítulo IV.

No período de estudo a que se refere esta pesquisa, o PAS foi gerenciado por uma Coordenação Nacional, com sede em Brasília/DF, composta por: Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, Dr^a Ruth Cardoso, e a Superintendente Executiva Nacional do PAS, Dr^a Regina Célia Vasconcelos Esteves. Contou com uma Diretoria de Avaliação e Acompanhamento e Diretoria de Comunicação Institucional, responsáveis pelo desencadeamento do programa em âmbito nacional.

Nas estratégias de ações do Conselho da Comunidade Solidária, uma das linhas de atuação escolhida foi o atendimento aos jovens das camadas mais pobres da população e que “[...] representam um segmento social com problemas significativos e específicos: baixa escolaridade e falta de acesso ao mercado de trabalho”. (BRASIL. AVALIAÇÃO FINAL. PROJETO-PILOTO, 1997, p. 11).

Com esse pressuposto, foi concebido o PAS, cujo objetivo anunciado era desencadear um “movimento nacional de combate ao analfabetismo no Brasil” e propiciar preferencialmente a alfabetização para jovens na faixa etária de 14²³ anos em diante. Conforme consta nos documentos oficiais, o Alfabetização Solidária foi implementado com base em três princípios norteadores: “[...] incentivo a parcerias; mobilização juvenil e operacionalização e avaliação inovadoras”. (BRASIL. AVALIAÇÃO FINAL. PROJETO-PILOTO, 1997, p. 11).

O princípio de incentivo às parcerias é baseado na idéia de que a “sociedade como um todo é fundamental, quando se enfrenta um problema social tão agudo quanto o analfabetismo”. Para tanto, procurou-se nesses princípios consolidar o "modelo solidário", reunindo diversos parceiros para sua operacionalização.

1.6.1 Parcerias e financiamento na execução do PAS

Seguindo o modelo de execução do Comunidade Solidária, o PAS congrega na sua operacionalização as seguintes parcerias e financiamentos:

²³ Nos documentos analisados, não há consenso sobre a faixa etária dos alunos. Ora é indicada a faixa de 14 anos, ora a de 12 anos.

1 - Conselho do Programa Comunidade Solidária, a quem cabe a articulação dos parceiros (instituições de ensino superior, empresas, instituições não-governamentais, governos estaduais e municipais) e das ações do Programa.

2 - Ministério da Educação e Cultura (MEC), cuja competência é fornecer o material didático e bibliotecas que, segundo dados do programa, equivale a um custo de R\$ 17,00 por aluno/mês. O uso desse recurso não está detalhado nos documentos analisados. Sabe-se que é utilizado no Curso de Alfabetização e na capacitação dos alfabetizadores, a Coleção Viver e Aprender, elaborado por Ação Educativa²⁴, com quatro livros composta por: Guia do Alfabetizador e três livros para uso dos alunos.

O Guia do Alfabetizador é utilizado pelos alfabetizados e, em cada módulo, é distribuído pelo PAS para todos os alfabetizadores. Os livros dos alunos também são distribuídos a todos os alunos participantes do Programa nos 2.010 municípios parceiros. Note-se que nos documentos analisados não consta o custo da Coleção, apenas a referência de que esse material didático é disponibilizado pelo MEC.

Considerando pesquisa de mercado realizada na Global Editora²⁵, que atualmente é detentora com exclusividade dos direitos da nova versão da Coleção, foram informados os seguintes valores da versão atualizada : "livro 1 do aluno para alfabetização custa atualmente (2004) R\$ 14,50, e Guia 1 do alfabetizador R\$ 15,50". Analisando o material, pode-se dizer que é o mesmo, tendo sofrido apenas a atualização da nova versão. Os custos podem ser, de certa forma, equiparados com a antiga Coleção que era disponibilizada pelo MEC, cujos custos não constam dos documentos analisados.

É conveniente salientar que o MEC solicitou um serviço de material didático, que foi pago, descaracterizando os conceitos atribuídos pelo programa de "parceria e solidariedade", permitindo, com isso, observar que os recursos são oriundos da instituição pública e repassados para o setor privado. Convém ressaltar que é mais um aspecto importantíssimo a ser discutido no decorrer deste estudo.

²⁴ A Ação Educativa é uma organização não-governamental (ONG) que atua no campo do acompanhamento, da avaliação crítica e da proposição de políticas públicas. É um órgão de assessoria, pesquisa e informação. Atua há cinco anos no espaço público. Educação e Juventude são os eixos do trabalho desenvolvido por Ação Educativa. É constituída por um grupo de pessoas com o compromisso de prestar serviço crítico e com sentido público para a sociedade, por meio de: produção e informação de conhecimento; formulação de políticas públicas; articulação de intervenções no campo social; busca, criação e exercício da luta por direitos. Cumpre informar que esse órgão elaborou a primeira versão da Coleção Viver e Aprender a pedido do MEC e que foi utilizado por diversos programas públicos de EJA no Brasil, além do PAS. Já no ano de 2004, houve reformulação e nova reedição da Coleção com a parceria da Global Editora que é atualmente a detentora exclusiva dos direitos dessa nova edição. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: set. 2003.

²⁵ Custos da versão atualizada da Coleção Viver e Aprender, fornecidos pela Global Editora. Mensagem recebida por: <projetosespeciais@globaleditora.com.br> e contato telefônico: (11) 3277-7999.

Considera-se que a distribuição de material em âmbito nacional representa o seguinte quantitativo²⁶: 135.597 livros para os alfabetizadores e 3.242.809 livros para os alunos. Esse cálculo considerou o número de alfabetizadores participantes do programa e número de alunos atendidos até o segundo semestre de 2002.

3 - Instituições de Ensino Superior (IES), a quem compete a operacionalização da seleção de alfabetizadores nos municípios parceiros, garantindo seu treinamento e capacitação, a avaliação mensal do andamento do programa e o estímulo à geração de pesquisas acadêmicas, teses e produções de material didático voltados para o tema alfabetização.

4 - Empresas que são responsáveis por adotar os municípios, financiando as despesas com hospedagem, passagem e diárias dos alfabetizadores durante o curso de capacitação, passagem aérea dos professores universitários em suas viagens de coordenação aos municípios e pagamento de bolsas aos coordenadores municipais e alfabetizadores, assim como a merenda diária dos alfabetizandos.

Os alfabetizadores recebem bolsa mensal no valor de R\$ 120,00 e o Coordenador do Programa, no município que desenvolve o PAS, recebe uma bolsa mensal no valor de R\$ 200,00. Esses valores são repassados pelo Programa mensalmente, algumas vezes com atraso, a depender das pendências que são controladas, via prestação de contas, efetuada pelo Coordenador do município. Essas pendências se referem a algum atraso, ou mesmo à falta de prestação de contas de algum recurso efetuado pelo PAS aos municípios ou IES.

Os professores das universidades realizavam visitas de acompanhamento mensal aos municípios que desenvolvem o PAS. Para essa visita, era repassada uma bolsa no valor de R\$ 300,00. É importante ressaltar que essas bolsas não eram pagas rigorosamente em dia, havendo muito atraso e, em muitas ocasiões, elas não eram efetuadas, ficando essa despesa a cargo do próprio professor ou da IES. Note-se que não é informado nos documentos do PAS o "destino" desses recursos quando a bolsa não era paga.

Conforme dados oficiais do Programa, o custo total do atendimento de um aluno é de R\$ 34,00 por aluno/mês, dividido igualmente entre o parceiro (empresa que adota o município) e o MEC. Os quantitativos detalhados relacionados ao custo de cada módulo não estão disponíveis nos documentos analisados.²⁷ (BRASIL. AVALIAÇÃO FINAL: PROJETO PILOTO, 1997, p. 11-12)

²⁶ Os dados sobre número de alunos e alfabetizadores atendidos pelo PAS foram coletados na revista do Programa Alfabetização Solidária: Trajetória de 6 anos. Brasília: 2002. 50 p.

²⁷ Nos documentos oficiais não consta uma prestação de contas que detalhe o montante gasto por cada empresa parceira. A informação é apresentada como se segue: 'O custo total do atendimento de um aluno é de R\$ 34,00 por aluno/mês, dividido igualmente entre o parceiro e o MEC'.

5 - Municípios que desenvolvem o PAS e que têm a competência de ajudar as IES na divulgação da seleção dos alfabetizadores, fornecer espaço físico para realização das aulas, financiar hospedagem e alimentação do professor da Universidade por ocasião das visitas de acompanhamento e avaliação do Programa.

1.6.2 Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária

A Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS) foi criada em novembro de 1998. A entidade foi constituída com a finalidade de “proporcionar maior autonomia para a captação de recursos e agilidade no gerenciamento das atividades”.

A AAPAS tem o seu estatuto próprio²⁸ e no seu artigo 1º estabelece os objetivos da instituição dentre os quais ressalta:

1 - sensibilizar a sociedade civil, organismos governamentais e não-governamentais, nacionais, internacionais, estrangeiros e multilaterais no sentido de criar instrumentos que viabilizem programas educacionais, promoção da qualidade de vida das famílias de baixa renda, visando desenvolvimento sustentado; 2 - manter convênios com entidades de ensino para proporcionar trabalho de coordenação de toda a comunidade carente; 3 - conjugar esforços para implementação de programas que visem geração de empregos e renda em nível rural e urbano; 4 - fomentar estudos e pesquisas referentes a programas de impacto e baixo custo financeiro. (PAS, ESTATUTO DA AAPAS, art. 1º).

O artigo 3º do estatuto prescreve o seguinte: “A Associação aplicará integralmente suas receitas [...] na manutenção e desenvolvimento da Associação, [...] firmando para isso os instrumentos [...] que permitam agilidade, eficiência, transparência para efetivo controle dos eventuais doadores e dos beneficiários”.

No estatuto e nos documentos analisados, não está clara a forma do repasse financeiro, ou seja, não está explícito com detalhes o investimento de cada parceiro e nem a aplicação do investimento.

O estatuto assim expressa sobre essa questão no seu artigo 25: “Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e uma demonstração das origens e aplicações de recursos”.

Note-se que nesse artigo está expresso que haverá uma “demonstração das origens e aplicações de recursos”, no entanto, nos documentos analisados não encontramos o montante de recursos disponibilizado por cada empresa parceira do PAS.

²⁸ O Estatuto da AAPAS, encontra-se disponível em: <<http://www.alfabetizacao.org.br>>. Acesso em: out. 2003.

Cumprir informar que um dos Relatórios²⁹ do PAS publicou um quadro demonstrativo das receitas e despesas efetuadas pelo PAS em 30 de junho de 2000 e de 1999. Contudo, esse quadro limita-se apenas a esse período e informa as receitas e despesas gerais além de oferecer só uma publicação não apresenta sistematização das informações.

Na nossa avaliação, esse demonstrativo não corresponde ao que prescreve o artigo 25 do estatuto da AAPAS, carecendo ainda, das especificidades que esta pesquisa requer.

1.6.3 Operacionalização do PAS

O PAS teve início no primeiro semestre de 1977, com a implementação do projeto-piloto,³⁰ sendo denominado de projeto nacional³¹, por atuar nas regiões Norte e Nordeste do país e se constituir conforme o programa nas “regiões prioritárias de atendimento”.

Em sua primeira etapa, as ações foram concentradas nas regiões Norte e Nordeste do país, por causa dos altos índices de analfabetismo principalmente entre a população jovem. Na segunda etapa, acompanhando o seu processo de expansão, foi implantado o Projeto Grandes Centros Urbanos.³²

²⁹ BRASIL. Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária. **Relatório de 4 anos:** Programa Alfabetização Solidária, janeiro de 1997 a dezembro de 2000.

³⁰ O projeto-piloto teve início em abril de 1996. Foi implementado em 38 municípios das regiões Norte e Nordeste com índices de analfabetismo superiores a 55% na faixa etária de 15 a 17 anos. Onze empresas adotaram os municípios selecionados. 37 universidades atenderam esses municípios. 488 alfabetizadores foram capacitados e 38.650 alunos foram atendidos. Funcionaram no projeto 351 salas de aula. A taxa média de evasão foi de 26%. Conforme se observou, os resultados apresentados pelo projeto-piloto "foram considerados satisfatórios a pré-estréia foi bem sucedida, garantindo-se as condições adequadas para continuidade do Programa". Com essa avaliação, o PAS começou a desencadear o seu processo de expansão e novas ações na sua operacionalização. De maneira geral os municípios que fizeram parte do projeto-piloto apresentam as seguintes características: 1 - encontram-se localizados em sua maioria distante dos grandes centros; 2 - possui índices de analfabetismo superiores a 55% da população; 3 - distribuição geral dos habitantes, concentrados na zona rural; 4 - maioria possui oferta do ensino fundamental, com predominância do ensino público; 5 - a cultura da escrita não se constituiu como um valor para a comunidade; 6 - predominância da cultura oral; 7 - nos aspectos econômicos predomina a agricultura (91,4%); 8 - destaca-se o **setor público como grande empregador**. (BRASIL. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO-PILOTO, 1977).

³¹ A denominação de projeto nacional para a operacionalização do PAS nas regiões Norte e Nordeste foi apresentada para diferenciar do Projeto Grandes Centros Urbanos. É uma terminologia utilizada pelo Programa, embora não esteja clara a sua utilização, pois na nossa interpretação, os Grandes Centros Urbanos poderiam ser considerados como nacional.

³² O Projeto Grandes Centros Urbanos foi implantado no ano de 1999, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. O Distrito Federal aderiu ao projeto no ano de 2000. Goiânia e Fortaleza, no ano de 2001 e São Luiz e Belo Horizonte, no ano de 2002. Segundo é acentuado pelo programa "**o maior problema percebido nessas áreas de grande densidade populacional foi a acentuada vergonha causada pelo analfabetismo**", sendo essa uma das razões, entre outras como "mercado de trabalho exigente e competitivo" para justificar a implantação do projeto nessas localidades. Segundo consta nos documentos oficiais, a captação de recursos para o Projeto Grandes Centros Urbanos é feita com a campanha "adote um aluno", por meio de doações espontâneas de pessoas físicas que para adotar um aluno, deve repassar a quantia de R\$ 17,00, sendo debitados no período de seis meses. A quantia referia-se ao valor de 50% do custo/aluno (R\$ 17,00 por aluno/mês), a outra metade do valor é por conta do MEC. Foram atendidos até o 2º semestre de 2002, o quantitativo de 188.260 alunos. Isso confirma a expansão do PAS também nos grandes centros urbanos. (BRASIL. PROJETO GRANDES CENTROS URBANOS, sd. E AVALIAÇÃO DO PROJETO GRANDES CENTROS URBANOS, 2001).

O Programa foi concebido nos moldes de uma campanha inicial de alfabetização de adultos e é desenvolvido em módulos. Cada módulo representa um curso completo e tem a duração de seis meses. Um mês é reservado ao Curso de Capacitação dos alfabetizadores e cinco meses correspondem ao período de aula para os alfabetizandos, perfazendo uma carga horária total para o aluno de 240 horas/aula.

O modelo do PAS foi estruturado para funcionar com o número de 10 a 20 classes de alfabetização, com 25 alunos cada, de forma concomitante, em cada município que desenvolvesse o programa. Para atender a essas salas de aula, eram selecionados alfabetizadores efetivos, um suplente para substituir o alfabetizador efetivo em casos urgentes, um coordenador municipal, responsável pelas ações gerais do programa no município, e um alfabetizador monitor para atender às questões pedagógicas do curso.

1.6.3.1 Características da população do PAS³³

As características da clientela do programa estão apresentadas de acordo com pesquisa parcial realizada pelo programa em 108 municípios da expansão do PAS após projeto-piloto e estão publicadas no Relatório final: Módulo II/1997 (1998) e Avaliando 1: perfil do aluno, impacto em 23 municípios do projeto-piloto e Avaliação do Módulo VII (2000). Cumpre ressaltar que as informações contidas nesses documentos retratam apenas uma parcela da população e foram baseadas em questionários enviados aos participantes dos municípios pesquisados.

Conforme esses documentos, o Programa Alfabetização Solidária tem sido desenvolvido em regiões distantes dos grandes centros urbanos, localidades onde existe grande quantidade de carências de toda ordem (sociais, econômicas, educacionais).

A população desses municípios, onde o PAS se estabeleceu, varia de 2.375 a 52.551 habitantes. Não há grande diferença numérica entre a população feminina e a masculina, sendo que a masculina é ligeiramente maior. A população da zona rural é superior à da zona urbana, variando em percentual de 70% na rural e 20% na urbana. (BRASIL. RELATÓRIO FINAL: MÓDULO II, 1998, p. 18).

Tanto a zona rural como a urbana carecem de atendimento médico, de acordo com informações do programa. Quase todos os municípios³⁴ necessitam de hospitais e o

³³ Existe pouca referência nos documentos analisados sobre as características da clientela do PAS. A análise que descrevemos, baseia-se, principalmente no Relatório Final: Módulo II/1997. (1998)

³⁴ De acordo com o documento analisado " nada se pode dizer a respeito da assistência de saúde nos municípios atendidos, uma vez que os poucos questionários com informações sobre esse item trazem-na de forma

atendimento médico não supre as necessidades da população. Esses municípios, na maioria das vezes, só dispõem de atendimento público e insuficiente. Existe uma dependência evidente dos municípios pequenos em relação aos municípios maiores, relativa principalmente ao atendimento médico. (BRASIL. RELATÓRIO FINAL: MÓDULO II, 1998, p. 20).

Quanto à situação econômica dos municípios, verifica-se que, em geral, a principal fonte de emprego, tanto na zona rural como na urbana, é o poder público municipal. O emprego estadual e o federal praticamente não existe. Na zona rural, predominam os empregos na agricultura, pois é da terra que vem todo o sustento das pessoas atendidas pelo programa. Os questionários apontam apenas oito casos de emprego estadual e só um federal. São mencionadas ainda, outras atividades econômicas, como: pesca, pecuária, extração vegetal, que se concentram na zona rural. (BRASIL. RELATÓRIO FINAL: MÓDULO II, 1998, p. 20).

Conforme dados dos documentos, nenhum dos municípios atendidos pelo programa, que informou sua situação educacional³⁵, oferece ensino superior. Foi observado que a grande concentração de alunos atendidos nas séries iniciais estão matriculados em escola municipal, e os alunos de 5ª a 8ª séries estão em escola estadual. Nos municípios pesquisados, a oferta de curso do magistério e supletivo era minoritária, havendo a predominância de matrícula desses cursos na rede estadual. O ensino médio é oferecido só em alguns municípios, sendo que nos locais onde só há oferta de ensino municipal, são limitadas as perspectivas de continuidade de estudos. A grande procura dos alunos é pelo ensino de 1ª a 4ª séries, uma faixa muito pequena procura a pré-escola e outra menor ainda frequenta as salas de 5ª a 8ª séries.

Quanto às escolas que oferecem ensino privado, são em número muito pequeno e só atendem a alunos da pré-escola.

A análise da formação dos professores dos municípios atendidos pelo PAS indica que há um contingente considerável de professores da zona rural que sequer completou o ensino fundamental (36,4%). Desses, maior parte (29,3%) tem até a 4ª série completa ou incompleta. O acesso à educação é significativamente maior na zona urbana. O percentual de 62,2% de professores, com curso de magistério completo, concentra-se na zona urbana,

incompleta e imprecisa, a única observação que se pode fazer, de fato, é o que já era sabido hipoteticamente - a zona rural carece grandemente de assistência, o que não exclui a zona urbana".

³⁵ As informações contidas nesta seção, carece de informações mais precisas e no próprio documento analisado (BRASIL. RELATÓRIO FINAL: MÓDULO II, 1998, p. 20) é mencionado: "[...] é de se lamentar a precariedade dos dados acerca da real situação educacional dos municípios onde o PAS se instalou, apenas 62% dos municípios forneceram esse tipo de informação e, infelizmente, essas não pareceram consistentes, pois tanto havia lacunas nos dados como superposição de informações. Mesmo assim, a leitura das respostas a esses questionários, embora não tabuladas, permite alguns comentários, feitos a seguir, sobre a oferta de instrução no município: só ensino municipal (9%), ensino municipal e estadual (54%), ensino municipal e privado (4%), ensino municipal, estadual e privado (32%), ensino municipal, estadual, privado 32%, ensino municipal,

ficando a zona rural com 31,5%. (BRASIL. RELATÓRIO FINAL: MÓDULO II, 1998, p. 22).

Sobre o perfil dos alunos do PAS³⁶, conforme o documento analisado, a maioria dos alunos pesquisados mora em comunidades rurais, de difícil acesso e acentuadamente pobres. Do total dos alunos, 84% avaliam positivamente o Alfabetização Solidária, 15% não responderam e 1% avalia negativamente. 85% dos alunos disseram que ocorreram mudanças positivas³⁷ em suas vidas após cursar o PAS. (BRASIL. AVALIANDO 1, 2000, p. 13).

Do total dos alfabetizandos, 33% andam mais de dois quilômetros da casa para o trabalho, e quase a metade acumula atividades profissionais para garantir o sustento das famílias. Grande parte dos alfabetizandos trabalham na agricultura (60%), com carga horária mínima de oito horas diárias. (BRASIL. AVALIANDO 1, 2000, p. 14).

Sobre a renda familiar dos alunos do PAS, 49% têm renda familiar mensal de até R\$ 100,00; outros 35% se mantêm com até R\$ 200,00; e 12% dessas famílias não possuem rendimento algum. Um ou dois membros de uma mesma família, em 74% dos casos, são responsáveis pela manutenção dos demais. (BRASIL. AVALIANDO 1, 2000, p. 14).

O acesso aos bens de consumo para esses alunos é precário não possuem: luz elétrica 73%, rádio 64%, televisão 51%, água encanada 42%, geladeira 22% e telefone 0%; 55% das residências ficam na zona rural e não contam com os confortos oferecidos pela zona urbana. (BRASIL. AVALIANDO 1, 2000, p. 14).

O atendimento médico e odontológico também é deficiente, aliado aos problemas de transporte e saneamento básico das comunidades rurais. Nos oito municípios pesquisados, os transportes são insuficientes 63%, o atendimento odontológico é o de mais difícil acesso 47%, e o atendimento médico mostra-se em 73% dos casos como de difícil acesso. Na avaliação dos coordenadores municipais do programa, 34% dos problemas de aprendizagem estão ligados a problemas de visão. (BRASIL. AVALIANDO 1, 2000, p. 15).

A vida cultural para a maioria absoluta restringe-se à devoção religiosa e à participação em festas populares. Apenas 4% dos alunos freqüentam bibliotecas ou têm acesso a jornais e revistas. (BRASIL. AVALIANDO 1, 2000, p. 16).

estadual, privado e em sistema de cooperativa 1%". Considerando a falta de dados, limitou-se, neste estudo, a informar apenas o que é oferecido nesse documento.

³⁶ Os dados sobre o perfil dos alunos, baseia-se em pesquisa realizada pelas pedagogas Carmen Sigwalt, Cassia Janeiro e Lígia Klein, em oito municípios do interior dos Estados de Sergipe, Piauí, Ceará, Amazonas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, descritos no Avaliando 1: avaliação de impacto realizado em 23 municípios do projeto-piloto/2000, documento que será analisado mais especificamente no capítulo III deste estudo.

³⁷ Conforme esse documento não são descritos os tipos de mudanças ocorridas na vida dos alfabetizandos. O que está expresso é que: "85% dos alunos disseram que ocorreram mudanças positivas em suas vidas após cursar o PAS".

A maioria das pessoas entrevistadas, 52% nunca tiveram oportunidade de estudar antes de ser implantado o PAS. Dos 48% que chegaram a freqüentar escola, 42% cursaram escolas regulares, mas a metade abandonou os estudos por motivos ligados ao trabalho. Os que conseguiram freqüentar a escola foi por período muito curto, variando entre dois e quatro anos.

Grande parte dos alunos aponta o cansaço físico como um dos maiores obstáculos para o seu desempenho na aprendizagem, 33% andam mais de dois quilômetros de casa ao trabalho e quase a metade acumula atividades profissionais para garantir o sustento das famílias, o que normalmente é feito por dois dos seus membros, contribuindo, dessa forma, para um grande percentual de evasão. 60% dos alunos pesquisados trabalham na agricultura, com carga mínima de oito horas diárias. (BRASIL. AVALIANDO 1, 2000, p. 14).

1.6.3.2 Alfabetizadores³⁸

Os alfabetizadores do PAS são selecionados pela IES responsável pela implementação do programa no município, e os critérios estipulados pelo programa determinam a preferência pela participação de jovens que estejam cursando o magistério, ensino médio ou a 8ª série do ensino fundamental. Os jovens dos municípios selecionados têm prioridade como alfabetizadores e também os alfabetizandos “que estejam na faixa etária de 12 a 18 anos” têm preferência para cursar o programa, correspondendo, nesse caso, ao princípio de “mobilização juvenil”³⁹ proposto pelo PAS. A cada módulo do curso são selecionados novos alfabetizadores, para dar oportunidade a outros de participar, sendo vetados os que já contribuíram.

Observa-se que, de acordo com as normas do PAS, cabe às IES selecionar os alfabetizadores, no entanto, essa seleção deve ser feita conforme o que determina o Programa. O que se discute é se todas as IES que participam do PAS, entre Faculdades, Institutos, Associações e Universidades, assumiram institucionalmente essa forma de selecionar os alfabetizados, independentemente de suas posturas pedagógicas. Nos documentos analisados não consta se as IES parceiras realizam outra forma de seleção, o que se informa nos documentos é que essa é uma responsabilidades das IES.

³⁸ Os dados sobre os alfabetizados foram coletados na Proposta Pedagógica do PAS, onde é relatado o perfil dos alfabetizados do programa (p. 24-25-26). A Proposta Pedagógica do PAS é tema que será tratado mais especificamente na próxima parte deste estudo.

³⁹ O "princípio de mobilização juvenil", corresponde à mobilização de alfabetizadores jovens para atuar no programa e também da oferta de alfabetização para alunos jovens, prioritariamente.

Consta no documento analisado (1999, p. 24) que os alfabetizadores são em sua maior parte oriundos da zona rural, estando na faixa etária de 20 a 24 anos. Apenas um terço tem habilitação ao magistério, a maioria apresenta índices de escolaridade precária e ambiente restrito de letramento.

Para que os alfabetizadores assumissem a sala de aula, exigia-se o cumprimento de carga horária de capacitação. O Curso de Capacitação, cujo conteúdo era Metodologia de Ensino, era realizado na sede da IES executora com a duração de 120 horas, distribuídas em 15 ou 20 dias. Para a maioria dos participantes essa viagem era feita por transporte aéreo.

A formação continuada dos alfabetizadores, conforme a Proposta Pedagógica do PAS (1999, p. 25), é realizada pelas IES na ocasião das visitas mensais de acompanhamento e avaliação no município:

A formação continuada é realizada por meio de sessões de estudos, oficinas, análise e reflexão sobre a prática e relatos de experiências, desenvolve-se por meio das ações do Coordenador da Universidade, do Coordenador Municipal e do Monitor de Apoio Pedagógico. É o momento em que as questões decorrentes do trabalho em sala de aula são aprofundadas e discutidas à luz de conteúdos teóricos.

Os conteúdos e competências básicas discutidas na Proposta Pedagógica (1999 p.13-19) aparecem em alguns pontos citados como relevantes nesse documento: “[...] o saber pedagógico do alfabetizador, que compreende a competência na seleção de conteúdos, recursos e procedimentos de ensino e aprendizagem, identificação das habilidades a serem avaliadas e o processo de avaliação”.

Observa-se que a Proposta Pedagógica cita como relevante na formação do alfabetizador “[...] o saber pedagógico, a competência na seleção de conteúdos recursos e procedimentos de ensino, habilidades, etc...”, o que se questiona nesses princípios são os critérios de escolha do alfabetizador já que não se exige nenhuma formação pedagógica (que apenas estejam cursando a 8ª série) e o curso de capacitação é de apenas 15 a 20 dias. Seria possível, nessas condições, formar o alfabetizador com as habilidades requeridas na proposta pedagógica do PAS?

A nosso ver essas são as questões contraditórias expressas no desenvolvimento do PAS, que ora sinaliza preocupação com a qualidade da formação do alfabetizador e ora expõe critérios para escolha de um alfabetizador que não atende essa qualificação requerida.

1.6.3.3 Proposta Político Pedagógica do PAS

A estrutura preconizada pelo PAS, em seu Projeto-Piloto, no ano de 1997, facultou às IES parceiras a opção teórico-metodológica de ensino. Com esse pressuposto, “[...] as universidades ficaram ‘livres’ para adotar a sua concepção de alfabetização, material didático⁴⁰ e avaliação de aprendizagem”. Entretanto, deve-se ressaltar que o material didático estava definido a priori, independente do aporte teórico-metodológico que a IES pudesse escolher.

Observa-se que se o material didático já escolhido, pouco restava às IES, a não ser a utilização desse material, considerando a sua distribuição em todos os municípios parceiros do PAS.

Ao final do primeiro módulo⁴¹ de execução do programa, procedeu-se uma avaliação de aprendizagem em relação ao conjunto das 37 universidades, que executaram o projeto-piloto. A necessidade de avaliação ficou evidenciada devido à diversidade de situações em relação ao ensino de matemática, conforme dados coletados junto aos coordenadores das IES parceiras, decidindo-se, então, contemplar a avaliação de aprendizagem de leitura e de escrita.

Conforme consta nos documentos do programa, “[...] surgiu a necessidade e exigência de avaliação mínima das metas de aprendizagem e, definiu-se um instrumento de avaliação comum que permitiu aferir a pertinência da proposta nacional, sem, no entanto, desconsiderar a autonomia das universidades”. (BRASIL. AVALIAÇÃO FINAL: PROJETO-PILOTO, 1997, p. 37-38).

O instrumento de avaliação para medir as habilidades de leitura e escrita norteou-se em seis parâmetros de análise, que vão do conhecimento total do alfabeto ao uso da leitura e da escrita de textos.

No ano de 1999, o Conselho Consultivo das Universidades Parceiras do PAS, formado por representantes de 16 universidades, elaborou o documento intitulado: Princípios Orientadores para elaboração de proposta político-pedagógica⁴². Segundo está expresso nesse

⁴⁰ Importa ressaltar que o material didático utilizado pelo PAS é a Coleção Viver e Aprender, elaborado por Ação Educativa, constituindo-se em livro para o alfabetizador e livros para os alunos, sendo facultado às IES complementar esse material.

⁴¹ O primeiro módulo do programa, corresponde ao projeto-piloto, que representa um curso completo de alfabetização no período de 6 meses.

⁴² O documento: Princípios Orientadores para elaboração de proposta político-pedagógica, consta na publicação da Revista Científica do PAS, exemplar nº 0, 1999. A composição do Conselho foi formado por representantes de 16 universidades, a saber: 1 - Universidade Federal do Ceará (Ana Célia Clementino Moura); 2 - Universidade Federal do Paraná (Carmen Sigwalt); 3 - Universidade Federal Fluminense (Cecília Corrêa de Medeiros); 4 - (Universidade Federal de Sergipe (Eva Siqueira Maria Alves); 5 - Universidade Salgado de Oliveira (Florense de Faria Brasil Vianna de Sá); 6 - Universidade São Marcos (Helena Rosa Vieira Lima); 7 - Universidade Federal de Pernambuco (João Francisco de Souza); 8 - Universidade de Cruz Alta (Loni

documento, ele é “[...] resultado das reflexões, das discussões feitas pelos representantes das universidades, que formam o Conselho Consultivo, e das análises e sugestões do conjunto das universidades, apresentadas nos encontros regionais”. (REVISTA CIENTÍFICA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, 1999, p. 7-37).

Cumprir observar que a composição do Conselho Consultivo foi formada na sua maioria por professores de Universidades Federais e, na ocasião, não foram informados os critérios de escolha para essa participação.

O conteúdo da Proposta Político-Pedagógica do PAS, elaborado pelos membros do Conselho Consultivo, apresenta basicamente os princípios orientadores para elaboração das propostas político-pedagógicas pelas IES, descreve os objetivos, conteúdos e competências básicas a serem desenvolvidos em Língua Portuguesa (língua oral, escrita, fala, relato e debate), Matemática (número e operações fundamentais, geometria e medidas), estabelece o perfil dos alfabetizadores e os conteúdos e competências para sua formação.

No que se relaciona ao processo de avaliação, os princípios orientadores propostos, pautam-se em “repensar as finalidades da avaliação, o que e como se avalia”.

De acordo com o que é apresentado na proposta pedagógica (REVISTA CIENTÍFICA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, 1999, p. 19), o processo de avaliação compreende os seguintes elementos estruturantes:

Concepção de avaliação articulada com os objetivos da proposta político-pedagógica do PAS; avaliação diagnóstica inicial e final dos níveis de desempenho lingüístico (oral e escrito) e raciocínio lógico-matemático; avaliação como processo permanente dos alfabetizandos, do desempenho do alfabetizador e da ação pedagógica.

No que concerne às avaliações gerais de cada módulo do programa, a Coordenação Executiva Nacional estabelecem padrões mínimos de avaliação que são realizados, por meio dos Relatórios Mensais de Visitas (RME). Esses relatórios compõem-se de dados relativos às classes de alfabetização (matrícula inicial, frequência, evasão e índices de aprendizagem). Os RMEs são encaminhados mensalmente ao programa pelas IES, em formulário próprio elaborado pelo programa, denominado Instrumento de Coleta de Dados.

Pautada, nesse Instrumento de Coleta de Dados, a Coordenação Executiva Nacional elabora os relatórios de avaliação final de cada módulo do programa.

Sebastião); 9 - Universidade Braz Cubas (Maria Geni Borges Persona); 10 - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Neiva Costa Toneli); 11 - Universidade Federal de Cuiabá (Rosa Maria Jorge Persona); 12 - Universidade de Brasília (Silviane Bonaccorsi Barbato Bloch); 13 - Universidade de São Paulo (Stella Conceição Piconez); 14 - Universidade do Vale do Itajaí (Sueli Anacleto de Freitas); 15 - Universidade Estadual de Campinas (Sylvia Bueno Terzi); 16 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Waldomiro Vallezi).

O próximo item deste estudo relata um pouco sobre os subprojetos desenvolvidos pelo PAS.

1.6.3.4 Subprojetos que o PAS desenvolve⁴³

Dentro da sua estrutura organizacional, o PAS desenvolve projetos paralelos ao Curso de Alfabetização, os quais atendem a finalidades diversas, entre eles serão abordados os Projetos VER, Rádio-Escola, Alfabetização Digital, Incentivo à Leitura, Apoio à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Convém ressaltar que esses projetos não são implantados obrigatoriamente em todos os municípios onde acontece o PAS. Nos documentos analisados não estão explícitas as normas de sua implantação e há registro de poucos dados sobre os resultados desses projetos.

O projeto VER foi criado pelo programa com a finalidade de minimizar o grande número de alunos com problemas de visão, sendo uma das principais causas de evasão registradas nos documentos.

Esse projeto teve início em 1999, quando foram mobilizadas até o ano 2000, 178 IES parceiras. Os municípios disponibilizaram o atendimento médico para realizar as consultas. Ao PAS, coube, além da doação dos óculos, o pagamento de uma bolsa auxílio ao médico, as passagens aéreas e o ressarcimento terrestre quando houvesse. Segundo é relatado no documento pesquisado, “causa estranheza a pouca adesão ao projeto, que foi expandido para todos os municípios”. (BRASIL. AVALIAÇÃO FINAL: MÓDULO VIII, vol. I, 2000, p. 26-27).

O levantamento da demanda fica a cargo dos municípios, juntamente com as IES. A aquisição de óculos foi feita com a otimização dos recursos da parceria da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS) firmada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE).

Segundo dados do programa, no ano de 2001, foram distribuídos 50.540 óculos e no ano de 2002, 40.107, beneficiando 480 municípios.

Projeto Rádio-Escola foi criado pela Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação em parceria com o PAS. Esse projeto tem a finalidade de auxiliar as IES na Capacitação dos Alfabetizadores e em suas atividades com os alunos em sala de aula. O material da Rádio-Escola é distribuído para as IES por meio de uma série de programas radiofônicos educativos.

Nos documentos analisados não consta o alcance desse projeto. Sabe-se apenas que é distribuído o material radiofônico para as IES e para os municípios onde o PAS é operacionalizado.

Alfabetização Digital é um curso de introdução à informática, destinado aos egressos do PAS e também à população dos municípios que desejam participar. O acompanhamento e a supervisão do projeto ficam a cargo das IES parceiras, que apresentam um plano de operacionalização. A Prefeitura disponibiliza o espaço físico para instalação de cinco microcomputadores. Conforme registro do PAS, já foram doados 287 microcomputadores pelo Banco Central.

De acordo com os dados do programa, o Alfabetização Digital já foi implantado em “20 municípios da região Nordeste, com a estimativa para atendimento de 60 mil pessoas. Os custos desse projeto estão orçados em R\$ 75 mil por ano”.

Incentivo à Leitura é um projeto que consiste na preparação e execução de ações que possibilitam aos municípios a implantação de bibliotecas com acervo de livros diversos para leitura. Essas ações são desencadeadas por meio da articulação com outras instituições. Essa instância de articulação é feita pelo PAS. Os municípios do PAS recebem um conjunto de livros variados, entre obras de ficção, literatura infantil, literatura geral, que podem ser acrescentadas ao acervo da Biblioteca Municipal, caso o município possua.

Não consta nos documentos analisados a abrangência do projeto e o quantitativo de livros distribuídos.

Apoio à Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das ações do PAS como forma de garantir a continuidade de estudos dos egressos do programa e funciona por meio de cursos de EJA e Cursos Profissionalizantes, planejados e implantados de acordo com a “vocaço econômica” de cada município. O MEC e o Ministério do Trabalho so parceiros do PAS nessas aoes.

O MEC colabora concedendo s prefeituras municipais linhas de crdito que possibilitam a formao de professores e a impresso de material didtico. O Ministrio do Trabalho garante aos municpios a realizao dos cursos profissionalizantes com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Consoante os dados do PAS, “[...] a distribuio de recursos feita com base na proporo de alunos matriculados nos cursos presenciais com avaliao no processo de ensino fundamental, nas escolas estaduais e municipais cadastradas no censo. Os recursos compreenderam os exerccios de 2001 e 2002”.

⁴³ Sobre os subprojetos que o PAS desenvolve, consultar o site do programa. Disponvel em: <<http://www.alfabetizacao.org>>.

Cumpramos esclarecer que se a distribuição de recursos para EJA é baseada no censo escolar do ano anterior e se aplica aos alunos que tiveram sua matrícula efetuada no ano anterior, no nosso entendimento, esses recursos não se destinam aos egressos do PAS que, na grande maioria, nunca freqüentaram escola ou que deixaram de freqüentar na idade própria.

Outro aspecto a ressaltar é que nos documentos analisados sobre os subprojetos que o PAS desenvolve não existe informações mais detalhadas sobre o quantitativo da clientela atendida, o montante de recursos utilizados nessas ações e os resultados atingidos. Procura-se, neste relato, informar ao leitor basicamente o que conseguimos pesquisar, para dar pelo menos uma idéia das ações paralelas ao curso de alfabetização que o programa desenvolve.

1.6.3.5 Encontros Regionais e Semana da Alfabetização promovidos pelo PAS⁴⁴

O Encontro Regional, denominado pelos organizadores de Reunião Técnica, é realizado uma vez a cada ano, com a participação de grupos de professores, em pólos diferenciados, reunindo os representantes de acordo com a região do município em que a IES atua.

Esses encontros, como está proposto pelo PAS, têm o “[...] objetivo de ser uma reunião preparatória para o Encontro Nacional e também a oportunidade de discutir questões pertinentes ao programa com uma representação menor, considerando que os Encontros Nacionais reúnem um número muito elevado de participantes”.

O evento, com duração de um dia, conta com a participação de um representante de cada IES, cujas despesas com transporte aéreo, hospedagem e alimentação são financiadas pelo PAS.

No ano 2002, os Encontros Regionais ocorreram nas cidades de Belém, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. Na ocasião, a temática da reunião foi a discussão dos princípios pedagógicos do Projeto Nacional do programa e do Projeto Grandes Centros Urbanos. Cerca de 500 pessoas participaram dos eventos naquele ano. (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, 2002, p. 11).

Durante a sua trajetória, o PAS realizou quatro Seminários de Avaliação. Esses Seminários, com quatro dias de duração, constituíam-se em Encontros Nacionais que reuniam representantes de todas as IES parceiras do programa. O evento costumava ser realizado em São Paulo e era desenvolvido por meio de diversas temáticas: Exposição de trabalhos das IES,

⁴⁴ Na análise realizada não encontramos registro detalhado desses eventos, então, baseamos nosso estudo nas Revistas Bimestrais publicadas pelo Programa, cujos números foram: 17/2001, 18/2001, 22/2002 e no Relatório de 04 anos de atividade do Programa Alfabetização Solidária: janeiro de 1997 a dezembro de 2000.

Educação de Jovens e Adultos, Educação em Língua Portuguesa, Educação Matemática, entre outros.

A partir do ano 2000, a Coordenação Executiva Nacional do PAS mudou a sistemática de organização e deu início à “I Semana da Alfabetização”, realizada em São Paulo, no período de 04 a 08 de setembro de 2000. Segundo os organizadores, “foi um evento grande em proporção e repercussão, consolidando seu espaço entre os mais importantes eventos relacionados à educação realizados no país”.

Segundo dados do Relatório de quatro anos de atividade do Programa Alfabetização Solidária: janeiro de 1997 a dezembro de 2000 (p. 35), “Educadores, estudiosos, representantes das empresas e IES parceiras do PAS tiveram oportunidade de se encontrar no Teatro da Cultura Artística em São Paulo, reunindo 800 parceiros do programa, inclusive dos 1.016 municípios atendidos”. Consta ainda no relatório (2000, p. 35) que a Semana da Alfabetização foi organizada pela Coordenação Nacional do Programa, em parceria com o Ministério da Educação e com a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO).

Considerando que o PAS, além da atuação nacional, também tem uma atuação internacional, a programação da Semana da Alfabetização foi segmentada em blocos, sendo assim distribuída: 1 - bloco do Seminário Balanço Social, voltado para o balanço social das empresas parceiras, dirigidas aos representantes das instituições que investem no PAS (as empresas que financiam os municípios); 2 - bloco do Seminário Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos debateu sobre os “desafios do programa, quanto a expandir seu alcance”; 3 - bloco sobre o Simpósio Internacional da UNESCO, promovido pela UNESCO; 4 - bloco do Seminário Nacional do PAS, dirigido principalmente aos Coordenadores do PAS nas IES e professores que atuam no programa. (2000, p. 37).

A “II Semana de Alfabetização” reuniu cerca de 1.500 participantes por dia no Teatro da Cultura Artística em São Paulo. A Semana foi organizada em forma de seminários, cujas temáticas foram: O Seminário Desenvolvimento Social e as Relações entre 1º, 2º e 3º setores, dirigida especialmente aos participantes empresários. Personalidades como Beatriz Azeredo (BNDES), Cristina Carvalho Pinto (Full Jazz), Rosvita Sauressig (Valor Econômico) e Christopher Well (UNIBANCO) discutiram os temas “Investimento Socialmente Responsável”, “Marketing Social” e “O Papel da Imprensa”. (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, 2001, p. 13).

Na ocasião, de acordo com o depoimento da Coordenadora Executiva Nacional do PAS, Regina Vasconcelos Esteves, “[...] as empresas também estão conscientes de que sua eficiência deve também ser mostrada na sua responsabilidade social, enquanto os próprios

veículos de comunicação estão abrindo mais espaços para a divulgação e incentivo dessas atividades”. (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, 2001, p. 13).

O evento contou com três seminários: Seminário dos Dirigentes Universitários, Seminário dos Coordenadores das IES parceiras e Seminário Internacional.

Houve ainda a participação de José Canelas (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, 2001, p. 13), Especialista em Formação de Adultos da Casa de Promoção Social em Grenoble, na França, enfatizando, na ocasião, que “[...] a capacidade do programa de estabelecer parcerias é o segredo do seu sucesso”.

No ano de 2002 foi realizada a “III Semana da Alfabetização”, no período de 09 a 13 de setembro/2002, em São Paulo, conforme consta na publicação da Revista Semestral do Programa Alfabetização Solidária: Escrevendo Juntos. n. 22, p. 16-17, jul./ago. 2002, o evento, a exemplo dos anos anteriores, foi organizado em forma de seminários. Naquele ano, o Seminário de Empresas discutiu a temática “A Responsabilidade Social em Debate” e contou com um público restrito, cujos participantes fizeram a adesão com a taxa de R\$ 150,00.

O evento contou com quatro blocos de palestras: 1º bloco - Capital, Produto e Concorrência, com o palestrante Bernardo Klisberg do Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social do BID; Produto e Concorrência Social: Otimizando a construção de parcerias, com o palestrante Miguel Fontes da John Snow do Brasil. 2º bloco – A Responsabilidade Social e o Investimento Social das Empresas, com o palestrante Paulo Itacarambi do Instituto Ethos e Investimento Social Privado, com a palestrante Anna Maria Peliano. 3º bloco – Consumo Responsável e Governança Corporativa, palestrante Hélio Mattar da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, Instituto Ethos e Instituto Akatu; Governança Corporativa e Compromisso Social com o Palestrante Paulo Villares do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O 4º bloco de palestras discutiu o tema: Premiação, otimização de recursos e aspectos legais do 3º setor, com a palestrante Claudia Vassalo da Revista Exame. A outra palestra abordou o tema Otimizando o Investimento Social Privado e Promovendo Parcerias, cujo palestrante foi Andrés Falconer da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL), a última palestra: Deduções e aspectos legais de organizações atuantes no 3º setor, com o palestrante Antoninho Marmo Trevisan.

A cerimônia de Abertura da III Semana, que prosseguiu com o Seminário de Reitores e Pró-reitores contou com as palestras: Fortalecendo a Rede de Parcerias com as Instituições de Ensino Superior, cuja palestrante Ruth Cardoso – preside o Conselho da Comunidade Solidária.

Outros temas tratados nesse seminário foram: A Importância Científica para o Desenvolvimento Social; Responsabilidade Social Empresarial e a Formação Acadêmica e a Participação das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira. O “Workshop Internacional”, segundo os organizadores, tem a “finalidade de promover o intercâmbio de experiências de diversos países sobre estratégias de mobilização e implementação de parcerias para a educação de jovens e adultos”.

Ocorreu na III Semana o Seminário de Gestores, cuja temática de enfoque foi “A Importância da Parceria das Instituições de Ensino Superior no Programa Alfabetização Solidária”. O palestrante Miguel Arab da Faculdade Trevisan e Trevisan Consultores falou sobre a transparência na utilização de recursos pelo Terceiro Setor.

O breve relato sobre os Encontros Regionais e a Semana da Alfabetização teve a finalidade de situar o leitor mediante a estrutura organizacional do PAS. Vale refletir sobre o número elevado de participantes nesses eventos que, a cada ano, conforme a expansão do PAS, vai aumentando em larga escala. Na I Semana, como já mencionado, participaram cerca de 800 pessoas; na II Semana da Alfabetização houve 1.500 participantes e na III Semana chegou a aproximadamente 3.000 participantes.

O evento era dirigido aos parceiros do PAS e no caso das IES é reservado um quantitativo de vagas conforme o número de municípios que a IES atende. Geralmente, a distribuição é feita de acordo com os Seminários. Existe a vaga para participação em cada Seminário, por exemplo: O Seminário de Reitores e Pró-reitores é dirigido somente a esse público, enquanto o Seminário de Gestores reserva participação para os Gestores das IES e o Congresso Internacional é dirigido para os Coordenadores Pedagógicos das IES.

Essa forma de organização não permite a participação em mais de um Seminário, já que os participantes da mesma IES ficam em Seminários diferenciados de acordo com a sua função, o que não permite o processo de discussão coletiva das questões pertinentes ao programa.

Vale registrar que as despesas com alimentação, hospedagem e transporte aéreo dos participantes das IES, nos Encontros Regionais e na Semana da Alfabetização, eram financiadas pelo PAS. Considerando que o custo dessas despesas não consta do material analisado, optamos por realizar consulta em um dos hotéis⁴⁵, onde já houve a realização do evento no ano de 2002. Observa-se que os Encontros Nacionais de Alfabetização ocorrem todos os anos, mas por falta de registro nos documentos, limitamo-nos a mostrar apenas os

⁴⁵ Consultamos o Hotel Blue Tree Conventions Ibirapuera em São Paulo, onde já foi realizado um dos Encontros Nacionais da Alfabetização no ano de 2002. Ressalta-se que os valores obtidos são do mês de março de 2004. Disponível em: <<http://www.bluetree.com.br>>. Acesso em: mar. 2004. Na Supervisão de eventos pelo e-mail: eventos.conv@bluetree.com.br.

dados de um hotel, para ter uma noção do custo desses eventos e da sua mobilização, uma vez que são oferecidas aos participantes mesas fartas de "Coffee Breaks", no período de uma semana, que é a duração do evento. Além das despesas com almoço e jantar.

Obtivemos informação sobre o custo atual das diárias e da alimentação que o hotel oferece para grandes eventos como a III Semana da Alfabetização, que aconteceu em 2002. De acordo com a consulta, a categoria do hotel é de quatro estrelas, a localização é na cidade de São Paulo, no Blue Tree Conventions Ibirapuera. O valor da diária para grupos varia de R\$ 148,00 a R\$ 291,00. Preço das refeições: Coffee Breaks R\$7,00 a R\$18,00 por pessoa; café da manhã R\$ 18,00 a 29,00 por pessoa; almoço R\$ 30,00 a R\$ 34,00 por pessoa; jantar R\$ 30,00 a R\$ 34,00 por pessoa.

Ressalta-se que o evento da III Semana da Alfabetização contou com a participação de cerca de 3.000 participantes. Dentre esses, a maioria professores das IES, cujas despesas com hospedagem e alimentação ocorriam por conta do PAS.

O que se avalia desses encontros é a estratégia de *marketing* do programa, além do aquecimento do comércio verificado na venda de materiais, passagens, hospedagem e alimentação.

1.7 PAS: Atuação Internacional⁴⁶

O Programa Alfabetização Solidária passou a expandir suas ações em âmbito internacional desde o ano 2000 para outros países de língua portuguesa. (Timor Leste, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Importa refletir sobre os acordos internacionais do PAS com os países do Timor Leste, Moçambique e São Tomé e Príncipe, enquanto signatário do documento elaborado na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien no ano de 1990⁴⁷. O documento: Declaração Mundial de Educação para Todos, traduziu aqui no Brasil em metas que se transformaram em campanhas e programas de governo, projetos de avaliação e reformas do ensino. O Brasil estabeleceu metas para promover a universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo.

⁴⁶ O que se relata sobre a atuação internacional do PAS é com base nas publicações bimestrais das revistas do PAS, e também as poucas informações do site do programa. Disponível em: <<http://www.alfabetizacao.org.br>>. Acesso em: dez. 2002.

⁴⁷ Documento consultado: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien - 1990). Plano de Ação para Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2002.

Dentre os objetivos da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, (1990) o artigo 7º estabelece:

Fortalecer Alianças: [...] novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os setores e entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo; [...] entre as organizações governamentais e não-governamentais, setor privado [...].

Verifica-se do artigo 7º a orientação sendo encaminhada para a formação das alianças, dos acordos e da participação de instituições não-governamentais, na elaboração e execução dos projetos e programas sendo um dos aspectos na nossa avaliação que explica a participação em âmbito internacional.

O artigo 10 refere-se a Fortalecer a Solidariedade Internacional:

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem constitui-se uma responsabilidade comum e universal a todos os povos e implica solidariedade internacional e relações honestas e eqüitativas, a fim de corrigir as atuais disparidades econômicas. Todas as ações são valiosos conhecimentos e experiências a compartilhar, com vistas à elaboração de políticas e programas educacionais eficazes.

Observa-se desse artigo a ênfase na "solidariedade, na responsabilidade comum e universal entre todos os povos", caracterizando também a necessidade de os países expandirem suas ações para outras fronteiras.

O plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagens prevê a "cooperação entre países, individualmente ou em grupos, assim como organizações internacionais poderão recorrer ao plano de ação para elaborar os seus próprios planos".

Dez anos após a conferência de Jomtien, a Cúpula Mundial de Educação reúne-se em Dakar (2000) e teve de reconhecer que muitas metas propostas em 1990 não foram cumpridas. A reunião de cúpula estabeleceu metas coletivas para alcançar e manter os objetivos de educação para todos que não foram atingidos. Com essa perspectiva, a ação de Dakar constitui-se em compromisso coletivo para a ação em que os governos têm a obrigação de assegurar essas metas. Segundo o Marco de Dakar, essa responsabilidade será dirigida de forma mais eficaz por meio de amplas parcerias no âmbito de cada país, apoiada pela cooperação com agências e instituições regionais e internacionais.

Com essa compreensão dos acordos firmados nas Conferências Internacionais de Educação (Jomtien, Dakar), é que refletimos a parceria do PAS com outros países, constatando-se desses acordos os princípios anunciados pelo PAS na questão da

"solidariedade, das parcerias, do compartilhamento das ações", aspectos amplamente preconizados nos documentos das conferências internacionais.

A seguir, passamos a relatar segundo as publicações das revistas bimestrais do programa a atuação do PAS em âmbito internacional, sendo que nos documentos analisados foram as únicas referências que encontramos.

Conforme é informado na revista bimestral do programa: *Escrevendo Juntos*, n. 17, p. 20, 2001, “[...] o projeto internacional piloto foi realizado em Timor Leste, em novembro de 2000, quando 300 alunos passaram a receber aulas para alfabetização em português. Já são 3.500 alunos sendo atendidos, no ano de 2001, em 130 salas de aula”.

A atuação do Programa no Timor Leste é coordenada pelas seguintes IES: Universidade Santa Cecília, Unirio, Unimontes, Mackenzie e Faculdades Interlagos. Cada IES cumpre um papel nessa parceria, sendo na Universidade Santa Cecília um trabalho baseado na ação comunitária; a Universidade do Rio de Janeiro desenvolve uma ação prática de ensino e a Universidade Federal de Pernambuco implantará a fundamentação teórica. (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. ESCREVENDO JUNTOS, 2001, p. 20).

Conforme dados da Revista *Escrevendo Juntos*, (2001, p. 20):

O PAS chegou no ano de 2001 a todos os 13 distritos do Timor Leste [...] O programa, implantado em 11 salas de aula da capital do país, tem a previsão de implantar mais 130 salas de aula em todos os distritos, para atender a mais de 3.500 adultos não-alfabetizados. Para tanto, 170 alfabetizadores timorenses foram capacitados.

O programa foi implantado em agosto de 2000, em Moçambique, para “[...] atender a mais de mil moçambicanos [...] e em setembro do mesmo ano, 250 alunos de São Tomé e Príncipe começam a ser atendidos”. (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. ESCREVENDO JUNTOS, 2001, p. 20).

Em Moçambique, o PAS trabalha de acordo com o projeto nacional implantado pelo governo moçambicano. Segundo dados da Revista Bimestral do Programa (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, 2001, p. 21), “Quarenta salas de aula vão funcionar em diversas províncias [...] atendendo inicialmente 1000 alunos que deverão posteriormente ser absorvidos no sistema formal moçambicano”.

Os trabalhos de alfabetização em Moçambique são coordenados pelas Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Janeiro (PUC-RJ). (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. ESCRREVENDO JUNTOS, 2001, p. 21).

Conforme dados da Revista Bimestral do PAS: Escrevendo Juntos, n. 22, p. 22, 2002, “Moçambique, possui cerca de 17 milhões de habitantes [...] uma taxa de analfabetismo de 60,5%”. Segundo os dados, embora o português seja o idioma oficial, existem mais de 25 línguas nacionais e 33 dialetos sendo utilizados no país. Para o governo, o português é um instrumento de unificação nacional. A meta do PAS em Moçambique é “alfabetizar 1,4 milhão em cinco anos”. (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. ESCRREVENDO JUNTOS, 2002, p. 22).

Segundo dados (Ministério das Relações Exteriores - Assessoria de Comunicação Social, informação à imprensa nº 422 de 31/10/2002), em maio de 2001, foi consagrada a cooperação na área da educação como uma das prioridades entre os governos do Brasil e de São Tomé e Príncipe. Na ocasião, foi implantado o Programa Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe, com a aplicação de metodologia de ensino orientada para a alfabetização de jovens e adultos, com a formação de mais de 100 salas de aula e atendendo 2.500 alunos.

Conforme os dados desse documento, o índice de analfabetismo da população adulta em São Tomé e Príncipe é de 27%, sendo 15% de homens e 38% de mulheres. Em 1975, ao tornar-se independente de Portugal, apenas 20% da população sabia ler e escrever.

Os objetivos preconizados pelo acordo é “criação de uma estrutura nacional para ser multiplicada pelo poder público [...] um modelo de alfabetização para todo o país [...] essa ação será elaborada com o apoio técnico da cooperação brasileira, mediante a obtenção de recursos internacionais para sua sustentabilidade”.

Os primeiros países de língua portuguesa a adotar o Programa Alfabetização Solidária nas suas políticas de analfabetismo foram: Timor Leste, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A intenção do programa é ampliar a sua atuação. Em 2002, o PAS foi expandido para Cabo Verde e Guatemala.

De acordo com os poucos dados encontrados na página do PAS⁴⁸, em Cabo Verde, foi realizada visita precursora em abril de 2002. Em outubro desse ano, foram instaladas 10 salas. As IES parceiras são a UNICAMP e Universidade Estadual do Vale do Acaraú.

Conforme o documento “Ajuste Complementar ao acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde na área de Educação”.⁴⁹

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.alfabetizacao.org.br>>. Acesso em: abr. 2003.

⁴⁹ Publicado no Diário Oficial da União nº 164, Seção I, p. 93, de 26/08/2002.

Art. 1º [...] tem como objeto a implementação do projeto alfabetização solidária em Cabo Verde, que visa apoiar a estruturação do programa de alfabetização de jovens e adultos por meio da implantação de turmas de alfabetização naquele país, contribuindo, para o fortalecimento do modelo caboverdiano de alfabetização de jovens e adultos. Art. 2º - O Governo da República Federativa do Brasil designa: a) a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações; b) Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), como responsável pela implementação do Programa Alfabetização Solidária na execução das ações decorrentes deste ajuste complementar. O Governo da República de Cabo Verde designa: a) o Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde como responsável pela execução, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar. TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES: **Art. 5º - a) Ao Governo brasileiro cabe:** - enviar professores e técnicos para desenvolver o projeto em Cabo Verde; apoiar a realização de treinamentos e estágios técnicos no Brasil e em Cabo Verde; **enviar material didático para até 110 salas;** selecionar e capacitar até 142 alfabetizadores; apoiar a implantação de até 110 turmas de alfabetização; acompanhar a implantação de até 110 salas; acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto. **Ao Governo caboverdiano cabe:** - designar um técnico para constituir a equipe de gestão do projeto; colocar à disposição do projeto instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades; prestar aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro o apoio necessário durante a execução das tarefas que lhes forem confiadas, colocando a disposição todas as informações necessárias à execução do projeto; garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos técnicos caboverdianos que estiverem envolvidos no projeto; garantir que os 250 alunos alfabetizados por meio do projeto sejam incorporados na rede regular de ensino do país, de modo a consolidar o processo de alfabetização dos mesmos; **garantir os custos de transporte interno, hospedagem e alimentação dos professores-alfabetizadores caboverdianos durante a capacitação;** tomar as providências necessárias para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade, o mais rápido possível, por técnicos da instituição executora caboverdiana; providenciar o imediato desembaraço alfandegário dos materiais pedagógicos e de apoio fornecidos pelo Governo da República Federativa do Brasil ao projeto; garantir as despesas de transporte dos materiais em solo caboverdiano; custear as despesas de taxas portuárias, aeroportuárias e de armazenagem, em território caboverdiano dos materiais fornecidos pelo Governo brasileiro; acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto objeto do presente Ajuste Complementar.

Segundo as informações disponíveis na página do PAS, “em Guatemala, país de língua hispânica, existe um modelo de cooperação com o PAS, para intercâmbio de experiências”. Consoante essa informação, o “órgão responsável pela cooperação na Guatemala é o Movimento de Alfabetização (MONALI) que já atendeu 730 mil alunos, em 3 anos de existência. As IES parceiras desse trabalho são a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e a Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Nos países descritos, com exceção da Guatemala, segundo dados do PAS, a atuação do programa refere-se à seleção e capacitação de alfabetizadores, acompanhamento e avaliação de resultados, além da “implantação de uma estrutura que permita a continuidade do processo de educação de jovens e adultos”. Em contrapartida, o governo local “assegura a infra-estrutura e o apoio necessário ao andamento do projeto”.

A atuação internacional conta com a parceria das IES brasileiras e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)⁵⁰. Essa é uma agência que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e tem como atribuição coordenar e supervisionar os programas e projetos brasileiros de Cooperação Técnica em todas as áreas do conhecimento. Os programas e projetos são negociados e implementados em consonância com os acordos firmados pelo Brasil com os países parceiros e com os organismos internacionais.

Nos documentos pesquisados não está detalhado o quantitativo de recursos repassados para a operacionalização dos acordos na atuação internacional do PAS, não estão explicitadas ainda quais as parcerias firmadas, além do que está prescrito dos acordos com os países e o financiamento do material didático que é feito pelo MEC. O montante de recursos gastos com a operacionalização do programa, despesas como: transporte de professores de um país para o outro, hospedagem, alimentação, entre outros serviços que o desenvolvimento do trabalho requer, não estão especificados nos documentos analisados.

1.8 Expansão do PAS

1.8.1 Âmbito nacional

A análise da expansão do PAS empreendida neste estudo abrange, como já dissemos, o desenvolvimento do programa desde o ano de sua implantação em 1997 até 2002, o que corresponde à operacionalização de 12 Módulos⁵¹. Portanto, até o ano de 2002, o PAS já atendeu a formação de 12 turmas de alunos, computando os Módulos I ao XII.

Após a implementação do Projeto-Piloto (Módulo I), no ano de 1997, o programa começou a desencadear o seu processo de expansão. Desde então, “[...] tem sido, através das parcerias que foram se constituindo ao longo do tempo, um articulador de potencialidades e demandas”.

Como já foi apontado neste estudo (p. 21), cada módulo do programa envolve diversas parcerias, tais como: as empresas financiadoras, as IES que acompanham e avaliam o processo de alfabetização de adultos, os municípios onde é operacionalizado o programa. Nesta etapa do trabalho, analisa-se a expansão em termos quantitativos (número de alunos

⁵⁰ Para mais detalhes sobre a Agência Brasileira de Cooperação, disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: ago. 2003.

⁵¹ Um Módulo representa um curso completo de alfabetização com a duração de 06 meses. A numeração em algarismo romano é utilizada pelo Programa.

atendidos, número de municípios que desenvolvem o programa, número de empresas e governos que financiam o programa).

A Tabela 2 apresenta os dados de desempenho do PAS até julho de 2002. Verifica-se, no período, a expansão do atendimento: de 38.650 alunos em 1997 para 739.904 em 2002. O programa alfabetizou até 2002 o quantitativo de 3.242.809 alunos. O grande salto ocorreu no ano de 1997, quando o número de jovens e adultos atendidos foi ampliado em 198.500 alunos. Verifica-se também a grande difusão no número de alfabetizadores capacitados (de 1.921 para 27.606) e de municípios atendidos de 120 em 1997 para 2.010 em 2002.

TABELA 2 – Demonstrativo do número de alunos atendidos, alfabetizadores capacitados, municípios atendidos, instituições, empresas e governos parceiros, em nível nacional, no período de 1997-2002

ANO	1997 (Módulo I/II)	1998 (Módulos III/IV)	1999 (Módulos V/VI)	2000 (Módulos VII/VIII)	2001 (Módulos IX/X)	2002 (Módulos XI/XII)	TOTAL
Nº alunos atendidos	38.650	237.150	516.700	756.880	953.525	739.904	3.242.809
Nºalfabetizadores capac.	1.921	11.833	25.000	35.000	34.237	27.606	135.597
Nº municípios atendidos	120	581	866	1.016	1.578	2.010	2.010
Nº IES parceiras	80	152	173	174	177	204	204
Nº Empresas e Governos parceiros	20	45	43	70	90	101	101

Fonte: Revista do Programa Alfabetização Solidária: Trajetória de 06 anos, 2002, 50 p.

Os dados revelam uma significativa expansão do programa em âmbito nacional, em seis anos de atuação, isso implica também uma variedade de outros serviços que são requisitados com a sua operacionalização. A identificação de demanda por outros serviços constitui um dos objetivos deste trabalho e será tratado posteriormente, a partir de um estudo de caso realizado no município de Mogeiro, PB. Restringimo-nos, no momento, à análise da expansão no âmbito da estrutura interna da sua operacionalização.

1.8.2 Âmbito internacional

De acordo com os dados disponíveis, a atuação internacional do PAS com outros países de língua portuguesa teve início no ano de 2000. O programa já possibilitou “[...] atendimento de mais de 14.000 alunos em 481 salas de aula, no Timor Leste, Moçambique e São Tomé e Príncipe, até o primeiro semestre de 2002”. (BRASIL. TRAJETÓRIA 6 ANOS, 2002, p. 46).

Segundo o documento, depois da experiência no Timor Leste e, por meio da parceria com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, a atuação foi estendida para Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Não informamos a expansão em Cabo Verde e Guatemala⁵² devido à falta de registros nos documentos analisados sobre os dados quantitativos da atuação do programa nessas localidades.

A Tabela 3 demonstra o quantitativo de alunos atendidos e as IES brasileiras parceiras no Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Moçambique, no período de 2001 a 2002.

TABELA 3 - Demonstrativo da atuação internacional do PAS no período de 2001/2002: Países parceiros, IES brasileiras parceiras e número de alunos atendidos

Ano	Países parceiros	IES brasileiras parceiras	Nº de alunos atendidos
2001/2002	Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Moçambique	UNIMONTES, UNISANTA, Mackenzie, PUC-RS, UFPR, Universidade Brás Cubas, UNIMEP, UNIVAP, PUC-RJ, UNEB, Interlagos.	14.250

Fonte: Revista do Programa Alfabetização Solidária: Trajetória 6 anos, 2002, 50 p. Site institucional do programa. Disponível em: <<http://www.alfabetizacao.org.br>>. Acesso em: ago. 2003.

Observa-se, como já foi mencionado neste estudo, que não encontramos informações sobre os critérios de escolha das IES que atuam em âmbito internacional. Verifica-se que a grande maioria se encontra na categoria de Universidades, caracterizando, a nosso ver, uma predominância nessa escolha, embora seja preconizado pelo programa que a parceria com as IES não estabelece diferenciais no seu campo de atuação.

Conforme está registrado nos documentos oficiais, o objetivo do programa é continuar o seu processo de expansão nesses países, a exemplo da reportagem da revista do PAS *Escrevendo Juntos*, nº 22 (REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, 2002, p. 22), cujo título da matéria é “Moçambique, alfabetizar 1,4 milhão em cinco anos”.

Note-se que, em apenas seis anos de existência, o PAS desencadeou um processo significativo de expansão nacional, porém, não sendo com a mesma proporção em âmbito internacional.

Esse processo de expansão que se está mostrando, constitui-se em elementos de extrema importância para a análise que se quer empreender neste estudo, que busca responder,

⁵² Nos documentos estudados sobre Cabo Verde (2002, p. 37), não é descrito o quantitativo de alunos, IES e parcerias estabelecidas no Acordo. Da mesma forma, nos dados pesquisados sobre o PAS em Guatemala não encontrou-se registro nem do Acordo de Cooperação.

nos seus objetivos, às indagações do papel que um programa como o PAS, presente e em expansão, cumpre na sociedade.

No próximo capítulo, apresentamos a trajetória do Programa Alfabetização Solidária no município de Mogeiro/PB, campo empírico da nossa pesquisa.

CAPÍTULO II

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA EM MOGEIRO/PB – 1998 A 2002

O capítulo II compreende três partes: 1 - Caracterização do município de Mogeiro/PB; 2 - Relato do Programa Alfabetização Solidária (PAS) no município de Mogeiro; 3 - Apresentação dos resultados da pesquisa com egressos do PAS.

Na primeira parte tratamos da caracterização do município, campo empírico do estudo, apresentando as principais atividades desenvolvidas no município. Na segunda, é feito o relato do PAS em Mogeiro desde a sua implantação. Na terceira parte, apresentam-se os dados da pesquisa com egressos.

2.1 Caracterização do Município de Mogeiro/PB

Mogeiro está localizado na zona de transição agreste-caatinga da Paraíba, na porção geográfica denominada agreste caatingado, à margem esquerda do riacho do mesmo nome, de relevo ondulado e plano.

O município está situado a 127 metros acima do nível do mar. A área é de 222 quilômetros quadrados e pertence à microrregião agropastoril do Baixo Paraíba. A distância para a capital João Pessoa é de 97 Km.

Mogeiro é um município predominantemente rural, sendo que a população urbana é de 4.526 habitantes e a zona rural é de 8.705. A população geral é de 13.231. Apresenta 67% da população residindo na zona rural, sobrevivendo da exploração das atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, 33% da população que reside na zona urbana depende diretamente do trabalho e da produção do campo.

De acordo com o documento⁵³ da Prefeitura Municipal de Mogeiro, “[...] o município conta com uma população rural de 8.705 habitantes, sendo 3.406 famílias rurais com uma média de 05 pessoas por família. Uma estrutura fundiária de 1.347 imóveis rurais, com uma área de 18.305 hectares”.

Apenas 34 imóveis são superiores a 100 hectares, o que caracteriza a grande quantidade de minifúndios e pequenos produtores que sobrevivem da exploração agropecuária

⁵³ O documento analisado está disponível na Prefeitura Municipal de Mogeiro: Diagnóstico Participativo Local-Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) - Ano 2002 - Será citado posteriormente como DLIS.

por meio do plantio da cultura de subsistência e da criação de pequenos animais, com utilização de tecnologia rudimentar. Conforme o documento pesquisado, “[...] aproximadamente 90% das famílias não possuem terra, havendo concentração da maior parte das terras nas mãos de pequeno grupo de proprietários”. É expresso no documento que “[...] os outros 10% das terras encontram-se distribuídas para a massa de pequenos agricultores, somando-se em média cerca de 01 a 10 hectares por famílias rurais”.

Demonstram-se na Tabela 4 os dados sobre a Condição do Produtor no município de Mogeiro, que se refere à qualificação e número de estabelecimentos e a área (ha) ocupada.

TABELA 04 - Demonstrativo da Condição do Produtor, nº de estabelecimentos e área (ha)- Município de Mogeiro/PB

QUALIFICAÇÃO	ESTABELECEMENTOS	ÁREA (ha)
Proprietário	398	17.291
Arrendatário	682	1.358
Posseiro	03	13
Ocupante	526	1.541
Total	1.609	20.203

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário – 1995/1996.

Observa-se dos dados analisados que, embora haja a concentração de terras para um grupo pequeno de proprietários, existe uma grande quantidade de minifúndios e pequenos produtores. Esses minifúndios se constituem em produções de diversas culturas de subsistência (mandioca, milho, amendoim, entre outras) e criação de pequenos animais. Parte dessas terras são arrendadas aos pequenos agricultores que passam a ser arrendatários e o que é produzido deve ser dividido com o proprietário.

No setor pecuário, pode-se observar uma grande redução no efetivo, principalmente no rebanho bovino, com uma perda em média de 80%. As causas são variadas: baixa irregularidade pluviométrica, falta de crédito e investimentos, ausência de infra-estrutura de beneficiamento da carne e do leite, dificuldade na comercialização e escassez de água no verão. Esses aspectos têm sido elementos desfavoráveis para a retomada do desenvolvimento no setor.

No setor secundário, desenvolve-se principalmente a fábrica de alpargatas com a absorção de 177 funcionários e uma microempresa de confecção de roupas, comportando um número pequeno de profissionais da área. Analisando diferentes atividades econômicas do município, verifica-se que o setor primário é responsável por 51% da produção e o setor secundário contribui com 22%, ficando o setor terciário com 27% do comércio varejista dos mais diversos ramos.

A Tabela 5 apresenta os dados sobre o ramo de atividades na indústria.

TABELA 5 - Demonstrativo sobre ramo de atividades na indústria, nº de estabelecimentos e nº de pessoas ocupadas - Município de Mogeiro/PB - 2002

Ramo de atividades – Indústria	Nº de Estabelecimentos	Pessoas ocupadas
Casas de farinha	06	Comunitárias
Fabricação de calçados alpargata	01	177
Serralharia	02	05
Microempresa de confecções	02	04
Marcenaria	02	03
Microindústria de reciclagem de saco plástico	01	01
Total	14	190

Fonte: DLIS, op. cit., p. 52.

Na Tabela 6, estão apresentados os dados sobre ramo de atividades no comércio:

TABELA 6 - Demonstrativo sobre ramo de atividades no comércio, nº de estabelecimentos e nº de pessoas ocupadas - Município de Mogeiro/PB - 2002

Ramo de atividades – Comerciais	Nº de Estabelecimentos	Pessoas ocupadas
Açougues	14	22
Artigos de couro	01	03
Artigos de mercearia	08	14
Artigos de presentes	01	03
Artigos funerários	01	01
Bares e restaurantes	06	06
Cereais e grãos	11	11
Confecções em geral	04	05
Farmácias	02	02
Feirantes	150	150
Ferragens/materiais elétricos	02	06
Fiteiro	05	05
Granjas	01	14
Lanchonetes	03	03
Loja de eletrodomésticos e móveis	02	04
Madeireiras/marcenaria	02	06
Material de construção	02	06
Óticas	01	01
Total	216	262

Fonte: DLIS, op. cit., p. 52.

Na Tabela 7 constam os dados sobre ramo de atividades no setor de serviços.

TABELA 7 - Demonstrativo dos dados sobre Ramo de Atividade no setor de serviços, número de estabelecimentos e número de pessoas ocupadas – Mogeiro/PB – 2002.

Ramo de atividades – Serviços	Nº de Estabelecimentos	Nº de pessoas ocupadas
Bancos	02	02
Casas de Jogos /Sinuca	02	02
Casa Lotérica	01	02
Clube Recreativo	02	02
Oficina de automóveis	01	03
Oficina de lanternagem e pintura	01	03
Oficina Mecânica de Motos e Bicicletas	02	02
Serviço de higiene, manicure e salão de beleza	04	04
Serviços fotográficos	02	02
Total	17	22

Fonte: DLIS, op. cit., p. 52.

Na Tabela 8, estão apresentados os dados gerais sobre o número de pessoas ocupadas nos três ramos de atividades: indústria, comércio e serviços.

TABELA 8 - Demonstrativo do número de pessoas ocupadas nos setores da indústria, comércio, serviços em geral, educação e servidores municipais na zona rural e urbana.

Ramo de atividades	Número de pessoas ocupadas
INDÚSTRIA	190
COMÉRCIO	262
SERVIÇOS EM GERAL	22
EDUCAÇÃO (n° de docentes da rede pública e privada)	211
SERVIDORES MUNICIPAIS	434

Fonte: Secretaria de Administração e Documento DLIS, op. cit.,p. 52 - Mogeiro/2002.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Administração de Mogeiro o quantitativo de Servidores Municipais compreende: mulheres (323) e homens (111).

No campo da educação, segundo o documento⁵⁴, o número de alunos matriculados nas escolas é de 3.768.

Na Tabela 9, demonstra-se o número de alunos nas três redes: estadual, particular e municipal.

TABELA 9 - Demonstrativo e matrícula nas três redes: Estadual, Municipal e Particular no Município de Mogeiro/PB - 2002

Matrículas	Número de alunos
Ensino fundamental escola estadual	1.532
Ensino fundamental escola municipal	2.119
Ensino Fundamental escola particular	117
Ensino médio escola estadual	363
Pré-escola particular	96
Pré-escola estadual	50
Pré-escola municipal	218
Educação de Jovens e Adultos (municipal)	177

Fonte: Dados coletados no documento: Diagnóstico Participativo Local (Fórum - DLIS), elaborado pelo Programa Comunidade Ativa/2002.

O município conta com um total de 35 escolas, sendo 06 escolas públicas estaduais e 26 escolas públicas municipais. O corpo docente do município é composto por 201 professores do ensino fundamental, sendo 55 da escola pública estadual, 130 da escola pública municipal e 15 da escola particular. No ensino médio, atuam 11 docentes, todos na rede estadual de ensino.

De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2000, a população alfabetizada no município corresponde a 6.177 habitantes, o que representa uma taxa de alfabetização de

⁵⁴ DLIS, op. cit., p. 52.

60,4%. A população de analfabetos é de 5.292 habitantes, correspondendo a um percentual de 39,6% de pessoas analfabetas ou semi-alfabetizadas⁵⁵.

A Tabela 10 demonstra os dados sobre a população alfabetizada e não alfabetizada, existente em Mogeiro, consoante censo de 2000.

TABELA 10 - Demonstrativo da população alfabetizada e não alfabetizada do Município de Mogeiro/PB

População	Total	Índice (%)
Alfabetizada	6.177	60,4%
Não alfabetizada	5.292	39,6%

Fonte: Censo demográfico 2000 - IBGE.

Os estabelecimentos escolares da zona urbana são distribuídos da seguinte forma: 02 estabelecimentos municipais, 03 estaduais e 02 particulares. Na zona rural tem o quantitativo de 24 estabelecimentos municipais e 03 estaduais.

A estrutura organizacional do município conta com órgãos públicos, conselhos na área da educação e programas, projetos e ações, como é demonstrado na Tabela 11.

TABELA 11 - Demonstrativo dos órgãos públicos, conselhos, programas, projetos e ações existentes no município de Mogeiro/PB, na área da Educação - 2002

Órgãos públicos	Conselhos existentes na área da educação	Programas, projetos e ações
Secretaria Municipal de Educação	Conselho Municipal de Educação	PROEJA
26 escolas municipais e 02 escolas estaduais	Conselho Municipal de Alimentação Escolar	LOGOS II
01 biblioteca municipal	Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEF	Programa Alfabetização Solidária
_____	Conselho da Bolsa Escola	Programa Nacional de alimentação escolar
_____	Conselhos Escolares	Programa Bolsa Escola FUNDEF
_____	_____	Programa dinheiro direto na escola
_____	_____	

Fonte: Dados coletados no documento: Diagnóstico Participativo Local (Fórum LDIS), elaborado pelo Programa Comunidade Ativa de Mogeiro/PB - 2002.

Os dados apresentados sobre Mogeiro informam que no que se refere à infraestrutura adequada o município não permite atender às necessidades da população. A agricultura e pecuária que correspondem a uma das principais atividades do município passam por dificuldades na sua produção. Nota-se que grande parte da população está empregada no setor público e que diversos programas são criados no âmbito da esfera federal com a finalidade de prover as necessidades básicas de alimentação, saúde e educação, tais como: Bolsa Escola, Vale Gás, Bolsa Renda, Programa Alfabetização Solidária.

⁵⁵ Analisando os dados em âmbito nacional, segundo censo do IBGE (2000), já citados na p. 12 deste estudo, a população brasileira corresponde a 169.799.170 habitantes. A população da zona urbana corresponde a 137.953.959 habitantes com um percentual de 81,2%. Na zona rural a população brasileira corresponde a 31.845.211 habitantes (18,8%). Em relação à taxa de analfabetismo, comparando-se os dados de 1991 e 2000, no Brasil, a taxa de analfabetismo (1991) era de 19,7% e em 2000 (13,6%). Na zona rural em 1991 (40,1%) em 2000 (29,8%). Na zona urbana a taxa de analfabetismo atingiu no ano de 1991 (13,8%) e em 2000 (10,3%).

2.2 Descrição do Programa Alfabetização Solidária no Município de Mogeiro/PB 1998/2002⁵⁶

Esta parte do estudo irá descrever os dados do PAS no município de Mogeiro. A Instituição de Ensino Superior (IES) executora do Programa no município foi a Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã - (MS), responsável pelas ações do programa desde sua implantação no ano de 1998 até 2002, sendo responsável pelo acompanhamento e avaliação do programa.

A exemplo do Projeto Nacional, o programa em Mogeiro foi operacionalizado em módulos (02 módulos por ano). Em cada módulo do Programa foram implantadas 20 classes de alfabetização, totalizando nove módulos até o segundo semestre de 2002. A maioria das classes de alfabetização localiza-se na zona rural, localidade que apresenta maior índice⁵⁷ de analfabetismo.

As classes de alfabetização da zona rural são distribuídas em diversos sítios⁵⁸, entre os que foram atendidos até 2002, destacamos: Gaspar, Chã de Areia, Benta Hora, Granjeiro, Pintado, Pintadinho, Amarelo, Areal, Mangueira, Estação, Assentamento João Pedro Teixeira, Camurim, Gavião, Cumati, Nogueira, Gameleira, Acará, entre outros.

A distância entre os sítios e a zona urbana fica em torno de 10 a 30 km. Muitos sítios, estão localizados na serra, sendo de difícil acesso.

Para um quantitativo de 20 classes de alfabetização, na zona urbana, onde a população é menor, as classes de alfabetização sempre foram em número inferior, variando de 02 a 04 salas em cada módulo. Na zona rural, onde a população analfabeta é maior, foram implementadas a maioria das salas de aula.

O número de alunos atendido em cada módulo corresponde a um quantitativo de 500, considerando o limite de 25 alunos por turma. Levando-se em conta os dados de evasão, os documentos⁵⁹ apontam que já foram atendidos em Mogeiro 3.025 alunos.

Em cada módulo do programa, eram selecionados 20 alfabetizadores efetivos, 01 suplente para atuar nas classes de alfabetização, totalizando 207 alfabetizadores já selecionados em todos os módulos do programa.

⁵⁶ O período de estudo refere-se ao ano de implementação do PAS em Mogeiro (1998) e corresponde ao final de gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (2002).

⁵⁷ Conforme censo demográfico do IBGE/2000, a população de Mogeiro apresentava índice de analfabetismo de 39,6%.

⁵⁸ Sítios é a denominação utilizada em Mogeiro para designar as pequenas comunidades rurais.

⁵⁹ Os documentos analisados foram os Relatórios de Visita e os Instrumentos de Coleta de Dados da IES executora do programa no município - Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã, MS.

Os alfabetizadores selecionados não podiam repetir no módulo subsequente, havendo necessidade de nova seleção feita pela IES. Na ocasião, foi aplicada prova com conteúdo de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais, seguida de entrevista.

Após o processo de seleção, os alfabetizadores participavam do Curso de Capacitação, no período de 15 a 20 dias, na sede da IES. Para essa participação, os alfabetizadores deslocavam-se da cidade de Mogéiro até a sede da IES, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Ponta Porã. O trajeto da cidade de origem para a capital do Estado de MS era feita por transporte aéreo. O deslocamento até a cidade da IES era realizado por transporte terrestre, perfazendo um percurso de 350 Km.

Na ocasião do Curso de Capacitação, os alfabetizadores ficavam hospedados em Hotel contratado pela IES, onde recebiam hospedagem e alimentação.

As despesas realizadas com transporte, hospedagem e alimentação dos alfabetizadores eram disponibilizadas pelo programa e pela empresa financiadora parceira, no caso de Mogéiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). Nos documentos analisados, não está especificada essa despesa. Como já foi relatado no Capítulo I (p. 36), o que é mencionado nos documentos é o custo total do aluno que é de R\$ 34,00 por aluno/mês, sendo dividido esse valor entre o Ministério da Educação e a Empresa parceira.

No caso específico de Mogéiro, não existe relato nos documentos oficiais do programa sobre os custos. Os Relatórios de Avaliação Final dos Módulos apresentam apenas o nome da empresa parceira. No entanto, esses custos não estão detalhados.

No retorno do Curso de Capacitação, os alfabetizadores realizavam a matrícula dos alunos em cada localidade e iniciavam o Curso de Alfabetização que tinha a duração de 05 meses. Durante o Curso de Alfabetização, o responsável pela supervisão do programa da IES parceira realizava visitas mensais de acompanhamento e avaliação do PAS no município. Ao final de cada módulo, era conferido pela IES aos alfabetizandos um certificado de conclusão do curso.

Além dos alfabetizadores efetivos para atuar nas classes de alfabetização e do acompanhamento da IES, a operacionalização do PAS no município dispunha de uma coordenadora municipal que era responsável pela administração geral do programa e de uma monitora pedagógica, responsável pelas ações pedagógicas do curso. A coordenadora e monitora também participavam do Curso de Capacitação promovido pela IES.

Segundo consta nos Relatórios de Visita da IES, o poder público local, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, sempre deram apoio para as ações do programa, disponibilizando: salas de aula; material didático e pedagógico para os alfabetizadores; transporte para os alfabetizadores para algumas localidades; transporte,

alimentação e hospedagem para os professores da IES, na ocasião das visitas de acompanhamento e avaliação do programa; merendeira para fazer o lanche dos alfabetizandos.

Desde o ano da implementação do programa, o município já passou por duas gestões administrativas, a primeira com o Prefeito José Paulo da Silva e a segunda com a Prefeita Margarida Maria Silveira Gomes. Nas duas administrações municipais foi demonstrado interesse por parte dos prefeitos em dar continuidade na parceria com o PAS.

Importa nesta parte do estudo uma observação sobre o partido dos prefeitos do PAS. O objetivo é verificar se há alguma relação entre os partidos e os municípios em que o PAS foi instituído. Realizou-se pesquisa em 992 municípios parceiros do programa, com a estimativa dos Estados, número de municípios parceiros, o partido político do prefeito e o total geral dos partidos políticos dos prefeitos do PAS. Dos dados coletados, obteve-se a seguinte amostra: o número de Estados parceiros totalizou 15, o número de partidos políticos 22 e o número de municípios pesquisados 992.

A Tabela 12 apresenta os dados sobre número de prefeitos e partidos nos municípios brasileiros contemplados com o Programa Alfabetização Solidária, tendo como base eleição do período 2000/2004.

TABELA 12 - Demonstrativo do número de prefeitos e partidos nos municípios brasileiros contemplados com o Programa Alfabetização Solidária - Eleição (2000/2004).

PARTIDOS	Nº DE PREFEITOS
PSDB	213
PT	08
PPB	57
PDT	20
PSB	51
PTB	67
PMDB	199
PFL	202
PT do B	02
PSC	09
PSL	06
PL	54
PSD	35
PRB	05
PPS	27
PV	02
PP	23
PSDC	03
PST	05
PRP	03
PHS	01
TOTAL DOS PARTIDOS= 22	TOTAL DOS PREFEITOS= 992

Fonte: BRASIL. Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária. Avaliação Final: módulo XI janeiro-julho de 2002. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2003. 678 p. TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.otg.br>>. Acesso em: jul. 2004. CNM. Confederação Nacional dos Municípios. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em: jul. 2004.

Dos dados coletados verificou-se que o maior quantitativo de prefeitos insere-se no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 213 prefeitos. Em segundo está o Partido da Frente Liberal (PFL) com 202 e em terceiro o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com 67 prefeitos.

É importante observar que o maior número atinge o partido da situação, e os demais prefeitos são adeptos de diversos outros partidos que totalizam vinte e dois partidos diferentes.

2.3 Expansão do PAS em Mogeiro

A Tabela 13 apresenta dados de expansão do PAS em Mogeiro relativos a: número de alunos atendidos e alfabetizadores capacitados, Instituição de Ensino Superior Executora do programa e Empresa financiadora parceira do PAS no município.

TABELA 13 - Demonstrativo da expansão do PAS no município de Mogeiro: IES executora (Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã), Empresa financiadora (BNDES), número de alunos atendidos, número de alfabetizadores capacitados, total de matriculados e total de concluintes no período de 1998-2002

ANO	1998	1999	2000	2001	2002	Total matriculados	Total de concluintes	Alfabetizadores capacitados (total)
Nº de alunos atendidos	345	661	638	741	640	4500	3025	
Alfabetizadores capacit.	23	46	46	46	46			207

Fonte: Relatório de Coleta de Dados do módulo I/XII da Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã - 2002.

O período demonstrado na Tabela 13 compreende o segundo semestre de 1998 até o segundo semestre de 2002. Nesse percurso foram operacionalizados nove⁶⁰ módulos, sendo um por semestre.

Consta nos Relatórios de Visita da IES que, após a implementação do PAS em Mogeiro, a Secretaria Municipal de Educação desencadeou o processo de implantação da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Até o ano de 2002 foram implantadas 07 salas de EJA, atendendo um quantitativo de 177 alunos.

O PAS aponta a EJA como uma das formas de solidificar o aprendizado dos alunos e permitir o prosseguimento dos estudos. No entanto, essa é uma ação que fica na

⁶⁰ Note-se que em âmbito nacional foram operacionalizados doze módulos, pois o programa iniciou em 1997. Em Mogeiro foram operacionalizados nove módulos até 2002, sendo que o programa iniciou em 1998.

responsabilidade do município. O PAS participa apenas na qualidade de "motivador" da sua implantação.

Apesar de o município ter implantado 07 classes de EJA, esse número não é suficiente para absorver os 3.025 alunos egressos do PAS, e nem sempre essas classes são implantadas onde existe maior demanda.

Os relatórios avaliam que o tempo de cinco meses é insuficiente para alfabetizar e, de acordo com os avaliadores, os alunos repetem diversas vezes os módulos. Essa afirmação leva-nos a considerar que para que os objetivos sejam alcançados basta dilatar o tempo, ou seja, o PAS poderia com tempo hábil “[...] conscientizar alfabetizando para o exercício pleno da cidadania, possibilitando melhores condições de vida”?

Essa avaliação a nosso ver é destituída de fundamentação, considerando que: 1 - O tempo hábil seria a solução para atingir os objetivos expressos pelo programa. 2 - Os relatórios apontam que os alunos repetem diversas vezes os módulos. A razão apontada para a repetência é a insuficiência do tempo. 3 - O ingresso dos egressos do PAS nas classes de EJA não é automático, portanto, é difícil afirmar que os alunos prosseguem os estudos e são contemplados com os objetivos expressos no Projeto Nacional de “[...] conscientizar alfabetizando para o exercício pleno da cidadania, possibilitando melhorar suas condições de vida”.

Observa-se que, se analisarmos os índices em âmbito nacional, o número de alunos atendidos pelo PAS até o ano de 2002 foi de 3.242.809, a taxa de evasão nesse período girou em torno de 20% e 24%⁶¹. Essa evasão poderia indicar o percentual de alunos que repetem os módulos. Se os números parecem duvidosos devido à repetição dos alunos nos módulos, a margem de erro na expansão dos alunos do PAS pode ser analisada num percentual de 20% a 24%. Esse fato demonstra que o programa com a repetição de alunos nos módulos passa a produzir um clientelismo que ajuda a desencadear a expansão do PAS.

Um outro aspecto a ser analisado é que não existem critérios claros que avaliem a aprendizagem dos alunos, caracterizando com maior frequência a repetição dos alunos nos módulos, uma vez que esses alunos não se sentem aptos para prosseguir os estudos em classes de EJA, e como já foi citado neste estudo, a passagem dos alunos do PAS para a EJA não é um processo automático.

Essas considerações permitem aferir os rumos que o PAS está desencadeando, principalmente no que se refere aos seus objetivos, levando-nos a persistir nas indagações que permeiam esta pesquisa. Qual o sentido de um programa como o PAS, numa sociedade regulada pelo modo de produção capitalista? A que finalidade o PAS está atendendo? Essas

questões serão mais detalhadas no capítulo III, que discute a análise do PAS. A próxima parte deste estudo compreende a caracterização dos egressos do programa.

2.4 Caracterização dos Egressos

Apresentamos, nesta seção, a caracterização dos egressos do PAS. As informações se baseiam em resultados da pesquisa de campo⁶² empreendida em Mogeiro. A pesquisa corresponde a um levantamento realizado, envolvendo os participantes do PAS no município: egressos, alfabetizadores, Prefeita, Secretária Municipal de Educação, Coordenadora, alfabetizador monitor e as pessoas que indiretamente estiveram relacionadas com o programa, tais como: merendeiras, motoristas, funcionários da prefeitura, funcionários dos demais órgãos públicos de Mogeiro.

O objetivo da pesquisa com os egressos foi o de verificar os impactos do programa na geração de emprego, se houve incorporação dos egressos no mercado de trabalho e os respectivos tipos de ocupação antes e após a participação no programa. A necessidade de averiguar foi identificada a partir da constatação de que os documentos relacionavam, de forma insistente, o PAS com a geração de emprego. A intenção foi a de apresentar dados que pudessem contrapor ao objetivo do programa, amplamente divulgado.

Na Tabela 14, demonstra-se o universo das entrevistas com os egressos.

TABELA 14 - Universo da pesquisa de campo realizada com egressos do PAS no município de Mogeiro/PB - 2002

Total de egressos	Total de sítios	Amostra	Nº de egressos do sexo masculino entrevistados	Nº de egressos do Sexo feminino entrevistados	Total de egressos entrevistados
3.025	24	341	144	197	341

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada com egressos do PAS no município de Mogeiro.

Com relação à faixa etária dos egressos, a amostra indicou o seguinte quadro, segundo demonstra-se na Tabela 15.

TABELA 15 - Número e percentual de egressos do PAS por faixa etária – Município de Mogeiro/PB – 2002

10 – 14	15 - 19	20 – 29	30 - 39	40 – 49	Mais de 50
1 = 0,29%	30 = 8,79%	94 = 27,56%	91 = 26,68%	43 = 12,6%	82 = 24%

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo com egressos do PAS no município de Mogeiro/PB – 2002

⁶¹ Dados de evasão do PAS: Avaliação final: módulo XI, janeiro a julho de 2002, p. 20.

⁶² Conforme já foi informado na introdução deste estudo, a pesquisa foi realizada em uma população de 3025 egressos. Foi utilizada uma amostra de 341 egressos, tendo como base o procedimento de amostragem aleatória estratificada proporcional, onde cada um dos sítios era considerado um extrato. Para determinação do tamanho da amostra foi considerado um nível de 95% de confiança e margem de erro de 5 pontos percentuais nas estimativas de proporções.

Verifica-se na Tabela 15 que o maior percentual de alunos concentra-se na faixa etária de 20 a 29 anos, atingindo 27,56% e, na faixa de 30 a 39 anos, apresentam 26,68% e os menores percentuais da participação estão na faixa de 10-14 e 15-19 anos. Uma porcentagem significativa de alunos está na faixa de mais de 50 anos (24%). Os dados revelam que a clientela do PAS em Mogeiro tem um número majoritário de jovens e de pessoas adultas com mais de 50 anos, sendo que a faixa etária de 10 a 14 anos é de 0,29% e de 15 a 19 anos é de 8,79%.

Na seqüência, apresentam-se dados, indicando a situação familiar e pessoal dos egressos, tais como: número de filhos, estado civil, cor, naturalidade, religião, se participou de algum Curso de Alfabetização sem ser o PAS.

Na Tabela 16, apresentam-se os dados sobre número de filhos dos egressos.

TABELA 16 - Número de filhos dos egressos do PAS - Município de Mogeiro/PB - 2002.

Não tem filhos	96	28,1%
Tem 01 filho	51	14,9%
Tem 02 filhos	63	18,4%
Tem 03 filhos	38	11,14%
Tem 04 filhos	29	8,5%
Tem 05 filhos	14	4,1%
Mais de 05 filhos	50	14,6%
Total	341	100,0%

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada com egressos do PAS em Mogeiro/PB - 2002

Na Tabela 17, mostram-se os dados referentes ao estado civil dos egressos.

TABELA 17 - Dados sobre o Estado Civil dos egressos do PAS - Município de Mogeiro/PB - 2002

Solteiro	89	26,0%
Casado	204	59,8%
Convivente	32	9,3%
Outro (viúvo, separado)	16	4,69%
Total	341	100,0%

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo com egressos no município de Mogeiro/PB - 2002.

Sobre a naturalidade dos egressos, a pesquisa indicou que 85,6% são naturais do município de Mogeiro e 14,6% provêm de outras localidades. A religião predominante é a católica com um percentual de 85,6% e um percentual de 14,36% de evangélicos.

Quando indagados sobre a participação em outro Curso de Alfabetização sem ser o PAS, 74,78% dos egressos responderam que nunca participaram de outro curso, e 25,21% já

freqüentaram algum curso ou escola. Dos cursos ou escolaridade anterior dos egressos⁶³, ficam assim compreendidos: MOBREAL 13,9%; 1ª série do ensino fundamental 6,74%; 2ª série do ensino fundamental 30,23%; 3ª série do ensino fundamental 16,27% e 4ª série do ensino fundamental (9,30%).

Observa-se pelos dados que 25,21% dos egressos já possuíam escolaridade anterior ao PAS, no entanto, 74,78% nunca freqüentaram outro curso, totalizando o quantitativo de 255 egressos.

2.5 Impactos do PAS na Geração de Emprego e Renda - Egressos

Conforme os dados revelados na pesquisa, 97,94% dos egressos estavam trabalhando antes de cursar o PAS e apenas 2,05% não estavam trabalhando. Os tipos de ocupação estão apresentados na Tabela 18.

TABELA 18 - Dados sobre os tipos de ocupação (quantidade e percentual) dos egressos do PAS - Município de Mogeiro/PB - 2002

Tipo de ocupação	Nº de egressos	%
Agricultura	327	97,97
Funcionário público	03	0,89
Trabalho doméstico	03	0,89
Comércio	02	0,59
Roçado (temporário)	01	0,29
Operador de máquina	01	0,29
Aposentado		
Sem ocupação	01	0,29
Outros	03	0,89

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo com egressos do PAS - Mogeiro/PB - 2002.

Verifica-se dos dados da Tabela 18 que a agricultura é o tipo de ocupação predominante dos egressos do PAS, com um percentual de 97,97%.

Os dados da pesquisa indicaram que, após cursar o PAS, 96,40% dos egressos continuam trabalhando e que apenas 3,59% não estão trabalhando. Sendo assim, a pesquisa revelou que 1,97% dos egressos deixaram de trabalhar após freqüentar o programa. Em relação à ocupação dos egressos, continuou sendo a agricultura o maior percentual com 96,27%, mesmo após participar do programa.

⁶³ Note-se que apesar de a pesquisa indicar que os egressos possuíam escolaridade anterior, isso não significa que eles não fossem analfabetos. Sabe-se que a escolaridade anterior indica pouco tempo de freqüência à escola, e um tempo grande de espaço da época em que eram crianças e freqüentavam a escola e depois como adultos deixaram de freqüentá-la. Isso colabora para que o adulto volte a sua condição de analfabeto.

Sobre a condição (proprietário, empregado, arrendatário, trabalho familiar) dos egressos⁶⁴, a Tabela 19 aponta esses dados.

TABELA 19 - Condição dos egressos (proprietário, empregado, arrendatário, trabalho familiar, outros) antes de cursar o PAS - Mogeiro/PB - 2002

Condição antes de cursar o PAS	Nº de egressos	%
Proprietário	01	0,29
Empregado	48	14,37
Arrendatário	286	83,53
Trabalho familiar	04	1,19
Outros	02	0,62

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo com egressos do PAS - Mogeiro/PB - 2002.

Depois de cursar o PAS, a condição dos egressos e a sua relação no trabalho não mudou. A pesquisa mostrou que 99,70% dos egressos continuam na mesma condição, ou seja, continuam arrendatários e apenas 0,29% mudou a sua condição. Na Tabela 21, apresentam-se esses dados.

TABELA 20 - Dados sobre a mudança na relação de trabalho dos egressos após cursar o PAS - Mogeiro/PB - 2002

Depois de cursar o PAS mudou a relação de trabalho	Quantidade de egressos	de %
Sim	01	0,29
Não	340	99,70%

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo com egressos do PAS - Mogeiro/PB - 2002

Os dados apontam que 93,41% dos egressos perfazem uma carga horária de oito horas diárias de trabalho; 3,89% dez horas e 2,69% quatro horas.

Os dados da Tabela 21 apresentam percentual da remuneração dos egressos antes de cursar o PAS.

TABELA 21 - Dados sobre a remuneração dos egressos antes de cursar o PAS - Mogeiro/PB - 2002

Valor da remuneração antes de cursar o PAS	%
Abaixo do salário mínimo	1,79
01 salário mínimo	1,79
02 salários mínimos	0,29
Não tem salário (o que tira do roçado é só para sustento da família)	96,10

Fonte: dados coletados na pesquisa de campo com egressos do PAS - Mogeiro/PB - 2002.

⁶⁴ A condição de proprietário é designada para os proprietários das terras (com escritura). Arrendatário é denominado para quem faz uso da terra por um período determinado, que planta, que cultiva, dividindo parte da produção com o proprietário. O trabalho familiar se constitui no trabalho em família, onde todos trabalham e tiram o sustento do cultivo da terra. No caso de Mogeiro, os arrendatários utilizam as terras do proprietário, por cedência e, em troca, dividem o que plantam com o proprietário. São responsáveis também pelo cuidado e limpeza do roçado.

Verifica-se na Tabela 21 que 96,10% dos egressos não tinham remuneração antes de cursar o PAS. A pesquisa apontou que, mesmo após cursar o PAS, 99,70% dos egressos continuaram sem remuneração, ou seja, continuaram na mesma condição de arrendatários, vivendo do roçado⁶⁵, e o que tira do roçado serve apenas para a subsistência da família.

Além da condição de produtor do roçado para a subsistência da família e sem remuneração, a pesquisa mostrou que os egressos não tinham qualquer tipo de vínculo empregatício antes de cursar o PAS; apenas 0,89% dos egressos possuía algum tipo de vínculo e 99,10% não tinham nenhum vínculo de trabalho.

Após cursar o PAS, a situação continuou praticamente inalterada; 99,40% dos egressos continuaram na mesma condição, isto é, não possuíam nenhum vínculo de trabalho. Apenas 0,59% possuía algum vínculo após cursar o PAS, variando em percentual apenas de 0,30%.

Sobre a renda familiar, a coleta de dados apontou o seguinte resultado:

TABELA 22 - Renda familiar dos egressos do PAS - Mogeiro/PB - 2002

Renda familiar dos egressos do PAS	Percentual(%)
Abaixo do salário mínimo	70,96%
01 salário mínimo	16,12%
02 salários mínimos	3,81%
Doações	0,09%

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo com egressos do PAS - Mogeiro/PB - 2002

Observa-se que a maioria dos egressos possui renda familiar abaixo do salário mínimo. Os que atingem um salário mínimo representam 16,12% e 3,81% têm renda de dois salários mínimos. Um percentual de 9% dos egressos vivem de doações, que são os benefícios sociais que recebem.

A pesquisa apontou que os egressos não possuem renda. No entanto, revelou também a renda familiar dos egressos, mostrando que um ou outro membro da família recebem salário, conforme foi evidenciado na Tabela 22.

Outro aspecto verificado é que em muitas famílias dos egressos uma das pessoas é aposentada, nesse caso, o dinheiro da aposentadoria é que dá o sustento da família.

Indagados sobre as mudanças ocorridas em suas vidas após cursar o PAS, os egressos revelaram a seguinte situação, conforme é mostrada na Tabela 23.

⁶⁵ Os dados da pesquisa indicaram que 97,97% dos egressos trabalham. No entanto, a pesquisa também mostrou que 96,10% não têm salário. O que eles tiram da agricultura é apenas para a subsistência, conforme a linguagem

TABELA 23 - Dados sobre as mudanças ocorridas na vida dos egressos após cursar o PAS - Mogeiro/PB - 2002

Tipo de mudanças ocorrida na vida dos egressos após cursar o PAS	Percentual (%)
Melhorou o salário	0,29
Fez mais amigos	95,30
Assina o nome	79,47
Aprendeu a ler	37,53
Mudou de trabalho	0,29
É mais valorizado	0,95

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo com egressos do PAS - Mogeiro/PB – 2000.

Quando questionado sobre a(s) mudança(s) que o PAS provocou em suas vidas, os aspectos relacionam-se ao convívio social, fazer mais amigos, ser mais valorizado. Quanto aos aspectos da alfabetização, após cursar o PAS, 37,53% dos egressos aprenderam a ler e 79,47% só assinam o nome.

Observa-se que o PAS se constitui em um excelente programa para o relacionamento social. Se não estiver cumprindo com o objetivo de alfabetizar os adultos, é eficaz na produção da "internalização" da solidariedade, do convívio social. Note-se que os aspectos da "valorização social" é absorvida, internalizada pelos participantes que se sentem mais felizes, solidários, ocorrendo o reconhecimento e gratidão ao programa. Esses aspectos, a nosso ver, demonstram a forte absorção pelos indivíduos da ideologia de programas como o Alfabetização Solidária.

Os dados revelam que não há mudanças na remuneração, no trabalho, e o processo de alfabetização, em 79,47% dos casos, só garante a assinatura do nome. Indaga-se qual o sentido do programa, analisando-se principalmente sua expansão?

Conforme verificado na pesquisa, o meio de subsistência familiar dos egressos é a agricultura, o "roçado". Um percentual de 96,10% dos egressos não recebem salário e a renda familiar atinge 70,96% que recebem abaixo do salário mínimo. Esses dados aproximam-se daqueles divulgados pela pesquisa nacional⁶⁶ do PAS, que indica o perfil do aluno do programa, apresentando os seguintes dados: 49% têm rendimentos familiares mensais de até R\$100,00; outros 35% se mantêm com até R\$200,00 e 12% dessas famílias não possuem rendimentos. O que se verifica dos dados levantados, tanto em Mogeiro como no Projeto Nacional, é o nível de pobreza da clientela do PAS.

local, "o que tira do roçado só dá para comer". Não existe salário e muito menos vínculo de trabalho.

⁶⁶ Os dados da pesquisa nacional constam do documento - Programa Alfabetização Solidária: perfil do aluno, impacto em 23 municípios do projeto-piloto, avaliação do módulo VII. Lygia Klein...[et al]. - Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2000. 48 p.

Considerando que a agricultura, principalmente em região de seca, como é o caso de Mogeiro, não é garantia de trabalho permanente⁶⁷, essas pessoas constantemente estão desempregadas quando não há plantio e muitos sobrevivem nesses períodos de “doações” da prefeitura, por meio dos programas sociais. O levantamento documental realizado na Secretaria de Administração Municipal de Mogeiro informa o quantitativo de famílias que recebem benefícios sociais em Mogeiro, conforme é verificado na Tabela 24.

TABELA 24 - Número de famílias que recebem benefício social em Mogeiro/PB - 2002

Total de famílias = 3123	
Tipo de benefício social	Nº de famílias beneficiadas
Bolsa-escola	930
Bolsa-renda	1100
Vale-gás	1074
PETI	144
Bolsa-alimentação	451
Total	3699

Fonte: Levantamento documental feito na Secretaria de Administração Municipal de Mogeiro/PB - 2002

Conforme os dados da Tabela 24, existem em Mogeiro 3.699 beneficiários de Programas Sociais. Esse número representa o atendimento às famílias de Mogeiro, que é de 3123. O número de beneficiários é maior que o número de famílias, tendo em vista que uma família pode receber mais de um benefício social, desde que não seja da mesma fonte pagadora.

Ao considerar a dependência dos trabalhadores da implementação de programas sociais para sobrevivência, pode-se constatar o impacto do PAS, ao proporcionar a oportunidade de ocupação de pessoas excluídas do mercado de trabalho, quando por meio da merenda escolar garante pelo menos uma refeição diária, e também oportuniza emprego, mesmo que temporário, aos trabalhadores responsáveis pela implementação do programa.

Constatou-se que o PAS não modifica a condição de vida de seus egressos no trabalho, no salário, na renda familiar, conforme já foi demonstrado, e até mesmo o processo de alfabetização não é garantido. Há que se considerar o aspecto do relacionamento social: sentem-se mais valorizados, fazem mais amigos. No entanto, o processo de operacionalização do PAS mobiliza um grande contingente de trabalhadores temporários, pessoas que não estão diretamente vinculadas ao PAS. Esses aspectos dos custos e mobilização no setor de bens e serviços é o que se pretende apresentar a seguir.

⁶⁷ Mesmo na condição de arrendatários, existem os períodos para plantio. Analisando-se que Mogeiro é uma região com predominância de seca, o trabalho é temporário.

2.6 Custos do PAS em Mogeiro (prefeitura, governo federal e empresa parceira)

O levantamento de informações sobre os custos do PAS em Mogeiro foi feito por meio de entrevista semi-estruturada com a Secretária Municipal de Educação e gravação da entrevista em fita cassete. Foi realizado também levantamento documental na Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Administração do município de Mogeiro. Foram analisados documentos oficiais do PAS e Relatórios de Visita da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Ponta Porã.

Observa-se que, mesmo com as parcerias para financiar o PAS no município de Mogeiro, a pesquisa de campo indicou que o município se responsabiliza com diversas despesas durante a operacionalização do PAS.

A Tabela 25 apresenta os dados coletados na pesquisa, referentes aos custos em decorrência da operacionalização do PAS no município de Mogeiro.

TABELA 25 - Demonstrativo dos custos do PAS em Mogeiro, referentes à merenda, transporte, hospedagem, alimentação, material didático e de expediente, por módulo (6 meses) – dezembro/2002. (valores em reais)

Merenda	Transporte	Hospedagem/Alimentação do professor/ IES	Infra-estrutura – material didático e de expediente	Total dos custos em cada Módulo
R\$ 31.500	R\$ 1.590	R\$ 2.250	R\$ 1.380,00	R\$ 36.720

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo por meio de entrevista com a Secretária Municipal de Educação – Mogeiro/PB - 2002.

Nos custos apresentados na Tabela 25, estão incluídas as despesas com: merenda (correspondentes ao pagamento de pessoal e transporte da merenda - merendeira e faxineira e repasse efetuado pelo programa), transporte (custos com motorista, combustível, oficina mecânica), material didático e de expediente (reforma de carteiras, giz, apagador, energia, lâmpada, serviço de fax, fotocópia, correio), hospedagem e alimentação (referentes ao pagamento do professor da IES parceira).

O recurso da merenda demonstrado na Tabela 25 refere-se aos gastos do município com transporte da merenda e pagamento da merendeira e faxineira, que correspondem ao valor de R\$ 4.500 por mês⁶⁸, acrescentando-se a esse valor o repasse do PAS no valor de R\$ 1.800,00 por mês. Considerando os custos gerais efetuados com merenda, o valor total é de

⁶⁸ Desse valor total, a prefeitura municipal de Mogeiro disponibilizava: R\$ 200,00 por mês para 20 classes de alfabetização atingindo um total de R\$ 4.000 para pagamento de faxineira e merendeira e R\$500,00 por mês para transporte da merenda = R\$ 4.500 no período de (5 meses) = 22.500. Considerando o custo para 20 classes de alfabetização no período de 05 meses totalizava o valor de R\$22.500. O valor repassado pelo PAS para compra de gêneros alimentícios no valor de R\$1.800,00 por mês no período de 5 meses, que totaliza R\$ 9.000,00. Um módulo corresponde ao período de 06 meses, e os valores apresentados foram computados para o período de 05 meses, considerando que um mês é destinado ao Curso de Capacitação dos alfabetizadores.

R\$ 36.720,00 no período de um módulo do programa. Note-se que a operacionalização de um módulo corresponde ao período de 06 meses do curso de alfabetização e, no caso de Mogéiro, atendia a 20 classes de alfabetização.

Esses custos não estão registrados em documento oficial da Prefeitura de Mogéiro. Na ocasião da entrevista com a Secretária de Educação, ela mostrou-se surpresa, quando teve de investigar o montante de recursos disponibilizados, que totaliza o valor de R\$36.720,00 em cada módulo do programa.

Deve-se atentar para o fato de que tais recursos, bem como o da bolsa-auxílio dos alfabetizadores (Tabela 25), circulam no próprio município.

Na Tabela 26, apresentam-se os dados dos custos do PAS, efetuados pela empresa parceira, no caso de Mogéiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

TABELA 26 - Demonstrativo dos custos do PAS em Mogéiro, por módulo (seis meses), patrocinado pela Empresa: passagem aérea dos professores da IES, bolsa dos professores da IES, bolsa dos alfabetizados, transporte aéreo⁶⁹, hospedagem, alimentação e transporte terrestre dos alfabetizadores - 2002 - (valores em reais).

Passagem aérea dos professores da IES	Bolsa Professores da IES	Bolsa dos alfabetizadores de Mogéiro	Transporte aéreo/alfabetizador	Hospedagem dos alfabetizadores	Alimentação dos alfabetizadores	Transporte terrestre-alfabetizadores	Total
14.356,00	1.497,00	14.200	66.055,00	8.637,00	9.715,00	1.599,00	116.059,00

Fontes: Dados coletados nos documentos oficiais do PAS e Relatórios de Prestação de Contas da IES executora do programa em Mogéiro.

Verifica-se, a partir da Tabela 26, que o custo total de cada Módulo do PAS, efetuado pela Empresa Parceira⁷⁰, em Mogéiro, é de R\$ 116.059,00. Esses custos não estão detalhados nos documentos oficiais, sendo apresentado o valor *per capita* do curso que é de R\$ 34,00, divididos entre o MEC e a Empresa. É relatado também que a função do MEC é disponibilizar o material didático e bibliotecas, como já foi mencionado no Capítulo I. Com essas informações, presume-se que o restante dos custos fica com a empresa parceira.

Conforme a Tabela 27, o custo total por módulo com passagens aéreas utilizadas pelos professores da IES atinge o valor de R\$14.356,00. Para esse custo, foi computado o trajeto de ida e volta, compreendendo o percurso do Estado de Mato Grosso do Sul (cidade de Campo Grande) para o Estado da Paraíba (cidade de João Pessoa), para o quantitativo de um

⁶⁹ O valor das passagens aéreas foi consultado na Companhia VARIG, em dezembro de 2002, uma vez o valor das passagens aéreas não está expresso nos documentos analisados.

⁷⁰ Nos documentos analisados não são especificadas as despesas efetuadas pela empresa parceira. O que consta é: “[...] o custo total de um aluno é no valor de R\$ 34,00, divididos igualmente entre o MEC e a Empresa Parceira”. Se o MEC se responsabiliza por material didático, presume-se que os outros custos ficam sob a responsabilidade da empresa parceira.

professor que realiza a visita uma vez por mês ao município, totalizando cinco visitas. O valor da passagem aérea refere-se ao dia 12/12/2002. (Dados consultados na Companhia Aérea).

O demonstrativo sobre os custos com bolsas aos professores da IES mostra que foi computada uma bolsa no valor de R\$ 300,00 por mês, totalizando o valor de R\$ 1.500,00, para cinco visitas ao município.

Sobre as bolsas dos alfabetizadores, como está demonstrado na Tabela 26, considerou-se o número de 22 alfabetizadores que recebem a bolsa no valor de R\$ 120,00 e a Coordenadora Municipal que recebe bolsa no valor de R\$ 200,00, totalizando R\$ 14.200,00.

Note-se que, conforme foi demonstrado na Tabela 26, a operacionalização do PAS produz uma significativa mobilização no setor do comércio de vendas de passagens aéreas, no setor de hospedagem e alimentação.

É importante observar que o BNDES é a empresa parceira que financia 50% do PAS em Mogeiro, e conforme está informado nos documentos do programa é também o financiador de 50% de outros municípios⁷¹. O BNDES é uma empresa pública federal, o que nos faz refletir que, se 50% do financiamento do programa é de responsabilidade do MEC e os outros 50% é da empresa parceira, o total do financiamento do PAS em Mogeiro e em outros municípios é proveniente dos cofres públicos, o que constata o peso do âmbito da esfera do Estado na concepção, execução e manutenção do programa. Nessa perspectiva, pergunta-se: qual é o produto considerado "inovador" na formação das parcerias? Onde está a sociedade civil organizada no âmbito da formação das parcerias tão fortemente propalada pelos idealizadores do programa? Essa é uma questão que será discutida mais detalhadamente no Capítulo IV deste estudo, em que se refletirá sobre o aspecto ideológico na constituição das parcerias.

No próximo item são relatados brevemente alguns dados dos alfabetizadores do PAS em Mogeiro.

2.7 Dados dos Alfabetizadores do PAS em Mogeiro

A coleta de dados com alfabetizadores do PAS em Mogeiro foi realizada com um grupo de 19 alfabetizadores que atuou no módulo XII, no segundo semestre de dezembro de 2002. Foi realizada entrevista semi-estruturada, gravada em fita cassete.

A pesquisa de campo demonstrou que a faixa de idade dos alfabetizadores em Mogeiro está entre 15 e 19 anos, 85% são do sexo feminino e 15% do sexo masculino. A

⁷¹ Consta no Relatório de Avaliação final do Módulo IV - julho/dezembro 1988 que, de um total de 581 municípios, o BNDES é a empresa parceira de 133 municípios.

primeira oportunidade de trabalho para os alfabetizadores apresenta-se com a implementação do PAS no município, sendo que nenhum dos alfabetizadores entrevistados possuía algum tipo de trabalho antes de atuar no programa.

Muitos alfabetizadores deslocam-se da zona urbana para ministrar aulas na zona rural. Com esse deslocamento, 50% dos alfabetizadores pagam transporte no valor de R\$ 20,00 a R\$85,00 mensais. Esse transporte é pago com parte da bolsa de R\$ 120,00 que recebem do PAS. Apesar dos constantes atrasos da bolsa, e parte dela ser utilizada para o transporte, os alfabetizadores utilizam-na para comprar roupas, calçados, alimentos e ajudar os pais em casa.

Indagados sobre o tipo de mudança em suas vidas após ministrar aulas no PAS, 98% dos alfabetizadores indicaram que melhorou o seu relacionamento social e foi a única oportunidade de trabalho com remuneração.

Os dados apontam que o PAS se constituiu na única oportunidade de emprego para a totalidade dos alfabetizados entrevistados. Apesar de o valor da bolsa (R\$ 120,00) não atingir nem o salário mínimo, é a única fonte de remuneração dos jovens alfabetizadores que a utilizam no próprio município, mobilizando o comércio de vendas local.

Se forem tomados os dados referentes a número de professores em Mogeiro, que é de 189 distribuídos em 35 escolas das redes privada e pública, o PAS, ao contratar professores alfabetizadores, aumenta esse contingente em 10%. Esse percentual representa significativo aumento de emprego para o município, mesmo que seja temporário.

2.8 Impactos do PAS no Comércio Bens e Serviços

Esta etapa do trabalho compreendeu pesquisa em três mercados da cidade por meio de entrevista e aplicação de questionários com os proprietários⁷².

Constatou-se que as vendas melhoraram e se intensificaram a partir da implementação do PAS no município. Os consumidores, na sua maioria funcionários públicos, professores das três redes (estadual, municipal e particular), os alfabetizadores do PAS, a própria prefeitura e os beneficiados com programas sociais, compram produtos variados, como alimentos, roupas, calçados, entre outros itens. O comércio local aumentou as vendas na média de 50% de acordo com os entrevistados. Também foi citada a compra de produtos nos municípios vizinhos, quando a oferta local não supria as necessidades do consumidor.

⁷² Os mercados são de porte pequeno e não foi possível adquirir comprovantes do aumento das vendas. Os proprietários se dispuseram a responder as entrevistas.

O que se constata com a implementação do PAS é uma mobilização no comércio de bens e serviços, havendo um significativo crescimento nesse setor, verificado, por exemplo, na oferta de diversos serviços, tais como: merendeira, faxineira, motorista, oficina mecânica, trabalho dos alfabetizadores, serviço de fax, fotocópia, correio, serviço de carpintaria, alimentação.

Os dados da pesquisa, permitem afirmar que a expansão acelerada do PAS provoca ampliação no mercado de trabalho local, gerada por atividades que são específicas do desenvolvimento do Programa, tais como: trabalho para alfabetizadores, trabalho para os coordenadores, alfabetizador monitor, merendeira, faxineira, motorista, mecânicos.

As vendas do município de Mogéiro, bem como o mercado de passagens aéreas são "aquecidos" com seus comércios, principalmente na ocasião do Curso de Capacitação dos Alfabetizadores, quando ocorre o deslocamento dos alfabetizadores dos seus municípios para a sede da IES.

Os dados relativos a despesas com material escolar, R\$ 17,00 *per capita*, são assumidos pelo MEC. O programa, conforme os dados já apresentados, não garante o cumprimento dos objetivos de alfabetizar jovens e adultos e também não garante a sua continuidade. A projeção dos números apresentados no município de Mogéiro para o âmbito nacional permite reafirmar a tese que relaciona a implementação do programa às necessidades do mercado. No próximo item será mostrado o dimensionamento do mercado produzido pelo PAS em âmbito nacional, a partir dos dados da pesquisa no município de Mogéiro.

2.9 Dimensionando o Mercado Produzido pelo PAS a partir dos dados de Mogéiro

Considerando os dados coletados na pesquisa em Mogéiro, realiza-se, nesta parte do estudo, uma projeção em âmbito nacional, tendo como referência os dados quantitativos já apresentados neste trabalho (Capítulo I, p. 63): número de alunos atendidos, número de municípios que operacionaliza o programa, número de alfabetizadores capacitados, número de empresas parceiras e número de IES executoras do PAS. A partir desse quantitativo, mostra-se a projeção da distribuição de merenda para alfabetizandos, livro para alfabetizadores, livro para alfabetizandos e bolsa do alfabetizador.

Na Tabela 27, apresentam-se os dados com a projeção nacional:

TABELA 27 - Dados do PAS sobre: merenda para alfabetizandos, livros para alfabetizadores, livros para alfabetizandos e bolsa dos alfabetizadores - Projeção do quantitativo e custos disponibilizados em âmbito nacional, referentes à operacionalização de um módulo (6 meses) - dezembro/2002

Qualificação	Quantitativo disponibilizado na projeção nacional	Custos na projeção nacional (valores em reais)
Merenda para alfabetizandos	Distribuição em 2.010 (municípios)	2.170.800,00
Livros para alfabetizadores	Distribuição 135.597 (Kits do alfabetizador)	_____
Livros para alfabetizandos	Distribuição 3.242.809 (kit para o aluno)	_____
Bolsa do alfabetizador	135.597 x 120,00 (valor da bolsa)	16.271.640,00

Fonte: Documentos oficiais do PAS, dados coletados na pesquisa de campo e Relatórios de Prestação de Contas da IES executora em Mogeiro - ano de 2002.

Sobre o quantitativo e custos da merenda, utilizou-se como referência o município de Mogeiro que recebia o valor de R\$ 1.800,00 por mês para merenda. A projeção para o número de 2.010 municípios atendidos soma o valor de R\$2.170.800,00. O cálculo foi efetuado a partir da multiplicação do valor mensal da merenda (1.800,00) X o período de um módulo (6 meses), que totalizou R\$10.800,00. Esse valor foi multiplicado pelo número de municípios atendidos em âmbito nacional no último módulo, que totalizou 2010, correspondendo, portanto, ao valor total de R\$271.194,00 das despesas com merenda, observando-se todos os municípios atendidos pelo PAS.

No que concerne a material didático, conforme já foi citado (Capítulo I, p. 38), o MEC disponibiliza para os alunos em cada módulo do programa a Coleção Viver e Aprender, elaborado por Ação Educativa, com quatro livros, que constitui o kit do alfabetizador, composto por: Guia do Alfabetizador e três livros do aluno. Esse kit é distribuído para todos os alfabetizadores, em todos os módulos do programa. Utilizamos o quantitativo de alfabetizadores capacitados para referenciar o quantitativo de kits de livros distribuídos aos alfabetizadores, que totalizou 135.597 distribuídos pelo programa até o ano de 2002.

O conjunto de três livros formam o kit do aluno que também é distribuído em todos os módulos para os alunos que participam do programa. Utilizou-se o número total de alunos atendidos até o final de 2002 para referenciar o quantitativo de kits de livros distribuídos, totalizando 3.242.809.

Nos documentos analisados não está expresso o valor unitário dos livros distribuídos aos alfabetizandos e alfabetizadores, no entanto, realizou-se pesquisa de mercado na Global Editora⁷³, onde foram constatados os seguintes valores da versão atualizada da Coleção Viver e Aprender: Livro do aluno R\$ 14,50 e Guia do Alfabetizador R\$ 15,50.

⁷³ Dados já apresentados no (Capítulo I, p. 35) deste estudo.

Se analisada, a distribuição nacional representa o seguinte número: 135.597 livros para os alfabetizadores e 3.242.809 livros para os alunos, no valor unitário de R\$14,50 cada livro.

Além da distribuição dos livros didáticos para os alunos, de acordo com dados do PAS (2000, p. 14) os municípios parceiros recebem diversos títulos de livros para compor a biblioteca municipal:

Cada um dos 1.005 municípios brasileiros atendidos pelo Programa Alfabetização Solidária está recebendo cerca de 398 mil livros para a formação de bibliotecas. No total, serão distribuídos 397.980 publicações, incluindo romances, literatura (infantil e infanto-juvenil), coleções para pesquisa, livros de crônicas e história brasileira. [...] Trata-se de uma ação de impacto considerável nas comunidades atendidas, que só se tornou possível graças à otimização de recursos provenientes da parceria firmada entre o Programa Alfabetização Solidária e o Ministério da Educação. O conjunto enviado para cada biblioteca é formado por dois jogos. Cada um deles compreende 198 livros, totalizando 396 exemplares. Cada jogo possui 175 títulos, o que significa que há mais de um exemplar em alguns casos. (PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. BOLETIM INFORMATIVO, n. 12, maio/jun. 2000, p. 14).

Observa-se sobre a distribuição dos livros a grande mobilização no comércio com a venda de material didático.

O valor das bolsas dos alfabetizadores, conforme já foi demonstrado, é de R\$ 120,00. Somando-se o número de alfabetizadores em âmbito nacional (135.597), representa o pagamento de R\$ 16.271.64,00 em bolsas. Nesse exemplo, foi computado o valor mensal das bolsas, então há que se multiplicar o valor no período de cinco meses. Os dados apresentados reforça o fato que torna o PAS, senão um bom programa de alfabetização (os objetivos que ele, não cumprir em termos de leitura e escrita, poderão ser assumidos pelos Programas Recomeço, Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA...), um excelente cliente no mercado, produzindo sistematicamente, com a sua expansão, significativa mobilização no comércio de bens e serviços.

Conforme os dados demonstraram, o Programa Alfabetização Solidária não possibilita, por um lado, a ascensão de renda nem a erradicação da pobreza dos alunos egressos, como é anunciado nos objetivos do programa, mas por outro, a pesquisa mostra que o programa estimula a produção e circulação de mercadorias na medida em que, ao empregar novos trabalhadores, produz novos consumidores. Verifica-se ainda que o governo e a empresa patrocinadora passam a ser grandes consumidores, por exemplo, de material escolar, comércio de passagens, alimentos e hospedagem.

Pesquisa realizada pelo próprio programa sobre os impactos nos municípios parceiros aponta que: “[...] mesmo atuando em cidades com economias frágeis, o programa

foi associado por cerca de metade dos prefeitos como fator de estímulo à geração de emprego e renda, principalmente no setor de educação, mas também no comércio, na agricultura e na área de alimentação”. (BRASIL. AVALIANDO 2, 2002, p. 24). Parece-nos ser esse o “sentido” do Programa Alfabetização Solidária.

No Capítulo III, faz-se uma análise das produções acadêmicas e dos relatórios de avaliação do PAS.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS E DOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DO PAS

O Capítulo III analisa as produções acadêmicas que tratam do Programa Alfabetização Solidária (PAS) e dos documentos que avaliam o PAS, sob a ótica de seus implementadores.

As partes, que compreendem este Capítulo, ficam assim dispostas: 3.1. versa sobre as produções acadêmicas que elegeram o PAS como pesquisa; o levantamento inclui: 07 Dissertações de Mestrado e 02 Teses de Doutorado; 3.2. análise dos relatórios de avaliação do PAS.

3.1 Análise do PAS Enquanto Objeto de Pesquisa nas Produções Acadêmicas

No levantamento sobre as produções acadêmicas que tratam do Programa Alfabetização Solidária, poucos estudos foram encontrados. Há que se considerar o tempo de criação do programa, que data do ano de 1997, considerado recente para um número mais elevado de pesquisas. O levantamento identificou: 07 Dissertações de Mestrado e duas Teses de Doutorado, sendo que uma delas não aborda especificamente a temática do PAS, mas apresenta um capítulo sobre o assunto.

Cumprir observar que as dissertações, na sua maioria, versam sobre o processo de alfabetização de adultos e a formação do educador de jovens e adultos. Dentre essas dissertações, apenas uma analisa a Política Pública da Educação de Jovens e Adultos.

Na linha de Políticas Educacionais estão incluídas também as duas teses de doutorado, que mereceram análise mais pormenorizada.

A seguir, relatam-se brevemente os trabalhos consultados sobre o tema. Nina (2000), na sua Dissertação de Mestrado faz análise do Programa Alfabetização Solidária nas comunidades rurais de Pauini, no Amazonas. O problema estudado partiu das questões sobre o que é o processo de alfabetização para os alunos do programa? Para que querem se alfabetizar? Quanto ao pesquisador: Quais objetivos estariam atingindo com a realização desse trabalho? A metodologia, de acordo com a autora (2000, Resumo),

[...] é qualitativa e utiliza a análise do conteúdo para entender as representações sociais sobre educação. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram a entrevista semi-estruturada e o diário de campo do pesquisador. Oito sujeitos foram entrevistados em duas comunidades rurais do Amazonas. As categorias foram levantadas e analisadas a partir da teoria das representações sociais e a referência é o contexto sócio-cultural (sic) resultante do diário de campo.

Consta da pesquisa que a precária estrutura social do município não propicia condições para o processo de alfabetização. A escolarização não aparece como um fator importante na vida das pessoas. O conhecimento é essencial somente para as necessidades básicas de sobrevivência e, no processo de aprendizagem, a afetividade tem papel preponderante. Os sujeitos se sentem culpados pela sua pouca escolarização e manifestam gratidão por poder freqüentar a sala de aula. Compreendem que têm obrigação de aprender. Conforme é relatado pela autora (2000, Resumo) “[...] essa dinâmica propicia uma internalização da exclusão, sofrida pelo analfabeto, que é reforçada pelo modelo do Programa Alfabetização Solidária [...] sua estrutura pontual não se revela como transformadores da realidade do alfabetizando”.

Saraiva (2000, Resumo), em Dissertação de Mestrado denominada de Alfabetização de jovens e adultos e o exercício da cidadania: a formação do educador/alfabetizador, aborda o trabalho de capacitação e acompanhamento realizado pelo PAS, com alfabetizadores da cidade de Tucano, Estado da Bahia. O objeto de pesquisa é a prática pedagógica do professor em sala de aula enquanto relação com o aluno. A pesquisa denomina-se de “[...] pesquisa-ação, de tendência dialética”. Conforme é relatado pelo autor os “[...] resultados foram considerados positivos considerando a adoção da pesquisa-ação na formação de professores”, Saraiva (2000, Resumo) considera que o diálogo e o exercício da escrita faz com que desenvolvam a “[...] criticidade, revejam sua prática, interajam com colegas, se politizem e exercitem os princípios metodológicos do trabalho, contextualizando sua ação e conduzindo os alfabetizando ao exercício da cidadania”.

Silva (2000, Resumo), em Dissertação de Mestrado denominada “A Capacitação do Professor Leigo”, realiza uma análise por meio da experiência do Programa Alfabetização Solidária no município de Marã no Amazonas. Segundo o autor, foram considerados na pesquisa,

[...] os processos cognitivos envolvidos na capacitação, a partir do material coletado em observações do cotidiano da prática educativa dos professores e das relações que eles estabelecem entre a prática e a formação em curso. As categorias utilizadas foram definidas conforme os processos cognitivos espelhados nas atitudes e comportamentos apreendidos no cotidiano dos sujeitos. O resultado foi o confronto com o estudo do professor leigo no Brasil e os pressupostos acerca do perfil cognitivo do professor leigo nas comunidades rurais da Amazônia.

De acordo com o autor (2000, Resumo), a linha de pesquisa, “[...] se insere nos Processos Cognitivos e Informática Educativa e aborda a área de conhecimentos da educação, psicologia e educação rural”.

Schwartz (2001, Resumo) realiza estudo em Dissertação de Mestrado sobre o Módulo VI do Programa Alfabetização Solidária, com o objetivo de analisar a concepção de alfabetização, de aprendizagem e de professor alfabetizador e a orientação paradigmática do pensamento e a prática dos participantes da pesquisa. O estudo investigou qual a contribuição do curso de formação de alfabetizadores do PAS, nos municípios de Araci, Crisópolis, Rio Real no Estado da Bahia, identificando as contradições e mediações que permeavam o contexto investigado, com a “[...] finalidade de propor pontos referenciais para a prática pedagógica dos cursos de formação de professores de alfabetização de adultos.”

Conforme preceitua o autor, o mesmo foi:

[...] desenvolvido numa abordagem qualitativa de cunho dialógico, com base em Morin (1989, 1991, 2000). Os dados foram coletados pela observação participante, entrevista semi-estruturada e da representação por imagens. O referencial teórico está baseado em Morin, Perrenou, Freire, Ferreiro, Teberovsky.

De acordo com o autor (2001, Resumo) “[...] o resultado da pesquisa evidenciou que as concepções de alfabetização, aprendizagem e professor alfabetizador inscrevem-se numa orientação paradigmática de simplicidade ao considerar-se a prática docente”. Com relação às concepções que permeiam o discurso, segundo Morin situam-se “[...] numa perspectiva próxima da complexidade”.

Em relação à contribuição do PAS na prática pedagógica, os alfabetizadores “[...] explicitaram que houve avanços consideráveis em sua vida profissional bem como em sua vida pessoal.” As principais contribuições do PAS, segundo os participantes foram:

[...] flexibilidade nas ações do planejamento e replanejamento, valorização do conhecimento prévio e das dificuldades como ponto de partida, da contribuição e significação para a construção do conhecimento, possibilidade de percepção de suas potencialidades e limitações, necessidade de reflexão sobre a prática e de valorização da leitura na vida profissional; a consciência da importância, comprometimento, da responsabilidade, da atitude ética bem como da “[...] descoberta de que não existem certezas inquestionáveis e que, pela alfabetização, será possível trazer melhorias na qualidade de vida dos alunos e evitar a evasão”.

Caixeta (2001, Resumo) desenvolveu estudo na sua Dissertação de Mestrado sobre a mulher em envelhecimento no seu cotidiano: diálogos, textos e imagens sobre a identidade feminina. Parte da Psicologia, enquanto ciência que estuda os fenômenos mentais socialmente construídos, em consonância com a psicologia cultural. Valoriza as especificidades de cada

grupo sócio-cultural a compreender o conhecimento como produto de trocas sociais, estabelecidas entre o profissional de psicologia de um lado, e uma população específica de outro. Para tanto, o autor analisa que:

[...] o objetivo do trabalho foi estudar a identidade feminina de mulheres em processo de envelhecimento, por meio de histórias que elas contam de si mesmas. Foi utilizada a linguagem na sua forma oral, escrita e imagética. Participaram do estudo 14 senhoras, com idade variando de 44 a 74 anos, todas alunas do Programa Alfabetização Solidária no município de Ceilândia/DF.

Para o autor (2001, Resumo), os resultados mostraram que “[...] a identidade feminina é um constructo composto pelos papéis sociais que a mulher assume no seu cotidiano, onde existe uma espécie de execução para cada papel social bem como conseqüências”. Mostrou também que “[...] a principal fonte de identificação da mulher é o par significativo de papéis esposa-mãe. No papel de dona-de-casa, a conseqüência é um grande cansaço, não só físico, mas também social e moral, fruto da vida de exclusão social que tiveram”.

A pesquisa, segundo o autor (2001, Resumo), insere-se “[...] na linha dos processos de desenvolvimento humano que estuda os processos de desenvolvimento em diferentes contextos sócio-culturais (sic)”. Compreende diversas abordagens teórico-metodológicas, que investigam tanto o processo normal quanto os possíveis desvios e desajustes do desenvolvimento e da conduta.

Costas (2001, Resumo), em Dissertação de Mestrado, estuda o tema das articulações entre a teoria e a prática no processo de formação de alfabetizadores de adultos tendo como referência o Programa Alfabetização Solidária desenvolvido na cidade de Cariri/SE. De acordo com o autor (2001, Resumo), o estudo baseia-se “[...] na literatura (Tardiff, Nóvoa, Candau), desenvolve um quadro de referências, contendo constructos e dimensões analíticas sobre competências básicas associadas à formação teórico-prática de alfabetizadores de adultos”. Como resultados, o autor (2001, Resumo) observou uma “[...] constante rearticulação entre a teoria e a prática no processo formativo de alfabetizadores de adultos no contexto do PAS no Nordeste”.

De acordo com o autor (2001, Resumo) “[...] a pesquisa é na linha da Educação, Relações Sociais e Construção Democrática, que investiga as diversas estratégias voltadas para a democratização da educação básica: infantil, fundamental, média e de jovens e adultos. Inclui tanto a análise de políticas macrosociais quanto a avaliação de prática”.

Vieira (2001, Resumo), em Dissertação de Mestrado intitulada - “Poder Público e Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização Solidária, primeiros passos de um programa

antigo, analisa a educação de pessoas jovens e adultas no país, especialmente em relação à alfabetização dessa população”. Conforme o autor, a dissertação aborda o “[...] histórico da educação de jovens e adultos na legislação nacional e analisa as principais campanhas de alfabetização ocorridas no Brasil, a partir de 1947”. O estudo, de acordo com o autor,

[...] trabalha com a desconfiança de que há descaso do poder público com a EJA, observadas no negligenciamento, apesar de esta educação ser considerada legalmente como parte do ensino fundamental. Analisa também que o PAS pode ser mais uma das formas de desresponsabilização do Poder Público na oferta de educação para pessoas que tiveram durante a infância o direito da educação negado.

Conforme relatado no estudo, a análise é “[...] baseada em autores da linha histórico-crítica, que concebem o momento presente como fruto das múltiplas relações dos sujeitos que atuam nessa realidade, alterando-a, transformando-a ou colaborando para sua manutenção”. (VIEIRA, 2001, p. 4).

Como resultados, a pesquisa apresenta as seguintes considerações:

Que o Programa não assume a problemática do analfabetismo em toda sua complexidade. [...] restringe-se a questão do analfabetismo baseado na redução de índices, ou seja, não aparenta ter preocupações com a qualidade da educação oferecida, mas sim com o produto estatístico desta alfabetização. Considera ainda, conforme o modelo do PAS, a preocupação com o quadro estatístico que pode ser explicado pelo esquema de parcerias onde o PAS tem como parceiro-financiador grandes empresas, cujo interesse está em investimentos e no retorno que lhes rendem estes investimentos. (VIEIRA, 2001, p. 4).

Quanto à participação das universidades⁷⁴, Vieira (2001, p. 4) assim se expressa:

[...] o PAS ao eleger as Universidades como parceiras, permite que as mesmas se tornem comprometidas com esta questão proporcionando debate acadêmico há muito necessário”. Aborda, também, que o PAS possibilita que o “[...] aluno repense sua formação e exija conteúdos condizentes com esta realidade”.

Machado (2001, Resumo), em Tese de Doutorado, realiza estudo sobre a política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos, implementada no Estado de Goiás pela Secretaria Estadual de Educação, na década de 1990. O interesse nesse estudo deve-se ao fato de que um dos capítulos apresentados analisa o Programa Alfabetização Solidária, em Goiás. A autora trata da implementação do Programa no Estado, caracterizando sua estrutura na composição das políticas de educação para EJA. No estudo desse capítulo a

⁷⁴ O PAS, ao anunciar a parceria das Universidades, coloca todas as IES na mesma categoria. A nosso ver, essa é uma pretensão do PAS, quando na verdade não elege a Universidade. O programa pode pretender ter uma "grife"

autora (2001, p. 93) pondera que “[...] os documentos mais recentes do PAS já demonstram uma alteração significativa em seus propósitos, evidenciado em algumas de suas características [...]. De um programa de combate ao analfabetismo passa a fomentador da rede de educação de jovens e adultos”.

Destaca que, nas diversas reuniões de avaliação em Goiás, foram evidenciadas as inquietações dos representantes das IES. Essas inquietações foram demonstradas, pelo "curto período destinado à alfabetização; conceito de alfabetização utilizado pelo programa; necessidade de um processo de continuidade de escolarização dos alunos (EJA); necessidade de contar com os alfabetizadores em mais de um módulo; falta de eficiência dos questionários de coleta de dados; dificuldade de acesso ao município; e os conflitos com a gestão local".

No que concerne à implementação do PAS em Goiás, Machado (2001, p. 96-97) relata a “[...] estrutura do PAS no município, analisa os relatórios de avaliação dos módulos e aponta as deficiências verificadas nos documentos que retratam a expansão do programa, em relação à experiência de alfabetização vivenciada nos diferentes estados, e que traduzem o seu impacto”.

Segundo Machado, (2001, p. 97), “[...] existe inconsistência nos dados dos relatórios que avaliam o PAS, a verificação dos dados por meio do instrumento (Coleta de Dados)⁷⁵ coloca em dúvida a sua correta aplicação e os números apresentados”. Outro questionamento verificou os dados citados que vão ao encontro da sua discussão em relação “[...] ao nível de formação dos alfabetizadores do PAS, à falta de definição de parâmetros teóricos para orientar as práticas de alfabetização em cada município e à própria insegurança em relação à continuidade do programa”.

Machado (2001, p. 100) reflete que:

[...] a questão central parece ser: qual a estrutura que se organizou efetivamente com o PAS, nas secretarias municipais de educação para dar continuidade às ações de escolarização de jovens e adultos? Se existe uma política de organização do PAS, não ocupa nenhum lugar nos relatórios elaborados pelo programa até o ano 2000.

Machado (2001, p. 100) conclui, no que se refere ao estabelecimento de políticas públicas de EJA, que:

[...] o programa parece carecer de uma visão mais ampla que ultrapasse o discurso dos resultados surpreendentes de 20% de evasão e 70% de aproveitamento [...]

de universidade, mas, verifica-se que as IES parceiras compõem-se também de Institutos, Faculdades Isoladas, Associações, entre outras.

⁷⁵ Coleta de Dados é o instrumento utilizado pelo PAS, para avaliar os módulos do programa.

dados considerados duvidosos, em todos os relatórios analisados, por necessitarem de maior precisão na coleta e maior clareza na análise.

Das reflexões sobre o PAS em Goiás, Machado levanta mais uma questão: “[...] a total ausência de envolvimento da Superintendência de Educação à Distância e Continuada de todo este processo, o PAS [...] não estabelecia relação direta com a superintendência responsável por EJA no Estado”. (2001, p. 109). Analisa que o PAS “[...] não teve nenhuma relação [...] com outros programas desenvolvidos sob coordenação do governo estadual, pela superintendência que se responsabiliza pelas políticas em EJA”. Sobre a formação de professores, “[...] não existe nenhum registro de avaliação e acompanhamento da proposta de formação dos professores que passaram pelo PAS no Estado de Goiás, que pudesse [...] apontar as necessidades e êxitos alcançados”. (2001, p. 110).

Prosseguindo a análise das produções do PAS, tem-se a Tese de Doutorado de Di Pierro (2000), que realiza estudo sobre as políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999. A pesquisa recupera a história das políticas de educação básica de jovens e adultos no período de redemocratização da sociedade e das instituições políticas brasileiras, aborda os processos de elaboração e o conteúdo dos planos educacionais, leis, diretrizes e programas de iniciativa federal. Dentre esses elementos, analisa o Programa Alfabetização Solidária como um dos programas da esfera federal do governo, nesse período.

Di Pierro, no seu estudo, realiza análise sobre a trajetória do PAS, a gestão do Programa, a gestão financeira, a adesão das IES ao PAS, o referencial político-pedagógico, o monitoramento e a avaliação e a avaliação externa. Dessa análise, Di Pierro (2000, p. 225-228), extraiu algumas considerações, sobre o PAS:

O PAS não é e nem se propõe a ser uma política pública universal para atender ao direito constitucional de todos os cidadãos ao ensino fundamental, configurando tão somente um programa focalizado de assistência social destinado a minimizar efeitos de marginalização educacional e cultural associados à condição de pobreza extrema [...] o fato de não configurar uma política pública universal, entretanto, não autoriza outra interpretação equivocada que descaracteriza o PAS como componente da política federal de educação, atribuindo-lhe o caráter de iniciativa social sob gestão não governamental [...] a gênese do PAS e o peso da autoridade federal na concepção, financiamento, coordenação e legitimação tornam insustentável sua descaracterização como instrumento de política governamental. É preciso ponderar que a criação da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária atendeu a objetivos pragmáticos de operar os recursos financeiros com maior flexibilidade, fugindo aos rigores da regra do serviço público e, ao mesmo tempo, agilizar os repasses de verbas às universidades [...] estratégia dessa ordem vem sendo legitimada pela difusão da proposta de reforma do Estado formulada pelo ex-Ministro Bresser Pereira, que propõe a transferência de determinadas atividades exclusivas do Estado, dentre os quais os serviços de educação. [...] o modelo de “publicização” de Bresser Pereira não esclarece, e que permanece pendente no caso do PAS, quais os mecanismos que a sociedade pode submeter tais organizações

sociais a um controle público efetivo. [...] embora afirme diferenciar-se de experiências como as do MOBREAL por promover a avaliação contínua, a concepção original do PAS não considerou o resultado de pesquisas avaliativas que apontam os limites de campanhas que não incidem sobre as relações sociais que produzem o analfabetismo e não asseguram os processos de pós-alfabetização [...]. Há que se reconhecer que, num intervalo de tempo relativamente reduzido, o Programa teve uma expansão quantitativa e geográfica significativa [...] As frágeis bases financeiras e institucionais do Programa, entretanto, não asseguram que esse crescimento do atendimento seja contínuo e nem mesmo que se mantenha nos patamares alcançados até fins de 1999. A dependência de doações voluntárias de empresas ou de cidadãos não conforma bases sólidas sobre as quais se possa assentar uma política pública permanente de alfabetização de jovens e adultos. Como tampouco o orçamento federal foi incrementado para suportar um crescimento do Programa, os riscos de descontinuidade são grandes. A própria alocação do projeto na Comunidade Solidária, e não no Ministério da Educação, bem como a transferência da gestão financeira para uma organização de direito privado, não contribuem para a institucionalização do Programa como uma política pública continuada, reforçando seu caráter focalizado, contingente e emergencial [...]. O conceito de parceria parece vigir apenas no plano operacional, pois não se faz refletir em instâncias de gestão do PAS [...]. As decisões estratégicas são tomadas pela Coordenação do Programa, que subordina-se hierárquica e formalmente ao Programa e ao Conselho da Comunidade Solidária, mas necessita manter algum tipo de comunicação fluente e subordinação perante o Ministério da Educação, de onde provêm os recursos federais do Programa. Esse organograma confuso, em que os canais e a hierarquia das instâncias de tomada de decisão não estão bem definidas e no qual os parceiros participam de modo subordinado e assimétrico não configura um modelo horizontal de gestão democrática de um programa em parceria..

O estudo de Di Pierro está inserido na linha de pesquisa das organizações e políticas educacionais que abrange as organizações da sociedade civil e do Estado a partir das quais são promovidas mudanças nos processos educativos, instauram-se políticas educacionais e planejam-se reformas de ensino.

As pontuações feitas por Di Pierro vêm corroborar em muitos aspectos com a análise de Vieira (2001) e Machado (2001) sobre o Programa Alfabetização Solidária, tais como: pouco tempo para o curso de alfabetização, instabilidade na continuidade dos estudos (EJA), desresponsabilização do poder público na oferta de EJA, programa pontual, focalizado e emergente. Essas são algumas semelhanças acerca dos resultados das produções sobre o PAS. Ressaltam-se as produções da linha de políticas públicas, as demais enfocam o programa na instância de promovedor da cidadania, que pela alfabetização será possível trazer melhorias na qualidade de vida dos alunos, na prática do alfabetizador, entre outros, já analisados nas produções acadêmicas.

Note-se que, com exceção desses estudos e autores, que se inserem na linha de Políticas Educacionais, História e Educação, os demais estudos analisam o processo de alfabetização dos alunos e a prática do professor alfabetizador do PAS.

Com exceção de Caixeta (2001), os outros estudos abordam a questão do processo de alfabetização e formação do alfabetizador. Nina (2000); Schwartz (2001); Saraiva (2000); Silva (2000); Costas (2001). Vieira (2001), estudo que analisa a política do PAS em

alfabetizar jovens e adultos; Machado (2001) empreende estudo sobre a política de formação de professores, implementada no Estado de Goiás, apresentando a política do PAS em um dos seus capítulos e Di Pierro (2000), cujo objeto de estudo analisa as políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999 e apresenta em um dos capítulos análise da política do PAS.

Embora as produções acadêmicas apresentem objeto de estudo numa outra perspectiva do estudo ora apresentado, é importante discutir os aspectos que vão ao encontro da nossa análise. Em relação ao estudo de Nina (2000), constatou-se que:

- 1- a “escolarização não aparece como fator importante, o conhecimento só aparece para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, e a **afetividade** tem papel preponderante”;
- 2- Os “sujeitos se sentem culpados pela sua pouca escolarização e manifestam **gratidão** pelo programa”, verifica-se que esse é um aspecto também constatado na nossa pesquisa;
- 3- Os “sujeitos compreendem que têm obrigação de aprender”;
- 4- Constatou-se também a “dinâmica de exclusão sofrida pelo analfabeto, sendo que esse aspecto é fortemente reforçado pelo modelo do PAS”;
- 5- A estrutura pontual do programa que não se “revelam como **transformadores da realidade** do educando”.

As questões apresentadas por Nina (2000, p. 143-144), “[...] afetividade, gratidão, transformação da realidade”, corroboram a nossa tese sobre os aspectos ideológicos de “internalização” do programa, cuja forma é apresentada de maneira a sensibilizar as pessoas, produzindo as representações sociais.

Schwartz (2001), ao analisar a prática do alfabetizador, constatou que “[...] não existem certezas inquestionáveis e que pela alfabetização será possível trazer melhorias na qualidade de vida dos alunos e evitar a evasão”. A nosso ver, essa é uma constatação ingênua, sendo também consequência do aspecto ideológico produzido pelo caráter do programa, conforme foi constatado na nossa pesquisa (Capítulo II, p. 80-81). A situação dos egressos do PAS não é alterada, eles continuam na mesma condição de agricultores arrendatários, sem remuneração, e sobrevivendo das “migalhas” da sua produção, ainda tendo que dividir com os proprietários das terras.

Vieira (2001, p. 107) verificou que o “[...] programa não assume a problemática do analfabetismo”. A seu ver, a preocupação é com “índices, dados estatísticos”, que expressam

a expansão do programa com a finalidade de cooptar parceiros para os financiamentos, cujo interesse estaria no retorno que lhes “rendem esses investimentos”. Os aspectos citados por Vieira vão ao encontro da nossa pesquisa, em que já foi constatado que, com o crescimento do PAS, ocorre paralelamente o aquecimento do mercado nos diversos setores do comércio de bens e serviços. (ver Capítulo II, p. 85-86). Esse mesmo autor verificou, quanto à participação das Universidades, que o “PAS ao eleger as Universidades como parceiras, permite que as mesmas se tornem comprometidas”. Na nossa avaliação, o PAS não elege as Universidades como parceiras, ou seja, essa é uma forma de elevar o *status* do programa, tendo-as como parceiras.

Machado (2001) constatou alguns dados que vão ao encontro da nossa discussão: inconsistência nos dados dos relatórios que avaliam o PAS; nível de formação dos alfabetizadores; a falta de parâmetros teóricos para orientar as práticas de alfabetização e a insegurança em relação à continuidade do programa.

Conforme já foi citado, Di Pierrô (2000) expõe na sua tese de doutorado diversos aspectos que corroboram a nossa pesquisa: programa focalizado de assistência social, contingente e emergencial; tem a pretensão de ser uma iniciativa social sob gestão não governamental, no entanto, o peso da sua concepção e avaliação está no âmbito federal do governo; o PAS está relacionado aos objetivos expressos no Plano de Reforma de Bresser Pereira, sendo uma tentativa de “publicização”; o PAS não considera os resultados de pesquisas em alfabetização, que apontam a necessidade de continuidade dos estudos com EJA; a dependência do programa de doações financeiras para o seu desenvolvimento; a alocação do programa fora do Ministério da Educação.

Conforme foi observado, muitos dos aspectos citados nas produções acadêmicas contribuem para reforçar a discussão de que o sentido do programa não corresponde aos objetivos anunciados e leva a constatar com mais propriedade a nossa tese que relaciona o PAS ao mercado consumidor.

3.2 Análise dos Relatórios de Avaliação do PAS Elaborado pelos Implementadores do Programa

Nesta seção realizamos análise dos documentos de avaliação do PAS, que são apresentados de duas formas: 1 - Os documentos que versam sobre os dados de evasão, causas de evasão e aproveitamento dos módulos implementados pelo programa; 2 - Os documentos que avaliam os impactos do PAS nos municípios atendidos.

3.2.1 Análise dos relatórios sobre os dados de evasão, causas da evasão e aproveitamento

De acordo com os documentos⁷⁶, os módulos analisados (I ao XII) registraram que o percentual de evasão aproxima-se de 20% a 24%. O maior acréscimo foi constatado no módulo VIII, atingindo 27,1%.

Outro aspecto verificado nos documentos, informa que a evasão na zona rural é menor, atingindo (19%), em relação à zona urbana com (29%). (Relatório Final: módulos I e II).

Segundo informações dos documentos de avaliação, os dados sobre índices de evasão foram coletados por meio de informações remetidas ao PAS pelas IES e segundo é analisado pelo programa, “[...] os dados completos sobre causas de evasão não puderam ser aproveitados, em virtude da imprecisão das informações encaminhadas, sendo possível apenas classificar as causas citadas em função de sua ocorrência”. (BRASIL. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL. Módulo II, 1998, p. 36).

Entre as maiores causas de evasão, apontadas em todos os módulos do programa, estão as relacionadas ao trabalho (desemprego e mudança em busca de trabalho) e problemas de visão.

Importa observar que os documentos de avaliação do PAS sofreram alteração nos dados, em função das informações coletadas, conforme é informado: “[...] diversos aspectos que serão levantados nessa apresentação inviabilizaram uma leitura consistente de todos os dados”. Em consequência, o programa optou por uma avaliação de amostragem, “[...] equívocos de preenchimento dos instrumentos de coleta de dados impediram uma compatibilização completa”. (BRASIL. AVALIANDO 1, 2000, p. 41-42).

Os parâmetros de avaliação para aferir os resultados de aprendizagem e aproveitamento são aplicados no domínio da língua escrita, verificando os resultados iniciais e finais de aprendizagem dos alunos, que concluíram ou que chegaram ao final do módulo.

Os parâmetros utilizados foram estabelecidos, segundo os documentos, para “[...] definirem-se minimamente, metas de aprendizagem para medir as habilidades de leitura e escrita”, sem, no entanto, “[...] desconsiderar-se a garantia de liberdade de ação das instituições universitárias na área de ensino e a exigência de avaliação do programa”. (BRASIL. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL: PROJETO-PILOTO, 1997, p. 38).

⁷⁶ Analisam-se nessa parte do estudo, os relatórios de avaliação final dos módulos I e II (Projeto-Piloto), módulos III, IV, VI, VII, VIII, X, XI, publicados pelo programa. Os módulos V, IX e XII, não foram analisados (não obtivemos acesso ao documento), e o módulo XII não foi publicado até a presente data.

Note-se que nos documentos de avaliação de aprendizagem dos módulos também são feitas ponderações quanto a sua base de coleta de dados. De acordo com o documento que realiza a avaliação do módulo VIII (BRASIL. 2000, p. 34-48), “[...] o levantamento de dados das instituições parceiras foi feito por meio de questionários, parte dos quais [...] não oferecia consistência necessária à sua utilização”.

No documento de Avaliação Final do módulo VIII (BRASIL. 2000, p. 38), é feita a seguinte consideração sobre a coleta de informações de aprendizagem dos alunos: “[...] dados sobre oralidade [...] devem ser considerados com cuidado. Apesar de eles revelarem um quadro positivo, [...] não se pode assegurar que os itens do instrumento de coleta tenham sido compreendidos de maneira uniforme”.

Em relação aos conhecimentos de matemática, nesse mesmo documento (BRASIL. 2000, p. 40), é informado que “[...] lamentavelmente os dados relativos a números e operações fundamentais não puderam ser considerados, em virtude de o próprio instrumento apresentar problemas técnicos”.

No documento de Avaliação Final desse mesmo módulo são expostas as dificuldades de realizar avaliações periódicas, que significa atentar para a necessidade de aperfeiçoamento e controle das ações empreendidas no programa, expressas da seguinte forma:

Dadas as características e dimensões [...] do programa, a avaliação se torna uma tarefa complexa e sujeita à interferência de inúmeras variáveis [...] ainda não se conseguiu atingir um patamar desejado, especialmente por conta de dificuldades como o tipo de instrumento utilizado, a coleta e a devolução de dados, responsabilidade das IES. Uma das dificuldades com referência aos instrumentos é compartilhar conceitos entre avaliadores e sujeitos que fornecem as informações. (BRASIL. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL: MÓDULO VIII, 2000, p. 42).

Os resultados de aprendizagem estão sujeitos à forma como são realizadas as coletas das informações. Percebe-se que em todos os módulos há imprecisão das informações e entendimento equivocado das variáveis empreendidas nos conceitos de avaliação.

Observa-se também que há muita repetição de informações dos documentos de avaliação dos módulos. Verificam-se a falta de critérios e a organização na referência das informações, dificultando a análise precisa da consolidação dos dados que os documentos apresentam.

Já nas reflexões finais apresentadas no documento de Avaliação Final do Módulo X (BRASIL. 2003, p. 113), os resultados apresentados são compreendidos da seguinte forma: “[...] parece haver hoje uma melhor compreensão quanto ao preenchimento de formulários e quanto ao próprio conceito de avaliação”. O documento analisa que, apesar da falta de entendimento sobre os instrumentos de avaliação e do pouco aproveitamento dos formulários

preenchidos, esse processo está tomando um rumo de entendimento, por ocasião das discussões sobre o processo pedagógico com as IES. “O amadurecimento sugere que hoje há uma tendência mais homogênea de avaliação, ainda que respaldadas as diferenças teórico-metodológicas das IES”. (BRASIL. 2003, p. 113)

3.2.2 Análise dos relatórios de avaliação sobre os impactos do PAS nos municípios atendidos

Optou-se, nesta parte do estudo, por fazer uma análise de três documentos⁷⁷ encomendados pelo programa. Os documentos referem-se à pesquisa nacional que avalia o impacto do PAS nos municípios atendidos.

Os dados da pesquisa sobre ocupação e remuneração dos alunos apontaram que 77% dos alunos já trabalhavam antes de cursar o PAS; atualmente 68% dos alunos trabalham e 32% não trabalham. Em relação aos salários, 92% declararam não ter tido aumento e 8% tiveram aumento. O valor da remuneração antes e depois de cursar o PAS praticamente não mudou, ficando 1,79% abaixo do salário mínimo e 0,29% abaixo do salário mínimo após cursar o PAS.

Verificou-se que a ocupação predominante dos alunos antes de cursar o PAS é a agricultura (77%) e que, após cursar o PAS, a agricultura continuou sendo a ocupação predominante (73%), os serviços de limpeza (13%) e outros tipos de atividades (14%).

Constatou-se dos dados que não ocorrem mudanças relativas ao tipo de trabalho dos alunos e o fato de cursar o PAS não possibilitou ascensão ou mesmo possibilidade de mudança no tipo de ocupação. Os dados apontam que o perfil dos alfabetizadores é de jovens, em sua maioria mulheres “[...] e com uma educação razoavelmente⁷⁸ adequada para o desempenho da tarefa”. É informado no documento que a situação educacional dos alfabetizadores se altera após a frequência no PAS, passando a uma margem de 38,3% com magistério completo, 18,3% com superior incompleto, 3% com fundamental completo, 16,7% com ensino médio completo. (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 38-39).

⁷⁷ Os documentos consultados foram:

BRASIL. Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária: perfil do aluno, impacto em 23 municípios do projeto-piloto, avaliação do módulo VII – Avaliando 1. Lygia Klein ...[et al.]. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2000, 48 p.

_____. Aumento de matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Censo Escolar 2000/2001, resultados comprovados pelo IBGE, impacto nos municípios e instituições parceiras, avaliação do módulo VII. Avaliando 2. Cassia Janeiro... [et al.]. – Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2002, 48 p.

_____. Programa Alfabetização Solidária: avaliação de impacto. Avaliando 3. Regina Fatia...[et al.]. Brasília, 2003, 64 p.

⁷⁸ O documento não informa o que é considerado razoável na formação dos alfabetizadores. O que consta é que 50% têm nível educacional de fundamental a médio completo e níveis de magistério incompleto e completo (41%).

Em relação às ocupações dos alfabetizadores antes e após o programa, 60 alfabetizadores foram entrevistados. Desses, 34 não trabalhavam antes do PAS e 26 trabalhavam. “Dos 34 que não trabalhavam, 19 eram estudantes, 9 eram donas de casa e 6 estavam desempregados. Dos 26 que trabalhavam, 18 eram professores, 5 trabalhavam no comércio e 3 no serviço público”.

Os alfabetizadores (2003, p. 49) relatam que a “[...] possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na capacitação em situação real do trabalho de alfabetização é alta”. Eles mencionam: “[...] métodos e técnicas de ensino, materiais didáticos complementares, jogos matemáticos, alfabeto móvel, jogo de memória, utilização de sucata para construção de material educativo, entre outros”. (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 49).

A pesquisa nacional informou que, para a maioria dos alfabetizadores, o Alfabetização Solidária se constituiu em oportunidade de emprego, possibilidade de adquirir bens, de comprar e ter um melhor relacionamento social.

Analisa-se, a seguir, os resultados da pesquisa nacional nos municípios realizada a partir de dados coletados junto aos prefeitos com questionários para autopreenchimento, totalizando 213 dos 580 enviados pelo PAS.

A pesquisa indicou que “[...] cerca de 1/3 dos municípios que responderam à pesquisa afirmaram nunca lá ter existido qualquer programa ou iniciativa de combate ao analfabetismo”. Segundo a pesquisa, 16% assinalaram a oferta do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), programa da esfera federal já desativado. (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 14).

No que concerne ao setor educacional, segundo dados da pesquisa, “97% dos municípios afirmaram que ocorreram mudanças em função da implantação do Programa Alfabetização Solidária”. Dentre os tipos de mudanças, estão as relacionadas com: maior oferta de treinamento e capacitação de professores; introdução de novos materiais e técnicas de ensino; construção, reforma e ampliação das escolas onde houve o PAS; doação de material pela Prefeitura; maior participação dos pais na vida dos alunos.

A pesquisa apontou (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 19) que houve expansão das matrículas nos municípios em 11%, pelo lado da demanda “[...] estudar passou a ser visto como uma exigência do mercado de trabalho, uma condição para a empregabilidade”, outro aspecto é a “[...] conscientização da população sobre importância de estudar” e os “[...] egressos querem continuar estudando”.

De acordo com a pesquisa, “[...] para 99% dos municípios a implantação do PAS trouxe benefícios para a comunidade”, e foram verificados os benefícios “diminuição do analfabetismo e o aumento da escolaridade”. (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 20).

Outros dados apontam que “para 94% dos municípios houve melhoria da infraestrutura no entorno das escolas municipais ou dos prédios onde foi realizado o PAS”. As melhorias são associadas à iluminação e transporte. Ainda para “cerca da metade dos municípios, os benefícios estão **associados à geração de emprego e renda**”. Os empregos são apontados principalmente na área da educação, mas também no comércio, agricultura e alimentação e revela que “[...] o Programa Alfabetização Solidária vem sendo encarado como um dinamizador das atividades econômicas locais”. (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 20).

Os dados sobre geração de emprego e renda revelam que o PAS é considerado como **dinamizador das atividades locais** e vêm corroborar a nossa tese de que o PAS apresenta significativa mobilização no setor de bens e serviços, gerando empregos mesmo que temporários (no transporte, no comércio, oficina, contratação de professores, entre outros já citados).

É citado na pesquisa nacional que:

[...] o número de cooperativas cresceu 234% desde o momento anterior à implantação do PAS [...] indicam aumento da participação social de envolvimento da comunidade nas questões locais [...] hipótese que esse mesmo tipo de mobilização pode ter funcionado como um dos estímulos para a criação de cooperativas. (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 20).

Foram apresentadas na pesquisa sugestões dos municípios para aperfeiçoamento do programa, dentre as quais:

[...] que o programa tenha continuidade; alfabetizar interagindo com atividades que gere renda; utilização de material didático adequado à realidade local; integração do PAS à área de saúde; exigência de maior qualificação do alfabetizador, que o alfabetizador possa atuar em mais módulos aproveitando a experiência adquirida; aumento no valor da bolsa dos alfabetizadores tendo como referência o valor do salário mínimo; ampliar a atuação das IES; que o próprio Estado possa atender os municípios. (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 22).

Ressalta-se que o instrumento de pesquisa fornecido às IES para levantamento das informações “[...] foram questionários para autopreenchimento, sendo encaminhados aos Pró-Reitores de Extensão e Assuntos Comunitários de todas as IES”: conforme é expresso na pesquisa “[...] desse total, sessenta e duas IES enviaram espontaneamente os questionários preenchidos à Coordenação Nacional do Programa, definindo um retorno de 43%”. Segundo o documento:

Em função dessas duas características a não utilização de técnicas amostrais para controle e obtenção de resposta e o percentual de retorno obtido, esta avaliação constitui-se num estudo de caso e portanto as conclusões aqui obtidas restringe-se ao conjunto das 62 IES participantes, não podendo ser generalizadas para o universo das 143 IES. (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 23).

Conforme se observa, existe inconsistência das informações obtidas na pesquisa, revelando um caráter parcial dos resultados. No entanto, há ênfase nos aspectos que reforçam as características qualitativas do programa em detrimento de uma análise que forneça elementos para conceituar o programa no quadro das políticas para alfabetizar jovens e adultos, dados com bases mais sólidas da sua implementação, ou seja, uma pesquisa parcial e com uma coleta duvidosa, como já foi verificado pelo próprio programa.

Em relação aos aspectos positivos apontados na pesquisa, há que se considerar algumas questões, a saber: 1 - O PAS não possibilitou ampliação nas produções acadêmicas, conforme já foi demonstrado (07 Dissertações de Mestrado e 02 Teses de Doutorado), 2 - As avaliações não permitem entender a lógica do programa, por exemplo, o tempo para alfabetizar; 3 - A autonomia pedagógica é relativa, considerando que as IES, a *priori*, utilizam o material didático disponibilizado pelo programa, 4 - A EJA ainda não deu conta de absorver os egressos do PAS, entre outras questões que analisamos no item 1.6.3, deste estudo.

Da análise das avaliações apresentada pelos implementadores do PAS, é importante discutir que essas avaliações foram postas como essenciais na época da criação do programa. Foram apontadas por seus responsáveis como fundamentais para a eficiência do programa, como pode ser analisado nesta citação:

Iniciativas como a constituição de uma rede de informações sobre e para o terceiro setor, o projeto de apoio ao artesanato, para a geração de renda [...] pelo conjunto dessas e outras atividades que o Conselho se apresenta como instrumento inovador de ação social, em que os projetos e ações são submetidos a **constantemente processos de avaliação e aprimoramento**. (CARDOSO, R. C. L. FOLHA DE SÃO PAULO, 26 set. 1999).

O relatório de avaliação (BRASIL. AVALIANDO 3, 2003, p. 22) apontou que as “[...] críticas e sugestões de mudança dizem respeito a aspectos operacionais do programa e não aos seus objetivos, sua concepção, sua essência”. Nesse caso, importa refletir sobre os objetivos preconizados pelo programa. Se “[...] cumprir o papel de desencadear a oferta pública de alfabetização de jovens e adultos, de melhorar as condições de vida e de trabalho da sua clientela”, o PAS poderia "alterar e trazer mudanças na vida dessas pessoas, no que concerne a melhores salários e melhores condições de trabalho".

Observa-se também qual o objetivo de apresentar uma avaliação a partir de dados proclamados como duvidosos pelos seus próprios avaliadores.

A nosso ver, a forma como o PAS apresenta os dados de avaliação só reforça a nossa tese de que o programa produz um forte movimento de aquecimento do mercado.

CAPÍTULO IV

PAS: POLÍTICA EDUCACIONAL QUE ATENDE O MERCADO

Este capítulo tem o objetivo de discutir os aspectos que consideramos importantes para a compreensão da função do PAS e dos objetivos propostos nesta pesquisa. Para atingir tal propósito, selecionamos algumas questões: na seção 4.1, serão analisados os objetivos do programa, o financiamento, as parcerias e o papel do Estado. Na seção 4.2 será analisada, de forma mais específica, a temática proposta neste estudo, ou seja, o PAS enquanto política educacional que atende as necessidades do mercado e realizar-se-á também nesta seção a interlocução com os autores apresentados neste estudo.

Inicialmente, é importante apresentar as principais características das implicações sociais e econômicas das políticas de governo a partir da gestão do Presidente Fernando Collor de Mello até a de Fernando Henrique Cardoso.

Para o entendimento das implicações sociais e econômicas dos períodos de governo citados, observam-se as condições que determinaram as reformas neoliberais⁷⁹ desde as políticas do Consenso de Washington, bem como as conseqüências para o Estado brasileiro nos campos econômico e social.

No ano de 1989, reuniram-se, em Washington, funcionários do governo dos Estados Unidos e de organismos financeiros internacionais, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A finalidade do encontro, era a de discutir as reformas necessárias para a América Latina.

Segundo Cremonese (2003), a síntese das idéias da Reforma foram elaboradas pelo economista John Williamson, que estariam sintetizadas em três planos: 1 - O de ordem macroeconômica, em que há um acordo entre todas as agências econômicas de que todos os países periféricos devem ser convencidos a aplicar um programa de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal ao máximo, que passa por um programa de reformas administrativas,

⁷⁹ De acordo com informações do livro *Isto É Brasil 500 anos* (p. 265) Neoliberalismo é uma designação genérica da escola de pensamento que se propõe a ser a ideologia da Nova Ordem (estrutura-se sobre a hegemonia econômica, política, diplomática, militar e ideológica dos EUA) justificando, defendendo e estimulando a livre ação das leis do mercado, face tanto ao socialismo como a todo dirigismo estatal. O termo é controverso, não há uma fronteira conceitual nítida com o liberalismo clássico do século XVII e, sobretudo os chamados neoliberais não o aceitam. A escola nasce com o livro *O Caminho da Servidão*, do austríaco F. Hayek. O projeto neoliberal retoma os princípios do liberalismo clássico nas circunstâncias geradas por décadas de presença estatal na economia. Na Europa, confronta-se com o estado de bem-estar social; na América Latina, com a estratégia de substituição de importações. Restringe o papel econômico do Estado basicamente à guarda, a todo custo da estabilidade monetária. *Isto É Brasil 500 anos: Atlas histórico*. Editores: Domingo Alzugaray, Cátia Alzugaray. 2. Ed. São Paulo: Nova Geração, 2000.

previdenciárias e fiscais, além de um corte no gasto público. Esses países devem fazer políticas monetárias rígidas, porque a prioridade é a estabilização, sendo que a política fiscal tem de ser submetida à política monetária. 2 - A apresentação de propostas e reformas microeconômicas, sendo necessário desonerar fiscalmente o capital, para que ele possa aumentar sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto. Para isso, seria preciso que as pequenas empresas situadas nos países periféricos aumentassem sua competitividade, o que passaria por desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores e diminuição dos salários. 3 - O terceiro plano que o Consenso propunha era que os dois primeiros planos não seriam possíveis se não houvesse o desmonte radical do modelo anterior de Estado (Estado interventor). Segundo o Consenso de Washington, esse foi um modelo perverso, que funcionou mal, e que o modelo de importação de industrialização por substituição de importações foi um conceito mal empregado.

Em resumo, as propostas do encontro de Washington seria que os Estados latino-americanos passassem por profundas reformas estruturais, também chamadas de institucionais. Sendo elas: a desregulamentação de alguns setores, sobretudo o financeiro e o do trabalho, o da privatização, a abertura comercial e a garantia do direito de propriedade, sobretudo na zona de fronteira, isto é, nos serviços de propriedade intelectual. (CREMONESE, 2003).

De acordo com Mance (1998), as conclusões do encontro de Washington ratificaram a proposta neoliberal, que o governo norte-americano vinha defendendo como condição necessária para que qualquer país pudesse receber cooperação financeira bilateral ou multilateral e passaram a servir como uma espécie de receituário e referência para a coordenação das políticas de desenvolvimento indicadas aos países latino-americanos, financiadas por aquelas entidades. Esse conjunto de medidas e ajustes propostos foi tomado como referência não apenas para os países latino-americanos, mas para todas as economias que recorriam àqueles financiamentos, independente da realidade concreta do país ou de seus estágios diferenciados de desenvolvimento. A partir dos acordos empreendidos, esse encontro passou a se chamar formalmente de Consenso de Washington.

O que resultou do Consenso é que as elites latino-americanas passaram a assumir as propostas desse Consenso em um discurso tido como modernizador, tornando os objetivos anunciados como parte integrante de suas metas de ajustes estruturais, pois somente assumindo essa postura é que conseguiriam financiamentos para garantir o desenvolvimento dos países. (MANCE, 1998).

Entende-se que os rumos da política brasileira podem ser analisados, tendo como indicador esse contexto das estratégias resultantes do Consenso de Washington.

De acordo com os autores consultados⁸⁰, as políticas neoliberais globalizantes começaram, no Brasil, no início dos anos de 1990, ainda com o presidente Collor de Mello que deu início às reformas do Estado. Assiste-se, nesse período, a desregulamentação econômica, abertura do mercado e a planificação da economia (tentativa de diminuir a inflação galopante).

Conforme Neves (2000), o delineamento da nova divisão internacional do trabalho nos anos iniciais de 1990, a direção tomada pelo processo de modernização capitalista em nosso país, após o esgotamento do modelo de substituição de importações, podem ser analisados sob três aspectos: 1) no plano econômico - as mudanças verificadas nas estratégias e na materialidade do aparato estatal e das diversas organizações da sociedade civil após as eleições e a posse de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República; 2) no plano político - os avanços obtidos nos estudos da relação entre educação e produção e 3) no plano teórico - vieram se consubstanciando as propostas educacionais que vinham sendo construídas ao longo dos anos de 1990.

No governo do Presidente Collor de Mello, houve tentativa de empreender no âmbito do Estado pelo Executivo Central os seguintes projetos: Projeto de Reconstrução Nacional, Programa Setorial de Educação, Projeto Minha Gente e Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNCA). Esses projetos tinham o objetivo de realizar uma tentativa de proposta populista de educação, voltadas ao resgate da dívida social. No entanto, essa tentativa não foi concretizada, por razões, como: falta de apoio político, falta de coerência com as necessidades de redefinição de rumos das políticas econômicas e sociais do próprio governo. (NEVES, 2000).

Para Neves (2000, p. 05), a década de 1990 introduz, sob denominações diversas e significados múltiplos, a questão da qualidade do ensino, consubstanciadas na relação entre educação e produção:

Até o final do primeiro ano de governo de Collor de Mello, as diretrizes educacionais seguiram a pauta de campanha definida no Projeto Brasil Novo,

⁸⁰ As informações sobre o período em estudo foram analisados a partir dos livros: NEVES, L. M. W. (Org). Educação e Política no Limiar do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. SILVA JUNIOR, J. dos R. Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC. São Paulo: Xamã, 2002. MANCE, E. A. Globalização, subjetividade e totalitarismo - Elementos para um estudo de caso: O governo de Fernando Henrique Cardoso. 1998. Disponível em: <<http://www.milênio.com.Br/mance/gst/04.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2004. Também foram consultados dois artigos: CREMONESE, D. Reforma do Estado: implicações sociais e econômicas das políticas neoliberais no Brasil. UNIJUÍ - RS. NOGUEIRA, F. M. G; FIGUEIREDO, I. M. Z.; DEITOS, R. A. A implementação de políticas para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná nos anos 90: O PQE/PROEM e as orientações do BIRD/BID.

quando cabia a educação o papel de resgate da dívida social. No início de 1991, o Governo Collor entra na fase liberal-modernizante e a educação assume o papel de instrumento de aumento da competitividade da produção nacional diante da comunidade internacional, dentro dos parâmetros científicos e tecnológicos essenciais à terceira revolução industrial (Projeto de Reconstrução Nacional e Programa Setorial de Educação). Com esse encaminhamento do projeto liberal-corporativo social de Collor, no âmbito educacional se manifestam claramente os elementos que colocam a educação a serviço da reprodução ampliada do capital.

Após o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello assume a Presidência da República o vice de Collor, o mineiro Itamar Franco. De acordo com Neves (2000), embora a saída de Collor indicasse uma condução democrática da crise política e um revigoramento nas forças políticas do Brasil que visualizassem um espaço mais significativo para as propostas societárias de massa, os contornos da nova divisão internacional do trabalho, subjacentes à revolução científico-tecnológica em processo no mundo contemporâneo, nas décadas de 1980 e 1990, já esboçadas no período Collor, ganham maior delineamento durante o período de Itamar Franco.

Sob o ideário das instituições multilaterais (FMI e Banco Mundial), iam sendo implementados, nesse período de Itamar, as políticas de cunho neoliberal, com vistas a integrar o modelo de globalização produtiva e de capitais. Tais como: programas de estabilização e de reformas estruturais cuja forma de orientação privilegia o fomento da concorrência, por meio da abertura comercial, da desregulação e da privatização. (NEVES, 2000).

O receituário monetarista permaneceu, com taxas de juros elevados, e o combate do déficit público se fazia às custas da precarização dos serviços de saúde, educação, e com a pretendida implantação de uma reforma fiscal, que se resumiu ao Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

De acordo com Mance (1998), quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda no Governo de Itamar Franco, o quadro geral da realidade brasileira apresentava-se sob os seguintes aspectos: desemprego estrutural, concentração de renda e aumento da pobreza, concentração fundiária, adensamento urbano e dívida externa e interna. A sua política econômica agravou mais ainda a situação, e a demora em iniciar o seu plano econômico possibilitou desenvolvê-lo em uma realidade que capitalizou eleitoralmente as esperanças populares com a estabilidade de uma nova moeda: o Plano Real.

Para Mance, a eleição de Fernando Henrique não foi apenas uma estratégia elaborada a partir do Plano Real⁸¹, mas significou submeter a economia brasileira definitivamente aos

⁸¹ Conforme Cremonese (2003, p. 2): “O plano econômico, chamado, no Brasil, de ‘Plano Real’ fazia parte de uma sistemática de política global mais abrangente. A idéia de planificação da economia foi criada pelas

parâmetros do Consenso de Washington, transformando-a a fim de atender aos objetivos dos países ricos, especialmente os Estados Unidos.

No ano de 1996, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado do Brasil (MARE), foi anfitrião de um seminário cujo foco temático era a necessária reforma do Estado e a mudança de paradigma da administração pública em face da universalização do capitalismo. Os textos apresentados nesse seminário foram reunidos no livro *Reforma do Estado e Administração Pública e Gerencial*, organizado por Bresser Pereira. Esse seminário e o conteúdo expresso no livro de Pereira tornaram-se um manifesto da mudança de paradigma político do projeto nacional de Fernando Henrique Cardoso e da reforma do Estado. (SILVA JUNIOR, 2002).

Conforme Silva Junior (2002, p. 42-43), o discurso preconizado nesse seminário, apresentado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, já anunciava um tipo de Estado adaptado às novas condições do capitalismo⁸², advindas desde os anos de 1970 e que foram ditas pelo Presidente como uma forma de enfrentar “[...] os desafios de um mundo contemporâneo”.

Na ocasião do seminário, a fala do Presidente deixou clara a necessidade urgente de reforma do Estado Brasileiro e da administração pública, segundo ele, para tornar o Estado “[...] competente, eficaz, capaz de dar rumos à sociedade”.

Ainda, na ocasião do seminário, é verificada também no discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso (2002, p. 46) a retórica “[...] da eficiência, da competência, da eficácia em relação ao social”. O Presidente anuncia que para realizar as reformas é imprescindível a mudança do Estado e a adoção de novos critérios que orientem a administração pública no que concerne a “[...] redução de custos, buscar maior articulação com a sociedade civil, definir prioridades democraticamente e cobrar resultados”.

Na visão de Silva Junior (2002), os textos transcritos no livro de Bresser Pereira já anunciavam o tipo de mudança estrutural que se faria no plano econômico e social e, nesse aspecto, a Reforma do Estado seria imprescindível para realizar tais mudanças, entendendo o “Estado como uma relação social, como um novo processo de politização das relações sociais”.

instituições financeiras do Primeiro Mundo numa tentativa de conter a elevada inflação das economias emergentes, como é o caso do Chile, México, Argentina, Brasil e outros mais”.

⁸² Segundo Silva Junior (2000, p. 42-43), Fernando Henrique Cardoso mostra os dogmas orientadores da sua fé por meio de um discurso que assim se expressa: “[...] esta visão de um Estado que se adapta para poder enfrentar os desafios de um mundo contemporâneo não pode ser confundida nem com a inexistência de um Estado competente, eficaz, capaz de dar rumo à sociedade ou, pelo menos, acolher aqueles rumos que a sociedade propõe e que requerem uma ação administrativa e política mais conseqüente, nem tampouco significa a inércia diante de um aparelho estatal construído em outro momento da história de cada um de nossos países que se

Com essa compreensão, as reformas indicavam o enxugamento do Estado, transferindo responsabilidades públicas para a sociedade civil, daí o grande enfoque para as organizações não-governamentais, sendo que esse aspecto foi chamado de “democrática descentralização”. “No entanto, ainda que enxuto, o Estado teria de ser forte, ou seja, produzir centralizadamente as políticas em todos os setores de ação do Estado”. (SILVA JUNIOR, 2002).

As mudanças descritas no Plano de Reforma do Estado foram ocorrendo como foi anunciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (2002, p. 47): “[...] a administração pública será feita sob forte controle do Estado, a partir de políticas definidas por especialistas, porém, realizadas por organizações da sociedade civil, cobradas por meio de resultados”.

Conforme Silva Junior (2002, p. 48), é necessário analisar também as motivações externas das mudanças: “A crise do Keynesianismo e da social democracia do século XX , fechando mais um estágio do capitalismo impôs um deslocamento do capital para setores nos quais este nunca estivera e os quais nunca organizara segundo sua lógica”. Nessa perspectiva, o capitalismo amplia-se, produzindo a hegemonia do capital financeiro.

Analisando-se a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos, é este país quem indica os rumos das mudanças, por meio das agências multilaterais: (Bird/Banco Mundial, FMI, BID), na Cultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); na Política, a Organização das Nações Unidas (ONU) e nas ações bélicas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Conforme Silva Junior (2002, p. 49), “Quando analisamos as duas articulações: interna e externa, temos um Estado forte internamente e um Estado submisso no plano internacional”. O que se entende das propostas de reformas para o Brasil é justamente a expressão do que propunha o “Consenso de Washington, que demanda novas estruturas sociais e uma nova cultura política”.

Um outro aspecto nessa matriz orientadora do Estado, expressa no Plano de Reformas (Bresser Pereira) e no discurso Presidencial, é oriundo do “[...] movimento da sociedade no presente estágio do capitalismo, quando o capital põe-se em todas as esferas sociais, estabelecendo o império do privado para as instituições por meio dos mais diversos processos”. (SILVA JUNIOR, 2002, p. 49).

Conforme Neves (2000, p. 56), no campo educacional, verifica-se que a “[...] temática da melhoria da qualidade de ensino se associou no governo e na sociedade civil à temática da privatização”. Na descrição de Neves, isso pode ocorrer sob diversas formas: ora

concentra seja no corporativismo e no assistencialismo seja na produção direta de bens e serviços”. (PEREIRA; SPINK, 1998, p. 15-16).

na intervenção governamental quando ocorre relação conflituosa entre empresários de ensino e estudantes; ora na aplicação, pelo MEC, de instrumentos de avaliação da qualidade do sistema educacional público; ora na defesa explícita ou vedada de propostas educacionais privatizantes e ora na redução dos orçamentos para educação pública.

De acordo com Silva Junior (2002), “[...] a educação em geral, e em particular a educação superior, foi reconfigurada [...], submetendo esse nível de ensino às regras do privado e subordinando as práticas sociais de docência, pesquisa e extensão à racionalidade mercantil”. (2002, p. 49).

É importante observar outros aspectos decorrentes dos ajustes estruturais e das estratégias "modernizantes", que se relacionam: a implementação de políticas para o ensino, verificados na convergência entre a Reforma do Estado Brasileiro e os ajustes estruturais e setoriais propostos pelo FMI, BIRD e BID, no que tange aos empréstimos concedidos para os projetos e programas educacionais.

Conforme o artigo de Nogueira et. al. (2000, p. 129),

[...] desde o início dos anos 1980, há uma estratégia do Banco Mundial para modificar a estrutura produtiva dos países periféricos condicionando a política econômica desses países à incorporação de suas políticas, para firmar contratos e empréstimos para os setores da economia em geral, e para os setores sociais como a Educação Básica.

De acordo com Nogueira et. al. (2000, p. 130): Nos anos de 1990 seis projetos educacionais⁸³ foram aprovados, com financiamento de organismos internacionais, para os Estados do Nordeste, São Paulo, Paraná, Minas Gerias e Espírito Santo. Esses projetos tinham a sua organização abrangendo as áreas de treinamento em serviço, reciclagem para professores e corpo administrativo das escolas; construção e reforma física, equipamentos de informática e mobiliário; aquisição de livros didáticos. Além do conteúdo pedagógico, os projetos "sugerem" uma mudança na relação do Estado com as políticas sociais, particularmente com o setor educacional em direção ao que vem se chamando genericamente na acepção neoliberal de Estado "Mínimo", ou seja, um Estado “[...] ausente do setor produtivo e coordenador das políticas sociais”. (NOGUEIRA, 2000, p. 130-131).

⁸³ O artigo de Nogueira et. al. busca analisar como a Reforma do Estado Brasileiro se expressa em projetos e programas educacionais como o Programa Qualidade no Ensino Público do Paraná (PQE) e Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná (PROEM) e a possível convergência dessa Reforma com as orientações do BIRD/BID, enquanto agentes multilaterais financiadores desses projetos. O artigo expressa que os projetos e programas educacionais financiados por organismos internacionais constituem-se como parte da lógica de políticas estruturais e setoriais em nível internacional, ficando domesticamente conhecidas como reformas do Estado Brasileiro, que têm o BIRD/BID como organismos internacionais multilaterais financeiros que coordenam orientam e resguardam o processo de reestruturação e acumulação de capital em nível internacional.

Conforme é analisado por Nogueira (2000, p. 130-131), a acepção neoliberal de Estado “Mínimo” coordenador das políticas sociais e ausente do setor produtivo é uma acepção que expressa o que consta no Plano de Reformas do Estado anunciada com o seguinte discurso:

Busca a participação efetiva do setor privado, da sociedade civil, ou das Organizações não governamentais e da propalada e promovida cidadania, através de programas voluntários e de programas como; **Comunidade Solidária** e Amigos da Escola, concepção esta de cidadania preconizada pelo liberalismo clássico, chamado recentemente de neoliberal.

A concepção de Estado “ausente” do setor produtivo e “coordenador” das políticas sociais, na nossa interpretação e conforme já foi demonstrado neste estudo, deriva dos interesses subjacentes ao Plano de Reformas implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que o Estado pode ser “Mínimo” ou “Máximo”, desde que atenda aos interesses da manutenção ou ampliação do capital.

A nosso ver, é por meio dessa lógica que o Estado vem coordenando as políticas sociais e é, nesse contexto histórico, que é implementado o Programa Comunidade Solidária e Alfabetização Solidária, integrando o conjunto de reformas desencadeadas no Estado Brasileiro e que são preconizadas por meio de conceitos como “solidariedade”, “gestão partilhada”, “parcerias com a comunidade”, “promoção da cidadania”, “erradicação da pobreza e da miséria”, entre outros adjetivos que venham consubstanciar essa forma de política social implementada pelo Estado.

Espera-se que, nesta breve análise das políticas econômicas e sociais verificadas desde o governo Collor até o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, seja possível indicar as formulações e as ações de implementação do Programa Alfabetização Solidária. Vale destacar que as convergências entre as Reformas do Estado, as orientações do Consenso de Washington e as orientações prescritas pelo FMI, BIRD e BID e a implementação do PCS e PAS, não pode ser vista de forma linear e harmônica, mas dentro de um movimento que faz parte da forma assumida pelo capitalismo, caracterizando no seu bojo as políticas neoliberais.

Nas próximas seções deste Capítulo, apresentamos a discussão dos objetivos pretendidos pelo programa; o financiamento e a formação de parcerias considerados como “produto inovador do programa”, o papel do Estado e a função do PAS como política educacional ou focalização para o mercado.

4.1 Objetivos, financiamento e parcerias, papel do Estado

Conforme já citado no Capítulo I deste estudo, os objetivos expressos pelo Programa Comunidade Solidária (BRASIL. Art. 1º do Decreto nº 1366, 1995, p. 01), tem o seguinte teor: “O Programa Comunidade Solidária tem por objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza”. Os objetivos do Programa Alfabetização Solidária: “[...] desencadear movimento de alfabetização de jovens e adultos no país, melhorar as condições de vida da população que participa do PAS e possibilitar o exercício da cidadania”.

Dos objetivos citados é importante refletir sobre os aspectos preconizados: “combate à fome e à miséria”, “melhorar as condições de vida da população”, “possibilitar o exercício da cidadania”. Questiona-se a forma ideológica como são apresentados os conceitos do programa, associando ao desenvolvimento do PAS os indicativos para a “solução” dos problemas sociais por meio das estratégias da “solidariedade”.

Os próprios termos verificados no nome do Programa (comunidade, solidária), mostram um caráter “quase religioso”, de “comunhão”, como uma espécie de “casamento” com os acordos da caridade, da bondade, nesse caso, possibilitadas pela tão propalada sociedade civil, conforme já foi citado no Capítulo I deste estudo.

Sobre essa questão, Silva (2001, p. 16), expressa que:

A presente ofensiva neoliberal [...] precisa ser vista sobretudo como uma luta para criar as próprias categorias, noções e termos através dos quais se pode nomear a sociedade e o mundo [...] não se trata apenas de denunciar as distorções e falsidades do pensamento neoliberal [...] mas de identificar e tornar visível o processo pelo qual o discurso neoliberal produz e cria uma ‘realidade’ que acaba por tornar impossível pensar e nominar uma outra ‘realidade’.

Para Silva (2001, p. 16-17), o discurso neoliberal “[...] acaba por fixar as formas como podemos pensar a sociedade e, nesse processo, termina por nos fixar a nós próprios como sujeitos sociais”. No conjunto de seu pensamento, Silva cita Thomas Popkewitz. (2001, p. 16) que reporta as categorias neoliberais ao que chama de “epistemologia social”, ou seja, “[...] um conjunto de noções e termos que constroem a forma como podemos pensar a sociedade”. E indica que nesses conceitos estão as “palavras” que, segundo Popkewitz (apud SILVA, 2001, p. 16), “[...] são parte de sistema de regras [...] que governam que tipo de fala sobre a educação é possível, quais pessoas devem ser consideradas [...] e como o desejo, o querer e a cognição devem ser construídos”.

No entendimento de Silva (2001, p. 16), essa forma de induzir as pessoas a pensar uma forma de sociedade faz parte de um “[...] processo pedagógico e educativo no sentido mais amplo, um processo que também tem suas conseqüências para a educação”, e utiliza como exemplo a ideologia difundida na “filosofia” da “qualidade total no Brasil”.

É também citado por Silva (2001, p. 17), no que se refere ao papel da cultura de massas:

Essa nova configuração da manipulação e administração das energias e dos investimentos afetivos, com finalidades políticas, está no âmago da dinâmica cultural [...] Essas novas formas de constituição da identidade pessoal e social partem de uma compreensão muito precisa do papel da chamada cultura de massa. [...] os meios de comunicação não são vistos propriamente como meios de ‘comunicação’ ou como meios de representação da realidade, mas como meios de fabricação da representação e de envolvimento afetivo do/a ‘espectador/a’ e do/a ‘consumidor/a’.

Com essas características, segundo Silva (2001, p. 18), é “[...] parte essencial dessa representação apresentar as vantagens de um Estado mínimo e de menos governo”. Por outro lado, dentro dessa mesma lógica, a estratégia neoliberal no que concerne a retirar a “[...] educação institucionalizada da esfera pública e submetê-la às regras do mercado”, significa “[...] não mais liberdade e menos regulação, mas mais controle e ‘governo’ da vida cotidiana na exata medida, em que a transforma num objeto de consumo individual e não de discussão pública e coletiva. Assim, ‘menos governo’, significa ‘mais governo’”.

No caso do PAS, analisa-se o papel do Estado sob esses dois enfoques (menos e mais governo) enquanto Coordenador (menos governo) dessa política educacional e, por outro lado, exerce o papel de controle e implementador (mais governo) a serviço do mercado consumidor, verificados, como já foi citado neste estudo na expansão do PAS (mais mercado consumidor), venda de material didático, merenda dos alfabetizandos, passagens aéreas, hospedagem alimentação, entre outros já mencionados neste estudo.

Outra questão para análise já citada no capítulo I, refere-se ao modelo do PCS, que assim expressa: comunidade solidária significa um novo modelo de atuação social baseado no princípio da parceria. Somando esforços dentro de um espírito de solidariedade, governo e sociedade são capazes de gerar recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater com eficiência a pobreza e a exclusão social.

Com base no modelo referido, o discurso dos idealizadores do PAS (1997, p. 09) segue seu curso empregando a afirmação: “[...] sem possuir recurso próprio, o programa articula e fomenta as parcerias para ações voltadas ao alívio da pobreza e exclusão social”. Conforme já foi citado, os princípios do programa são “parceria, solidariedade e

descentralização”. Avalia-se que “[...] todos, trabalhando juntos, constituindo uma rede de parceiros, possam contribuir para conseguir uma comunidade mais unida e solidária que, paulatinamente elimine a fome e a pobreza no país. Por esse motivo, o lema do Comunidade Solidária é ‘Todos por Todos’”. O pressuposto é o de que se as populações dos municípios atendidos pelo PAS e PCS puderem contar com a atenção de todos - Governo Federal, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais e Sociedade – “Torna-se possível mudar a realidade local”.

Importa analisar, que a necessidade de “mudança da realidade local”, está contingenciada pela atenção de todos. Dois fatores devem ser considerados nessa questão: primeiro, pela forma como é apresentada a existência de uma “realidade local” dotada de autonomia; segundo, dizer que essa mudança está condicionada pela “atenção de todos”. O tom apelativo do discurso desconsidera as relações sociais que produzem miséria para colocá-la sob responsabilidade de “homens solidários e de boa vontade”.

Um outro aspecto, que consideramos importante discutir, são os princípios de elegibilidade dos municípios participantes do PAS. Segundo a proposta do programa, a prioridade é para os municípios mais pobres. Conforme pesquisa nacional, a clientela do PAS, tanto da zona urbana quanto da zona rural, carece de atendimento médico, sendo que quase todos os municípios necessitam de hospitais. Verifica-se que, em geral, a principal fonte de emprego é o poder público municipal. Na zona rural, predomina os empregos na agricultura e a situação educacional é precária. O que importa registrar dos municípios e clientela do PAS, que já foi exposto no Capítulo I, é o seu nível de pobreza.

Com as características que os municípios apresentam e o princípio de elegibilidade requerido pelo PAS, o programa se “propõe a erradicar a miséria e a pobreza”, mas com essa ação, no âmbito do discurso, verifica-se a questão da “solidariedade” e no âmbito do financiamento público o Estado. Ou seja, por meio da implementação de programas sociais, a pobreza e a miséria passam a ser elementos que cooptam iniciativas para a sua sustentação. Investe-se no social de modo a controlar a situação de pobreza e miséria em níveis toleráveis.

De acordo com Silva Junior (2002, p. 22): um fundo público é produzido, para a manutenção do capitalismo, não só no plano da economia, mas, sobretudo, no âmbito da construção do macroacordo social. O macroacordo social, segundo Silva (2002, p. 22), ocorre quando:

O Estado por meio de investimentos em não mercadorias, em serviços improdutivos com o objetivo de gerar riquezas marginais, pleno emprego e excesso de consumo [...] não dava início à economia política do não: a não produção de riqueza [...] tinha início a artificialidade da economia capitalista, e, com isso, a destruição do processo

civilizatório burguês por meio da mercantilização da esfera social da cidadania, isto é, dos direitos sociais [...] dada a superprodução de capital e sua característica dinâmica e expansionista, o capital desloca-se geograficamente, temporalmente, bem como para outras esferas sociais outrora organizadas pela esfera pública. Ao fazer esse movimento, outro é mostrado o da esfera social da cidadania.

Com esse movimento, a consequência é que “[...] a cidadania precisa ser produtiva, isto é, os direitos sociais tonam-se mercadorias”. (SILVA. 2002, p. 22).

No nosso entender, essa é uma estratégia que tem como resultado o movimento produzido para a geração de lucros para o capital, sendo os programas sociais excelentes clientes para o grande mercado consumidor. No caso, o Programa Alfabetização Solidária é parte desse movimento, como podemos verificar, quando provoca, em nome “da cidadania, da miséria e da fome” grande mobilização no comércio de bens e serviços, favorecendo o aquecimento da economia.

Um outro aspecto a ser discutido e que foi citado no Capítulo I, é a construção da rede de parcerias considerado o produto “mais inovador” do PCS e que segundo seus idealizadores “revelam uma nova forma de conceber e trabalhar a questão social”. Considerando essa “nova” relação entre Estado e Sociedade, o Programa desenvolve uma estratégia de ação baseada no sistema de parcerias.

A rede de parcerias é construída a partir da adesão de empresas, instituições e organizações públicas e privadas que tem a incumbência de financiar 50% dos custos com a operacionalização do programa nos municípios. Nos documentos analisados, não encontramos informação detalhada sobre o montante de recursos que cada empresa financia na operacionalização do programa.

O único documento que traz a informação da empresa parceira e os municípios que a ela financia é do ano de 1998, período em que estava sendo executado o IV módulo do programa. Com a coleta dessas informações, elaboramos uma Tabela com os dados pelo menos do número de municípios que cada empresa financia.

Com base nesse levantamento, poder-se-ia levantar a hipótese de que, considerando o número de municípios que cada empresa financia, o montante de recursos é maior e também de acordo com a categoria das empresas poderíamos sinalizar de onde provêm o maior montante de recursos e se sua origem é de instituição pública ou privada.

Note-se que o documento analisado é do ano de 1998 e mesmo sendo o único documento encontrado com essas informações, ele não é preciso nas informações, ou seja, não esclarece como se estabelece o sistema de parcerias que é largamente anunciado como uma “nova forma de conceber a relação social”. A forma do programa traz no seu bojo o modelo de parcerias como um produto inovador, no entanto, faltam dados que mostrem como

o programa é financiado, de onde provêm os recursos, qual é o montante de recursos públicos e privados que são empregados no desenvolvimento do programa.

Dessa forma, a título de ilustração apresentamos na Tabela 28, as empresas, instituições e organizações parceiras do PAS, o quantitativo de municípios financiados pela empresa e a categoria da empresa: pública ou privada, dados do ano de 1998.

TABELA 28 - Demonstrativo das empresas, instituições e organizações parceiras do PAS, o quantitativo de municípios financiados pela empresa e a categoria da empresa: pública ou privada - Ano 1998.

EMPRESAS	Nº DE MUNICÍPIOS	PÚBLICA OU PRIVADA
BANCO DA AMAZÔNIA	03	PÚBLICA
BNDES	132	PÚBLICA
FIESP	55	FEDERAÇÃO PRIVADA
BM&F	14	PRIVADA
Elo Atacadista	01	PRIVADA
COPEL	06	PRIVADA
Funcionários Abril	01	PRIVADA
BANCO BRADESCO	72	PRIVADA
NESTLÉ	01	PRIVADA
VOTORANTIM	14	PRIVADA
IPIRANGA	14	PRIVADA
USINA CORURIBE	01	PRIVADA
CIEE	01	PRIVADA
Laboratório Biossintética	01	PRIVADA
CHESF	03	PÚBLICA
Merrill Lynch	01	PRIVADA
BANCO BBA	08	PRIVADA
Banco do Nordeste	01	PÚBLICO
PETROBRÁS	02	PRIVADO
UNESCO	02	PÚBLICO
VOLKSWAGEM	01	PRIVADA
SUDENE	89	PÚBLICA
Cerâmica Eliane	01	PRIVADA
BOVESPA	14	PRIVADA
Banco Real	02	PRIVADA
UNIBANCO	05	PRIVADA
Banco Itaú	05	PRIVADA
Philip Morris	04	PRIVADA
Banco ABN AMRO	04	PRIVADA
FORTILIT	01	PRIVADA
Aché Laboratórios	01	PRIVADA
Banco Itaú	03	PRIVADA
CITIBANK	03	PRIVADA
Governo do Ceará	94	PÚBLICA
Federação das Industrias do Ceará	02	PRIVADA
Pague Menos	01	PRIVADA
M. Dias Branco	01	PRIVADA
Fazenda Barreiro	04	PRIVADA
General Motors	01	PRIVADA
Companhia Brasileira de Lítio	01	PRIVADA
Banco Indusval	01	PRIVADA
SESI/PE	04	PRIVADA
SENAI/PE	01	PRIVADA
BRASMOTOR	01	PRIVADA
SADIA	01	PRIVADA
FIEMG	02	PRIVADA
COPENE	01	PRIVADA
Programa - Carioca Engenharia	01	PRIVADA
ROSSET	01	PRIVADA
TOTAL= 49	581	Privada= 42 Pública=07

Fonte: BRASIL. Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária. Avaliação

Final módulo IV julho/dezembro de 1998. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 1999. 311 p.

Observa-se na Tabela 28 que no ano de 1998, no desenvolvimento do módulo IV do programa, o total de empresas parceiras era de 49, sendo que 42 eram empresas privadas e apenas 07 eram públicas. No entanto, há que se observar que dos 581 municípios onde o programa era desenvolvido, 257 tinham 50% do financiamento oriundos de empresa privada e 324 de empresa pública, os outros 50% do financiamento de todos os municípios ficavam por conta do MEC. Considerando os dados levantados, a pesquisa revelou que 80% do financiamento do programa é oriundo de recursos públicos.

No caso do município de Mogeiro, a empresa parceira do PAS é o BNDES, que é responsável por 50% do financiamento do programa, ou seja, os R\$ 17,00 por aluno/mês, divulgados pelo programa. Os outros 50% ficam sob a responsabilidade do MEC. Analisando-se as duas instituições financeiras do PAS em Mogeiro, constatou-se que os recursos são originários de instituições públicas, sendo o BNDES uma empresa pública de instância federal. De acordo com a Tabela 28, no ano de 1998, o BNDES tinha a parceria de 132 municípios do PAS, sendo uma das empresas públicas que mais financiou municípios do PAS.

Assim, pode-se concluir que a parte do financiamento público para a operacionalização do Programa Alfabetização Solidária é bastante significativa, revelando de forma implícita a forte intervenção do Estado.

Nessa perspectiva, é preciso analisar o papel do Estado enquanto gestor das políticas sociais. Conforme Silva Junior (2002, p. 33):

Não é difícil tornar explícito o movimento de mudanças no Estado: a esfera pública restringe-se, mas continua forte [...] forte porque produz políticas sobre as diversas atividades de Estado; pouco interventor, pois impulsiona, segundo a ideologia liberal, um movimento de transferência de responsabilidades de sua alçada para a da sociedade civil, ainda que as fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por ele produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais.

É nesse contexto, citado por Silva Junior, que compreendemos a formação de parcerias preconizadas pelo PAS, sendo atuantes os mecanismos de intervenção do Estado, na qualidade de defensor da manutenção do capital, mesmo que haja a transferência das tradicionais incumbências da alçada do Estado para a sociedade civil ou para as organizações não-governamentais. A aparência de Estado “mínimo” na coordenação das políticas sociais e forte nos mecanismos de intervenção à favor das benesses do capital.

Portanto, conforme ressalta Silva Junior (2001, p. 23):

O modo de produção capitalista [...] necessita constantemente de transformações, imprescindíveis a sua própria manutenção. O Estado, nesse sistema, ocupa lugar central e, ainda que com autonomia relativa sobre as classes sociais, mostrando-se como representante de todas elas e de seus segmentos, orienta, induz ou faz tais transformações no âmbito da produção, da economia, da política, da cultura e da educação.

Conforme já foi mencionado neste estudo, no ano de 1998, foi criada a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), instituição não-governamental, com a finalidade de gerir os recursos do programa. Essa instituição corresponde, na nossa avaliação, ao modelo de Estado proposto no Plano de Reformas.

Importa analisar sobre a Reforma do Estado o disposto no plano de Bresser Pereira⁸⁴ (1998, p. 66-67), que aborda em um dos aspectos da reforma a “[...] transferência de determinadas atividades exclusivas do Estado, dentre as quais os serviços da educação, ciência e saúde, cultura e assistência, às instituições civis sem fins lucrativos”, a essa transferência de atividades, Pereira atribui o estatuto de organizações públicas não estatais ou organizações sociais.

No caso do Programa Alfabetização Solidária, a AAPAS é uma organização social pública não governamental, que recebeu a concessão das tarefas executivas de um serviço público de educação de jovens e adultos, correspondendo na nossa interpretação a uma tentativa do processo de “publicização”, expresso no plano de Pereira. A essa forma de “publicização”, Pereira (1998, p. 66) denomina “[...] o processo de transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta”.

Confirmando o artigo⁸⁵ de Arruda & Cardoso (2003, p. 8), importa acrescentar as considerações sobre as relações do PAS com o Plano de Reforma do Estado:

O modelo de implementação do PAS, caracterizado pela formação de parcerias entre a sociedade e o governo, é um dos aspectos que se relaciona com o Plano de Reforma. Entende-se que o programa faz parte de uma tentativa de ‘publicização’ [...] embora criado em âmbito governamental, o PAS congrega na sua estrutura diversos parceiros [...], nesse aspecto, transfere para o setor público não-estatal serviços que antes eram realizados pelo Estado. [...] o financiamento do PAS por meio dos recursos doados pelas empresas, é outro aspecto que aparece nos objetivos do Plano de Reforma.

No caso do PAS, o que não fica claro nesse processo de “publicização” são os mecanismos pelos quais a sociedade pode submeter tais organizações a um controle público

⁸⁴ Para mais detalhes, ver: PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Lua Nova, n. 45, p. 49-95, 1998.

⁸⁵ Artigo apresentado no VI Encontro de Pesquisas da Região Centro-Oeste – VI EPECO. Ver: ARRUDA & CARDOSO. Uma análise preliminar do Programa Alfabetização Solidária e as relações com o Plano Diretor da

efetivo. Na pesquisa em pauta, esse foi um dos aspectos que careceu de informações, fato que não permitiu o adequado levantamento de dados sobre o financiamento do programa. No entanto, conforme já foi demonstrado, o PAS não é “obra” da sociedade civil, uma vez que ficou evidente na pesquisa realizada o movimento produzido pelo programa no aquecimento da economia e o peso mesmo que “implícito”, da esfera pública no financiamento do programa.

No que se refere à discussão do papel do Estado, o mesmo estudo de Arruda & Cardoso (2003, p. 09) mostra que, no caso do PAS, “[...] embora garantindo a participação de parcerias, [...] o Estado não se desonera; e no que se refere à sua função de intervenção na economia, ele possibilita o aquecimento da economia”.

A nosso ver, os objetivos apontam que o Estado é o porta voz de uma sociedade cuja miséria já passa por um processo de naturalização e banalização, que não garante às pessoas manter condições mínimas de sobrevivência, ou seja, que não tem meios para prover suas necessidades básicas de moradia, alimentação e educação. Assim, na tentativa de manter essas necessidades em níveis toleráveis o Estado propõe e operacionaliza programas solidários que requerem a “atenção de todos”.

Vê-se que uma sociedade, que está orientada pelo lucro, trata a miséria que dela decorre como uma questão de “boa vontade”. O lema do programa é “todos por todos”, contrastando com o lema do capital: “todos por um”.

Dessa forma, o discurso preconizado, os objetivos anunciados, significam manter, administrar a miséria, mantendo-a sob controle. A nosso ver, esse é um dos sentidos do PAS.

Considerando o atual modelo econômico, a função do Estado gira em torno dos interesses do mercado, atuando conforme as necessidades do capital. O mercado é quem regula e determina as ações do Estado.

Sanfelice (1999, p. 153), a respeito do modelo econômico neoliberal, posiciona-se:

[...] baseando-se na tese de mercado livre, o que a burguesia vem fazendo na prática, no contexto neoliberal, é garantir os mecanismos reguladores da economia, sem reduzir a intervenção do Estado segundo seus próprios interesses, mas destruindo sistematicamente mecanismos democráticos de controle destas práticas. Contraditoriamente, o Estado mínimo, sem democracia, é o Estado máximo para o capital.

Nesse mesmo sentido, Braverman (1977, p. 242), afirma que:

O Estado é o penhor das condições, das relações sociais no capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse sistema enseja [...] com o capitalismo monopolista este papel é grandemente ampliado e assume uma forma mais complexa e requintada.

Na perspectiva de Braverman, o Estado assume o papel de protetor do capitalismo, nesse caso, o poder do Estado serve para estimular o desenvolvimento cada vez mais desigual das relações estabelecidas no capital. Tem sido como um “aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais”.

Na ótica de Oliveira (1998, p. 16-17), no que tange à Reforma de Estado: “Reforma não passa de uma perigosa farsa”. O autor argumenta que os recursos continuam sendo públicos, que não há nenhuma “sociedade civil” autogerindo-se, que se trata dos mesmos funcionários, cientistas e auxiliares, que estão na direção de nova entidade da “sociedade civil”:

As iniciativas da sociedade civil são reprimidas e em seu lugar é colocada uma agência governamental: deu-se assim com a Comunidade Solidária, cuja perspectiva inicial, em benefício da dúvida, parecia querer apoiar-se sobre os movimentos sociais para combater as carências sociais, mas cuja ação logo transformou-se das carências às necessidades da política governamental. Retrocede-se, assim, dos direitos para as carências: os problemas da sociedade passam a ser apenas de administração. [...] o governo, transformou organismos do Estado em organizações sociais. É a sociedade civil, no pensamento de Bresser Pereira, administrando-se a si própria.

Para Oliveira (1998), a estrutura preconizada pelo PCS tem a finalidade de suprir as necessidades da política governamental, utilizando como instrumento as políticas sociais com ênfase na pobreza. A nosso ver, reafirmamos a posição de que o PCS e PAS se constituem em programas a serviço do capital, e que o Estado é a forma legal de intervenção, que possibilita a ampliação dos ganhos do capital.

Importa discutir nesta análise a composição do conselho do PCS, que possuía a participação de ministros de pastas “centrais”, (Chefe da Casa Civil da Presidência da República; da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; da Educação e do Desporto; Extraordinário dos Esportes; da Fazenda; da Justiça; do Planejamento e Orçamento; da Previdência e Assistência Social; da Saúde e do Trabalho). Observa-se, dessa composição já na gênese do PAS, o peso da autoridade federal na sua concepção, coordenação e legitimação, fato que torna visível a intervenção do Estado como desencadeador dessa política, atendendo aos mecanismos de controle do gerenciamento do PAS.

Questiona-se também sobre a composição dos membros da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), que reúne o empresariado co-financiador do

programa. O corpo social dessa organização é formado por pessoas direta ou indiretamente vinculados ao PAS, ao Conselho da Comunidade Solidária ou ao Governo Federal, e dessa composição, percebe-se a parceria informal estabelecida entre o Executivo Federal e o empresariado. Não compõe a Associação outros segmentos que participam do programa, como as Instituições de Ensino Superior e os governos municipais onde o PAS é operacionalizado.

O que importa analisar dessa composição do Conselho do PCS e dos membros da AAPAS é a forma centralizadora da sua organização que sinaliza os mecanismos de controle na operacionalização do PAS por grupos restritos de pessoas, cujo Conselho não têm a representatividade de todos os parceiros que atuam no programa.

Nesse contexto, indaga-se sobre a função do Conselho do PCS, que se restringe basicamente em buscar parcerias, promover e opinar sobre ações na área social. Note-se que essa é uma função, de certa forma, também incorporada pela Secretaria-Executiva do Programa que, conforme o Decreto do PCS, tem a atribuição de “articular e coordenar”. Essa instância de articulação e coordenação, na nossa percepção, não é operacional, uma vez que cada ministério na sua constituição tem suas funções específicas. O PCS, na nossa avaliação, não acrescenta nada de novo nas ações dos programas federais, que já existiam antes da sua criação, ficando apenas na instância de “articulação e coordenação”. Pergunta-se: Qual a função do PCS? O que traz de novo na elaboração das políticas sociais?

Nesse contexto, apresentamos as colocações de Oliveira (2003, p. 2)⁸³ que, indagado sobre o futuro do Comunidade Solidária assim se expressa:

Em primeiro lugar a Comunidade Solidária é outra maquiagem de velhos programas. Os programas que o Governo já tinha em todos os ministérios foram arrebanhados e colocados sob a coordenação da Comunidade Solidária, que não tinha programa nenhum. Em segundo lugar, a Comunidade Solidária não passa de um programa de marketing político. É um programa para tentar fazer popular o partido do presidente, pois o mesmo é um governo de cúpula, feito no parlamento e sem bases populares. Portanto, o objetivo do Programa Comunidade Solidária é fincar as bases populares do Governo FHC e atender seus aliados. [...] outro objetivo do Programa Comunidade Solidária é trabalhar em prol da reeleição do presidente FHC.

Conquanto possa ser inegável o caráter midiático do programa, como a forma de sua implementação, sua função vai além. Faz-se necessário reiterar que os dados do presente estudo mostram que o programa atende às necessidades de ampliar o capital.

No próximo item, faz-se análise do PAS como política educacional que atende o mercado.

4.2 O PAS: política educacional que atende o mercado

Para melhor compreensão da implementação do Programa Alfabetização Solidária como uma política educacional que atende o mercado, como sugere o título deste estudo, é importante refletir, conforme já citado na introdução que o PAS foi criado no conjunto das políticas sociais públicas no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para avaliar uma política social pública implementada por um governo, é necessária a compreensão da concepção de Estado e de política social que sustenta as suas ações.

Conforme analisado na seção 4.1 deste estudo, já nos referimos à função que o Estado presta em programas da natureza do PAS, um papel que não está desvinculado do contexto histórico do qual a sociedade brasileira é parte, mas é resultado do movimento produzido pelo modo de produção capitalista.

De acordo com Hofling (2001, p. 30), “[...] na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes”. Segundo essa autora, esses diferentes aspectos devem estar sempre referidos a um contorno de Estado no interior do qual eles se movimentam. Nesse contexto, é importante diferenciar Estado e governo. O Estado é entendido como “o conjunto de instituições permanentes” e governo “como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade, propõe para a sociedade como um todo, assumindo a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período”.

Hofling (2001) define políticas públicas a partir de Gobert, Muller (1987, p. 31), como o “Estado em ação, é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, ações [...]”. Dessa forma, “[...] é impossível pensar o Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo”.

Entendendo o Estado como fomentador das políticas sociais a serviço de relações econômicas sendo reflexo do movimento assumido pelo capitalismo, que entendemos a implementação do Programa Alfabetização Solidária, como uma política social pública de um governo que também assume nas suas ações esse mesmo movimento.

A seguir, discutimos os aspectos do PAS que corroboram essa análise, tais como os objetivos da alfabetização de jovens e adultos, o papel das IES parceiras, as produções acadêmicas, a função do sistema de avaliação do programa implementado pelos idealizadores do PAS.

⁸³ Entrevista concedida por Francisco de Oliveira, sociólogo, professor da USP - A política social e econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso. *Caderno do CEAS*, n. 165.

Note-se que os objetivos do Programa em Alfabetizar preconizam que as ações estão voltadas obviamente para “combater o analfabetismo do maior número possível de pessoas”. Conforme já foi demonstrado no estudo, os relatórios de avaliação do PAS apresentam dados que revelam uma significativa expansão: no número de alunos atendidos, número de municípios participantes, número de alfabetizadores capacitados, número de IES participante e de empresas parceiras.

A partir dos dados e números já sistematizados e constatados firma-se com mais consistência a nossa tese. Ou seja, o que explicaria a força avassaladora da expansão do PAS? O que explicaria a grande mobilização de parcerias e organismos que o PAS congrega? Já constatamos que os números mostrados, se analisados em termos de mobilização nos setores do comércio de bens e serviços, tornam-se atrativos e muito lucrativos, por exemplo: venda de material didático, transporte, passagens aéreas, setor de alimentação, rede hoteleira, bolsas para alfabetizadores, coordenadores e professores das IES.

A essa expansão corresponde um quantitativo que não é pequeno. A esses números correspondem os custos que também não são pequenos. Isso explica uma das formas apresentadas pelo programa que, se pouco pode contribuir para os seus objetivos de alfabetizar, de erradicar a miséria e a pobreza, pode ser um excelente cliente no mercado.

Um outro aspecto a ser analisado é sobre a formação dos alfabetizadores do PAS. Conforme já foi demonstrado (Capítulo I), não existe critério ou exigência na qualificação do professor alfabetizador do PAS. O programa orienta a seleção, preferencialmente de jovens, que estejam cursando até a 8ª série do ensino fundamental. Os alfabetizadores recebiam uma bolsa no valor de R\$ 120,00, sendo para a maioria a única renda.

A composição dos alfabetizadores dentro dos “critérios” do PAS sinaliza para a seguinte reflexão: esses jovens se transformaram em alfabetizadores, “do dia para a noite”, sem a exigência das condições mínimas para o exercício da docência. Para a operacionalização do programa, é uma forma rápida, barata e temporária de utilização de serviços e, mesmo que temporária, mobiliza o mercado de vendas dos seus municípios. Mas, por outro lado, indaga-se: qual o sentido do profissional alfabetizador? Importa sua qualificação? Seus conhecimentos?

Observa-se também que os alfabetizadores do PAS são selecionados pelas IES parceiras, o que nos leva a refletir sobre o papel dessas IES. Sabe-se que os critérios para seleção dos alfabetizadores do PAS são *a priori* estabelecidos pelo programa. No entanto, essa é uma incumbência das IES, quando realizam as visitas de acompanhamento aos municípios parceiros e tem a responsabilidade de selecionar os alfabetizadores. Pergunta-se: estariam essas IES de acordo com os critérios estabelecidos pelo PAS? Os dados informam, no

presente estudo, que as IES atendem aos requisitos solicitados pelo PAS e não apresentam resistência quanto ao seu cumprimento, sendo “fiéis cumpridoras do modelo do programa”.

Note-se, como já foi comentado no Capítulo I, que não há diferenciação na designação utilizada pelo PAS, quanto à categoria das IES, todas estão relacionadas com a mesma denominação: Faculdade, Associação, Instituto, Universidades, ou seja, todas são denominadas por IES. Nos documentos analisados, não encontramos dados que informem sobre a concepção de formação do alfabetizador, ou concepção de alfabetização das IES parceiras. O que ficou evidente nos documentos analisados é que todas as IES, cumprem as orientações do PAS sem apresentar resistência.

Sobre o interesse e adesão das IES ao PAS, é interessante observar o que consta da palestra⁸⁵ proferida na ocasião da V Semana da Alfabetização realizada no ano de 2004, pela Dr^a Ruth Cardoso (PALESTRA PROFERIDA NA V SEMANA A ALFABETIZAÇÃO, AGO/SET., 2004), atualmente sócia fundadora do PAS, que teve como tema de abertura: “O papel das IES na política de alfabetização de jovens e adultos”:

A questão da adesão das IES ao PAS, se deu pela forma da metodologia que não foi imposta. O PAS não teve a pretensão de impor uma metodologia, não houve preocupação com um modelo ideal, onde as IES tiveram sua liberdade de escolha. A questão da metodologia é central, mas onde o contexto é generalizado, diversificado [...] o que se faz é juntar os diferentes interesses dos parceiros para atingir objetivos comuns, com isso podemos garantir independência das IES, esse foi o segredo pela qual conseguimos a adesão e interesse das IES. Outro aspecto foi confiar nas potencialidades locais, ou seja encontrar na própria localidade os alfabetizadores para atuar. Em todo lugar existem pessoas com interesse de participar, isso deu nova força ao programa, estamos criando capacidades nessas localidades além de alfabetizar essas pessoas [...] as IES atuando nos municípios cria canal de comunicação, de acesso, quebra o isolamento social, criando um capital social [...] no começo juntar as IES públicas e privadas numa mesma mesa não foi fácil.

Observa-se, das palavras da Dr^a Ruth Cardoso, que o segredo do modelo do PAS está na autonomia facultada às IES no seu processo de alfabetizar e também de acreditar nas capacidades locais.

Questiona-se sobre a suposta autonomia facultada às Instituições de Ensino Superior na sua opção teórico-metodológica de ensino, uma vez que, conforme já mencionado neste estudo, o material didático já estava definido *a priori*, independente do aporte teórico-metodológico das IES. Inclusive o material definido foi a Coleção “Viver e Aprender”, elaborado por Ação Educativa, encaminhado em todos os módulos do programa para todos os

⁸⁵ Relato da palestra proferida na ocasião da: V Semana de Alfabetização: Responsabilidade e Inclusão Social, realizada do dia 31 de agosto a 04 de setembro de 2004. Importa esclarecer que a palestra foi proferida no ano de 2004, estando fora do nosso período de estudo, no entanto, achamos importante essa observação, uma vez que a palestrante é integrante do PAS desde sua criação.

municípios parceiros. Segundo informações do Boletim de Ação Educativa⁸⁶, a maior tiragem da Coleção “Viver e Aprender” foi feita pelo Programa Alfabetização Solidária que já imprimiu cinco milhões de exemplares do livro 1.

A título de ilustração, realizamos um levantamento das IES parceiras do PAS, cujos dados estão demonstrados na Tabela 29 com as seguintes informações: categoria das IES, quantitativo das IES e número de municípios atendidos. No Anexo 07 deste estudo encontram-se dados mais detalhados desse levantamento.

TABELA 29 - Demonstrativo do quantitativo de IES parceiras do PAS por categoria e número de municípios atendidos - ano 2002.

Categoria das IES	Quantitativo das IES	Número de municípios atendidos
Universidades	85	703
Faculdades	30	153
Institutos	04	09
Fundações	11	66
Centros	13	43
Associações	02	05
Unidade	01	01
Total	146	980

Fonte: BRASIL. Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária. Avaliação Final: Módulo XI Janeiro-julho de 2002. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2000, 48 p.

Note-se que a categoria Universidade tem um número de participação muito mais expressiva que as outras categorias, com um percentual de 60%. Um outro aspecto é o número de municípios parceiros que apresenta quantitativo diferenciado de uma IES para outra, revelando maior número de municípios atendidos nas Universidades do Ceará, Bahia e Maranhão (Ver anexo 07). No que se refere à categoria das Faculdades, Institutos, Fundações, Associações o número de participação é menor.

Conclui-se, desse levantamento e dos outros dados já apresentados, que o papel e a forma de participação das IES com o PAS não revela os critérios que possibilitem identificar como se dá a parceria, qual a concepção de educação e conseqüentemente de alfabetização que está subjacente a essa participação.

Observa-se que as IES não apresentam resistência quanto à execução do modelo de implementação do programa, ou seja, todas as IES comungam dos mesmos critérios, todas respondem à mesma lógica. Indaga-se se a parceria tem uma representação institucional por parte das IES, ou se é representada por grupos de pessoas que assumem essa forma de participação no programa, não se constituindo essa participação das IES num viés

⁸⁶ Boletim da Ação Educativa. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: out. 2003.

institucional. Essas questões não estão claras na interpretação dos documentos analisados, ficando ainda uma interrogação sobre o papel das IES no Programa Alfabetização Solidária.

Verificou-se, também, dos documentos analisados, a inconsistência dos relatórios de avaliação do PAS, indicando a negligência das IES nas respostas dos questionários (muitos sem respostas, outros com informações duvidosas), dados que não apresentaram as informações necessárias que possibilitassem uma avaliação mais consistente dos resultados do PAS.

Constatou-se dos relatórios de avaliação uma repetição de informações em todas as avaliações dos módulos: número de alunos atendidos, número de alfabetizadores capacitados, número de municípios participantes, número de empresas parceiras, número de IES parceiras e dados sobre evasão, causas de evasão e aproveitamento. Reafirma-se, conforme já relatado no (Capítulo III), a inconsistência das informações publicadas pelo PAS, (2000, p. 41) assim expressa: “[...] diversos aspectos que serão levantados nessa apresentação inviabilizaram uma leitura consistente de todos os dados [...] equívocos de preenchimento dos instrumentos de coleta de dados impediram uma compatibilização completa”.

Sobre os dados de aproveitamento dos alunos, observou-se, também, inconsistência nos dados apresentados, conforme já informado (Capítulo III), “[...] o levantamento de dados das instituições parceiras foi feito por meio de questionários, parte dos quais [...] não oferecia consistência necessária à sua utilização”, sobre os conhecimentos de oralidade, “[...] dados [...] devem ser considerados com cuidado, apesar de eles revelarem um quadro positivo, [...] não se pode assegurar que os itens do instrumento de coleta tenham sido compreendidos de maneira uniforme”, sobre os conhecimentos de matemática “[...] lamentavelmente os dados relativos a números e operações fundamentais não puderam ser considerados, em virtude de o próprio instrumento apresentar problemas técnicos”.

Essas questões nos leva a refletir sobre o papel das IES no programa e que outros interesses podem estar subjacentes a essa participação.

Por outro lado, verifica-se que a participação das IES significa *status* para o programa, signatárias que são da função educacional, principalmente as IES na categoria de Universidade. É fato importante ter a anuência dessa parceria, uma vez que representa foco importante de reconhecimento do programa.

Refletimos sobre o sentido da avaliação empreendida pelo programa, uma vez que a coleta de dados publicada nos relatórios apresenta dados considerados inconsistentes pelos próprios avaliadores e as IES, por sua vez, não apresentam compromisso com os dados de avaliação sob sua responsabilidade.

Os Encontros Regionais e Nacionais promovidos pelo PAS, ao que tudo indica pela pesquisa realizada, (já citado no capítulo I), possibilitam a adesão de novos parceiros para o programa. A organização do evento em Seminários reúne um grande número de participantes por blocos temáticos, facilita a divisão dos participantes, dificultando a discussão coletiva do programa. Importa reafirmar que as despesas com passagens aéreas, alimentação e hospedagem dos participantes fica por conta do PAS. E, nesse caso, também mobiliza o mercado de vendas de passagens, hospedagem e alimentação. A saber pelo número de participantes, essa mobilização é bastante significativa. Conforme já descrito no (Capítulo I), “a II semana da alfabetização reuniu cerca de 1.500 participantes por dia no Teatro da Cultura Artística em São Paulo”.

Um outro aspecto que vem corroborar a nossa tese de que o Programa Alfabetização Solidária atende à lógica do mercado, é o que se constatou do relatório de avaliação sobre a pesquisa contratada pelo programa e que enfoca os impactos do PAS nos municípios atendidos. Essa pesquisa, conforme já citado no Capítulo III, aponta que “[...] para 94% dos municípios houve melhoria da infra-estrutura no entorno das escolas municipais ou dos prédios onde foi realizado o PAS”, observando também sobre geração de emprego e renda, que o PAS é considerado “[...] dinamizador das atividades locais”. Os dados da pesquisa nacional encomendada pelo PAS e também os dados verificados na pesquisa realizada em Mogeiro, confirmam a nossa hipótese de que o PAS provoca significativa mobilização no setor de bens e serviços.

A seguir, ressaltamos alguns aspectos do estudo de Arruda & Cardoso⁸⁷, que analisa o Programa Alfabetização Solidária e corroboram a nossa tese de que o Programa Alfabetização Solidária atende a lógica do mercado e em estudos anteriores⁸⁸ que seguem a mesma perspectiva.

O Programa Alfabetização Solidária não permite ascensão de renda nem erradicação da pobreza dos alunos egressos, como prevê seus objetivos. Mas essa não é a principal conclusão de uma investigação de natureza científica. A indagação é: Qual o “sentido” do programa? Os elementos fornecidos pela pesquisa informam que o programa estimula a produção, circulação de mercadorias na medida em que, ao empregar trabalhadores, produz novos consumidores. Verifica-se ainda que o governo e a empresa patrocinadora passam a ser grandes consumidores, por exemplo, de material escolar, comércio de passagens, alimentação.

A avaliação do próprio programa aponta que:

⁸⁷ Arruda & Cardoso. Expansão escolar amplia mercado: O caso do Programa Alfabetização Solidária. Artigo apresentado na III Jornada do HISTEDR. Americana/SP, 2003.

⁸⁸ Arruda & Cardoso (2003); Arruda (2001); Arruda (2002), Arruda & Almeida (2002); Braverman (1977); Alves (2001) e Sanfelice (1999).

[...] mesmo atuando em cidades com economias muito frágeis, o programa foi associado por cerca de metade dos prefeitos como fator de estímulo à geração de emprego e renda, principalmente no setor da educação, mas também no comércio, na agricultura e na área de alimentação. (BRASIL. AVALIANDO 2, 2002, p. 24).

Conclui-se das análises realizadas que esse é um dos “sentidos” do Programa Alfabetização Solidária.

Nessa perspectiva, desenvolveu-se estudo que evidenciou em que medida a expansão escolar garante empregabilidade: a ampliação das matrículas nos vários níveis de ensino gera o aumento do número de trabalhadores incorporados na educação. Os dados dessa pesquisa evidenciaram que um dos ramos de atividades que mais cresce em Mato Grosso do Sul, em número de emprego no setor de serviço é o setor educacional. (ARRUDA, 2001).

Em outro estudo na mesma linha do anterior, verificou-se que a escola atende a clientela escolar produzida por uma sociedade que dispensa trabalhadores do setor produtivo. Essa exclusão, aliada ao discurso ideológico de que o mercado de trabalho exige capacitação intelectual em lugar da necessidade de força muscular, determina que mais e mais trabalhadores (crianças, homens e mulheres) garantam ocupação na instituição escolar. (ARRUDA, 2001).

Outros estudos levantaram dados que sustentam a mesma tese, evidenciando, por exemplo, como a ampliação da Educação Superior acarreta crescimento do mercado consumidor. (ARRUDA, 2002; ARRUDA & ALMEIDA, 2002).

Braverman (1977, p. 244) apresenta como o capitalismo, na fase de monopólios, lança mão da ampliação escolar como forma de atender às suas necessidades:

Com a rápida urbanização da sociedade e o aceleração do ritmo da vida econômica e social, a necessidade de outros serviços governamentais aumentou e o número e variedade destes por isso mesmo multiplicou-se. Dos mais importantes desses serviços é o da educação, que assumiu um papel ampliado na era do capitalismo monopolista.

Vê-se das colocações de Braverman, que o sistema escolar, no atual modelo capitalista, serve de instrumento e alavanca para geração de lucros ao capital. Não sendo diferente nos outros setores do trabalho. No caso da educação, absorve os trabalhadores considerados improdutivos no sistema.

Ainda segundo Braverman (1981, p. 231), o capitalismo na sua fase de monopólio “[...] transformou toda a sociedade num grande mercado”, na sua análise, o autor demonstra que é “[...] somente na era do monopólio que o modo capitalista de produção recebe a

totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-lo ao mercado, também os remodela para servirem às necessidades do capital”.

Para Braverman (1981, p. 234), o capitalismo, na sua fase inicial, ainda conservava o papel da família como fundamental nos processos produtivos da sociedade. Nessa época, não havia ainda penetrado na vida diária da família. Já na era do monopólio, essas funções passam a ser absorvidas pela indústria. E, com “[...] a industrialização da fazenda e das tarefas domésticas, veio a sujeição desses novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista de produção, a principal das quais é que eles pagam o tributo ao capital e servem assim para ampliá-lo”.

Segundo a lógica do capitalismo, esse é o processo do seu modelo atual, que serve para ampliar cada vez mais os seus lucros. E, nessa corrida, segundo Braverman (1981, p. 235) “[...] a estrutura social, erguida sobre o mercado, é tal que as relações entre indivíduos e grupos sociais não ocorrem diretamente, como combates cooperativos humanos, mas através do mercado como relações de compra e venda”.

Com essa perspectiva, não é possível compreender a produção do Programa Alfabetização Solidária com o espírito da “parceria, solidariedade”, dentro do seu lema “todos por todos”, quando a lógica do capital é dentro do caráter individual, das condições impostas pelo mercado e pelo seu lucro.

A compreensão da produção do programa só pode ser entendida dentro dessa ótica, também do capital, da ampliação do mercado consumidor, essa é a sua lógica, cujo movimento da sociedade gira em torno das necessidades não dos “combates cooperativos humanos”, como afirmou Braverman, mas do grande mercado.

Com o mesmo pressuposto, Alves (2001, p. 204) também avalia a escola como prestadora de serviços, na medida em que absorve o enorme exército de reserva expulsos do sistema produtivo:

A escola pública também se desenvolveu no interior dessa tendência de expansão das atividades improdutivas, por força da ação reguladora do Estado. [...] tem servido de reaproveitamento de trabalhadores expulsos das atividades produtivas [...] sua expansão é necessária, do ponto de vista material, pois permite a alocação de trabalhadores expulsos das atividades produtivas.

Para Alves (2001), a escola pública é uma instituição necessária à atual forma do capitalismo, para absorver o grande potencial de recursos humanos expulsos das atividades produtivas. Nesse sentido, entende a escola dentro da sua produção material. Ou seja, dentro das funções que ela exerce na forma da sociedade capitalista, com a finalidade de gerar mais lucros. Daí o sentido da avassaladora expansão que a escola tomou nos últimos anos.

Segundo Alves (2001, p. 197), para cumprir a função material, a escola pública “[...] *locus* de atividade improdutiva⁸⁹, tem sido alvo de sistemático aporte de recursos por parte do Estado”. Para beneficiar o capital, criam-se formas de assegurar o “[...] fluxo constante dos meios necessários à manutenção e à ampliação dos seus serviços”.

Essa concepção descrita por Alves corrobora o entendimento de que só é possível explicar as funções da escola pública dentro do quadro da ampliação do capital. Só no entendimento dos “móveis” que levam o capital a patrociná-la. Para Alves (2001, p. 204), o “Estado é o mantenedor básico de uma atividade improdutiva, a educação escolar, e de que, também por esse motivo, é um comprador monopolista dos produtos das editoras de livros didáticos”.

Corroborando a mesma tese, é importante reafirmar o pressuposto de Sanfelice (1999, p. 1), que a “[...] categoria mercado com certeza é central no modelo econômico neoliberal, porque ela seria como que o eixo em relação a todas as demais categorias e, conseqüentemente, na prática, seria em torno do mercado que se organizaria a sociedade”.

Com essa perspectiva esgotam-se as possibilidades de analisar, dentro de uma outra lógica, as relações que são postas no atual modelo econômico, a não ser pela ótica do mercado.

Conclui-se, dos dados discutidos neste estudo, que o Programa Alfabetização Solidária atende aos mecanismos de implementação das políticas sociais da solidariedade de um governo que operacionaliza e corresponde às formas de ajuste estrutural que o capitalismo assumiu, ou seja, atende às necessidades de aquecimento da economia, do mercado de trabalho, do comércio de bens e serviços e o programa tem as suas ações focalizadas para o grande mercado do capital.

⁸⁹ Cumpre esclarecer que para Alves (2001, p. 204): “A atividade escolar enquanto atividade improdutiva, não pode ser reduzida, mecanicamente, a atividade parasitária. Uma atividade improdutiva não gera mais-valia, mas pode ser socialmente útil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar as considerações finais de um relatório desta natureza, deparamos com a necessidade de provocar a discussão, abrindo um pequeno, mas importante espaço para estudo, havendo com certeza um vasto campo a ser preenchido em direção à observação que programas da natureza do PAS estão provocando sobretudo na mercantilização da educação.

Apresentamos a seguir alguns dos principais achados do presente estudo:

1) Uma das questões que a pesquisa possibilitou verificar é que o Programa Alfabetização Solidária provoca uma significativa mobilização no setor do comércio de bens e serviços. O seu modelo multiplicador possibilita o aquecimento da economia, sendo que, na expansão de cada módulo do programa, aumenta ainda mais a venda de material didático, passagens aéreas, transporte, alimentação, empregos temporários, entre outros serviços que são motivados com a operacionalização do programa. Os dados mostram o caráter de mercantilização provocado com o desenvolvimento do programa.

2) Conforme já foi analisado, o Programa Alfabetização Solidária não permite ascensão de renda nem erradicação da pobreza dos alunos egressos como prevê seus objetivos: “alfabetização do maior número possível de jovens e adultos do país, a melhoria das condições de vida da população beneficiada e o exercício da cidadania”. Como mostrou a própria avaliação implementada pelo PAS, os critérios utilizados para avaliar os alfabetizados são inconsistentes, as IES, na maioria das vezes, não assumem o compromisso com a avaliação, os alfabetizados repetem diversas vezes os módulos cursados o que revela a falta de veracidade nos dados de expansão do programa. As condições de vida da população beneficiada com o programa não foi alterada, ou seja, não houve melhoria, nem antes, nem após cursar o programa. Pode-se concluir que os objetivos pretendidos pouco puderam contribuir com o processo de alfabetização e muito menos atendeu as expectativas de melhorar a vida dos egressos.

3) Os dados fornecidos pela pesquisa informam que o programa estimula a produção, circulação de mercadorias na medida em que, ao empregar trabalhadores, produz novos consumidores, ou seja, o caráter multiplicador do programa possibilita oferecer, mesmo que temporariamente, emprego para um número cada vez maior de pessoas. Constatou-se também que o governo e a empresa patrocinadora passam a ser grandes consumidores de material escolar, de passagens, de alimentação e com isso, a expansão do programa favorece o aquecimento da economia com o mercado consumidor ampliado.

4) A avaliação do próprio programa apontou que: "mesmo atuando em cidades com economias muito frágeis, o programa foi associado pela grande maioria dos prefeitos como fator de estímulo à geração de emprego e renda, principalmente no setor da educação, mas também no comércio e na área de alimentação". Os dados apresentados no presente relatório confirmam a avaliação do programa no sentido expresso acima, isto é, o de que o PAS não é um instrumento de alfabetização senão de mercantilização.

5) Verificou-se que o programa não cumpre com seus objetivos de erradicar a pobreza e a miséria. É um programa focalizado e suas ações estão concentradas nas regiões mais pobres e carentes com o "objetivo de atender as necessidades básicas (educação, saúde, alimentação) da população mais pobre", sendo que o Programa Comunidade Solidária é uma das estratégias implementadas pelo Estado para manter a situação de miséria em "níveis toleráveis". Ou seja, programas da natureza do PCS são implementados e com isso mantém-se a situação da miséria sob controle, ao mesmo tempo em que provoca o aquecimento da economia, mobilizando diversos serviços na sua operacionalização. Parece-nos que o PAS atende muito mais a grande indústria de material, passagem, do que ao miserável local.

6) As estratégias da solidariedade, sobretudo as parcerias com a sociedade civil desde a denominação do programa, "solidário", são mecanismos utilizados para possibilitar os sentimentos de afetividade, internalização do programa que transfere a responsabilidade que antes era do Estado para setores da sociedade civil, por meio das parcerias. Dessa forma, o programa passa a depender de "doações e solidariedade de pessoas de boa vontade", provoca um sentimento de "gratidão, sujeição" dos participantes, que ficam "eternamente" agradecidos com as benesses possibilitadas pelo programa. Ou seja, a situação de miséria deve ser compartilhada, solidária, o discurso é de que todos trabalhando "juntos com benevolência e fraternidade" irão resolver o problema da fome, da miséria e da pobreza.

7) Constatou-se que o PAS elege as IES como parceiras e dessa parceria resulta o "status", o reconhecimento do programa. Por outro lado, as IES não questionam e nem oferecem resistência ao modelo do programa, acatam as decisões e não assumem compromisso com os relatórios de avaliação do PAS. Poder-se-ia levantar a hipótese de que a parceria não se estabelece pelo viés institucional das Universidades e parece ser assumido por profissionais de forma isolada. Há que se considerar também os interesses subjacentes à essa parceria pelos quais sinalizam para a possibilidade de facilitar as relações das IES com as autoridades educacionais.

8) Apesar de o discurso anunciado pelo PAS de que as IES têm a liberdade de optar pelo aporte teórico-metodológico no processo de alfabetização, o material didático utilizado é definido a priori e resta às IES a utilização desse material, sendo responsável pela sua boa ou

má aplicação. Os livros didáticos são distribuídos pelo programa independentemente da opção das IES, o modelo do PAS é seguido pelas IES sem resistência e questionamento, inclusive o material didático.

9) Verificou-se que os alfabetizadores que atuavam no PAS eram jovens com pouca escolaridade (desde a 8ª série do ensino fundamental) e sem formação para o magistério. A incumbência de transformar esses jovens em professores alfabetizadores ficava por conta das IES, que deveriam providenciar um Curso de Capacitação com a duração de quinze a vinte dias e com essa capacitação os alfabetizadores deveriam dar conta de alfabetizar os participantes no período de cinco meses. O que se constatou é que o mercado consumidor tirava os seus lucros com o movimento provocado com o curso de capacitação, tais como: a locomoção dos alfabetizadores do seu município de origem ao campus das IES (feitos por via aérea), exigia a alimentação, a hospedagem e os materiais didáticos.

10) A pesquisa informou que uma sociedade orientada pelo modo de produção capitalista produz relações que são necessárias à sua manutenção, no caso do PAS, o Estado assume um papel de “muito governo” para as ações em favor do modelo econômico, com a implementação de programas como o Alfabetização Solidária que favorece o aquecimento da economia, assume o papel de implementador de políticas de solidariedade, com o discurso da carência, da pobreza e da miséria e, em nome delas, sensibiliza a sociedade para os acordos da solidariedade.

11) Constatou-se ainda que a implementação do Programa Alfabetização Solidária expressa no seu modelo as orientações previstas no Plano de Reforma do Estado, correspondendo a uma tentativa do processo de “publicização”, expresso no plano Bresser Pereira. Como já foi mencionado neste estudo, a essa forma de “publicização”, Pereira denomina “o processo de transferência para o setor público não estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta”.

12) Apesar do discurso preconizado das parcerias, da ampla participação da sociedade civil, em relação ao financiamento do programa, os dados mostraram que a maior parte dos recursos são oriundos das empresas públicas, o que mostra o peso da instância governamental no desenvolvimento do programa.

13) Finalmente, a análise do Programa Alfabetização Solidária, objeto de estudo da presente pesquisa, gerou dados que reforçam a tese que apresenta a produção do programa como necessária ao sistema capitalista de produção para absorver trabalhadores expulsos do sistema produtivo, contratando seus serviços, mesmo que de forma temporária, bem como para criar um amplo mercado de bens e serviços necessários à ampliação do capital. O PAS atende o pobre, permite de certa forma controlar a miséria, é um programa focalizado e

solidário, isto é, de forma solidária, a sociedade civil é envolvida, oferecendo seus préstimos e, por meio das parcerias e doações, cria-se a ilusão da superação da pobreza e da miséria. Esse é o sentido do programa.

O presente trabalho produziu dados que permitem discutir a importância do programa na sociedade produtora de mercadorias. Novas questões de pesquisa podem ser investigadas com mais detalhamento, como, por exemplo, alguns dados com relação ao financiamento do PAS não foram suficientemente esclarecidos devido à ausência de informações.

Uma outra nova questão, que consideramos importante pesquisar, é o rumo que o PAS tomou a partir do ano de 2003 e que outras estratégias foram implementadas no desenvolvimento do programa com o novo quadro de governantes no cenário da política brasileira. Essas questões mereceriam novas investigações.

Por fim, cumpre ressaltar que o objetivo pretendido neste estudo buscou compreender a produção de programas educacionais, no caso específico do Programa Alfabetização Solidária, como resposta às necessidades de uma sociedade produtora de mercadorias: esse é o enfoque dado nesta análise.

REFERÊNCIAS

Documentos Oficiais

BRASIL. Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária. Resultados do projeto piloto janeiro-julho/1997: avaliação final. Brasília: Presidência da República, Conselho da Comunidade Solidária, 1997. 56 p.

_____. **Relatório final:** módulo/II julho-dezembro de 1997. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 1998. 60 p.

_____. **Avaliação final:** módulo/III janeiro-julho de 1998. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária, 1998. 75 p.

_____. **Avaliação final:** módulo/IV julho-dezembro de 1998. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 1999. 311 p.

_____. **Avaliação final:** módulo/VI julho-dezembro de 1999. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2000. 416 p.

_____. **Avaliação final:** módulo/VIII julho-dezembro de 2000. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2001. 378 p.

_____. **Avaliação final:** módulo/X julho-dezembro de 2001. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2003. 676 p.

_____. **Avaliação final:** módulo XI janeiro-julho de 2002. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2003. 678 p.

_____. Perfil do aluno, impacto em 23 municípios do projeto-piloto, avaliação do módulo VII. **Avaliando 1.** Lygia Klein...[et al.]. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2000. 48 p.

_____. Aumento de matrículas na educação de jovens e adultos – censo escolar 2000/2001, resultados comprovados pelo IBGE, impacto nos municípios e nas instituições parceiras, avaliação do módulo VIII. **Avaliando 2.** Cássia Janeiro ... [et al.]. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2002. 48 p.

BRASIL. Programa Alfabetização Solidária: Avaliação de impacto da atuação. **Avaliando 2.** Regina Faria...[et al.]. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2003. 64 p.

BRASIL. Programa Alfabetização Solidária: Avaliação de impacto da atuação. **Avaliação dos grandes centros urbanos**: módulo VIII, julho a dezembro de 2000/Cassia Janeiro. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2001. 32 p.

_____. **Projeto grandes centros urbanos**: manual orientador. Brasília: Programa Alfabetização Solidária. sd.. 46 p.

_____. **Trajetória 6 anos**. Programa Alfabetização Solidária, Brasília: 2002. 50 p.

_____. **Pesquisa**: avaliação de impacto do Programa Alfabetização Solidária. (relatório parcial referente à primeira etapa da avaliação). Brasília: 2001. 95 p.

_____. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã. **Relatório de coleta de dados município de Mogeiro/PB**. Brasília: 1998.

_____. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã. **Relatório de coleta de dados município de Mogeiro/PB**. Brasília: 1999.

_____. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã. **Relatório coleta de dados município de mogeiro/PB**. Brasília: 2000.

_____. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã. **Relatório coleta de dados município de Mogeiro/PB**. Brasília: 2001.

_____. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã. **Relatório coleta de dados município de Mogeiro/PB**. Brasília: 2002.

_____. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã. **Prestação de Contas módulo XI/2002, município de Mogeiro/PB**. Brasília: 2002.

_____. Secretaria-Executiva do Comunidade Solidária. **Decreto** nº 1.366 de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências.

_____. Presidência. Casa Civil. **A proposta da comunidade solidária**. Brasília: Programa Comunidade Solidária. Secretaria-Executiva, 1997.46 p.

_____. **Três anos de trabalho**. Brasília: Programa Comunidade Solidária. Secretaria-Executiva, 1997. 18 p.

BRASIL. Viver, aprender: **educação de jovens e adultos (Livro 1)**. Claudia Lemos Vóvio (coordenação). São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Plano Diretor de Reforma do Estado. Brasília: MARE, 1995.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos (Jomthien, Tailândia: março 1990). 1991. Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Brasília: UNICEF, 36 p.

EDUCAÇÃO PARA TODOS: O compromisso de Dakar. Brasília: UNESCO; CONSED, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGEIRO. **Diagnóstico Participativo Local: Fórum de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS).** Elaborado por Programa Comunidade Ativa. Município de Mogéiro, 2002.

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. BOLETIM INFORMATIVO, n. 12, maio/junho de 2000, 15 p.

Livros e artigos

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea.** Campo Grande, MS: Editora da UFMS; Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

ARELARO, L. G.; KRUPPA, S. P. A educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.) **Organização do ensino no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2002. - (Coleção legislação e política educacional; v. 2).

ARRUDA, E. E. de. (coord). Sobre (o) viver da criança e do adolescente em Campo Grande - MS. **Relatório de pesquisa.** UFMS. Campo Grande, MS, 1996. 111 p.

ARRUDA, E. E. ALMEIDA, C. Expansão escolar garante ocupação. In: I jornada científica do centro-oeste de economia e administração, 2001, UFMS/Campo Grande-MS. **Anais...** Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

_____. Expansão escolar garante empregabilidade. In: V seminário nacional de estudos e pesquisas "história, sociedade e educação no Brasil", 2001, UNICAMP/Campinas-SP. **Anais...** CAMPINAS: Unicamp, 2001.

ARRUDA, E. E. ALMEIDA, C. Expansão escolar amplia mercado consumidor. In: II jornada do HISTEDBR "história, sociedade e educação no Brasil". A produção em história da educação na região Sul, Maringá/Curitiba 2002. **Anais...** Campinas, SP: Gráfica FE, HISTEDBR, 2002.

ARRUDA, E. E. ALMEIDA, C. Estudantes universitários: um segmento de mercado em expansão. In: II jornada científica do centro-oeste de economia e administração, 2002, UFMS/Campo Grande, MS. **Anais...**Campo Grande, MS: UFMS, 2002.

ARRUDA, E. E.; CARDOSO, E. Expansão escolar amplia mercado: o caso do Programa Alfabetização Solidária. In: III jornada do HISTEDBR "história, sociedade e educação no Brasil". O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. Americana, SP, 2003. **Anais...**Campinas, SP: Gráfica FR, HISTEDBR, 2003.

_____. Uma análise preliminar do Programa Alfabetização Solidária e as relações com o plano diretor da reforma do aparelho do estado. In: VI EPECO - Encontro de pesquisa em educação da região centro-oeste. **Anais...** Campo Grande, MS: UCDB/UFMS, 2003.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista - a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1987.

CARDOSO, R. C. L. Uma ação social inovadora. Artigo, publicado na Folha de São Paulo, no dia 26/set/1999.

_____. A valorização do voluntariado. **Artigo**. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org>>. Acesso em: dez. 2002.

_____. Fomentando parcerias por um Brasil melhor. **Artigo**. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org>>. Acesso em: dez. 2002.

COCHRAN, W. G. **Técnicas de amostragem**. Editora Fundo de Cultura. Brasil/Portugal, 1965.

CREMONESE, D. Reforma do Estado: implicações sociais e econômicas das políticas neoliberais no Brasil.. **Artigo**. UNIJUÍ - RS.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento Nacional de Educação. Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 5 ed. Francisco da Silveira Bueno. 153 p.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HADDAD, S. *et. Ali*. O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos: A produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998. **Ação Educativa**. São Paulo, 2000. 123 p.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES** nº 55, p. 31-41. Campinas (SP), novembro de 2001.

Isto É Brasil 500 anos: atlas histórico (editores Domingo Alzuragay, Cátia Alzuragay). 2 ed. São Paulo: Nova Geração, 2000.

LOMBARDI, José Claudinei. **Pesquisa em educação.** História, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 1999.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** 10. ed. São Paulo: ed. HUCITC, 1996.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983.

MANCE, E. A. **Globalização, subjetividade e totalitarismo** - elementos para um estudo de caso: O governo de Fernando Henrique Cardoso. 1998. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/gst/04.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2004.

NEVES, L. M. V. (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea).

NOGUEIRA, F. M.; FIGUEIREDO, I.M.Z.; DEITOS, R. A. A implementação de políticas para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná nos anos 90: O PQE/PROEM e as orientações do BIRD/BID. **Artigo.**

OLIVEIRA, F. de. A derrota da vitória: A contradição do absolutismo de FHC. Novos estudos. **CEBRAP:** n. 50, p. 13-21, mar. 1998.

_____. A política social e econômica do governo FHC. Entrevista. **Cadernos do CEAS,** n. 165, set./out. 2003.

PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova,** n. 45, p. 49-95, 1998.

PINHEIRO, V. C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. Artigo. Biblioteca virtual de políticas públicas. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/cnpq/políticaspúblicas>>. Acesso em: mar. 2002.

SANFELICE, J. L. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência. In: **Pesquisa em Educação:** História, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. p. 151-159.

SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, D. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA JUNIOR, J. dos R. **Reforma do Estado e da Educação - No Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. 2001b. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br>>. Acesso em: mar. 2002.

_____. Reforma do Estado ou modernização conservadora? O retrocesso das políticas sociais públicas dos países do Mercosul. 2001 a . Disponível em: <<http://www.artnet.com.br>>. Acesso em março de 2002.

Dissertações e Teses

CAIXETA, J. E. A mulher em envelhecimento no seu cotidiano: diálogos, textos e imagens sobre a identidade feminina. **180 f. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2001.**

COSTAS, R. P. Teoria e prática no processo de formação de alfabetizadores de adultos: **Um estudo analítico da PUC-Rio no Nordeste. 198 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.**

DI PIERRO, M. C. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999.** 314 f. 2000. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MACHADO, M. M. **A política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em Goiás na década de 1990.** 231 f. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.

SARAIVA, I. S. **Alfabetização de jovens e adultos e o exercício da cidadania: a formação do educador/alfabetizador.** 143 f. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul, 2000.

SCHWARTZ, S. Reaprendendo a aprender: **O desafio da alfabetização de adultos. 2001. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2001.**

SILVA , A. P. Capacitação do professor leigo: **Uma experiência em Marãã. 2000. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis. 2000.**

VIEIRA, M. A. L. Poder público e educação de jovens e adultos: **Alfabetização Solidária, primeiros passos de um programa antigo. 2001. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba. 2001.**

Revistas:

REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. 1,5 milhão de brasileiros atendidos. Brasília, n. 14, jan./fev. 2001.

_____. **Modelo de alfabetização. Brasília, n. 16 maio/jun. 2001. (Confidencial, p. 142, 25/04/04).**

_____. **Alfabetização em tribos indígenas. Brasília, n. 17, jul./ago. 2001.**

_____. **Escrevendo juntos: II semana da alfabetização. Brasília, n. 18, set./out. 2001.**

REVISTA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. Escrevendo Juntos: III semana da alfabetização. Brasília, n. 22, jul./ago. 2002.

REVISTA CIENTÍFICA BIMESTRAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. Princípios orientadores para elaboração de Proposta Político-Pedagógica. Brasília: Conselho Consultivo das Universidades Parceiras do Programa Alfabetização Solidária, 1999. 36 p.

Informações em meio eletrônico:

AÇÃO EDUCATIVA. Assessoria, pesquisa e informação. Instituição que vem se dedicando a produzir subsídios pedagógicos para programas de educação popular e escolarização de jovens e adultos. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org>>. Acesso em: out. 2003.

PAS. Programa Alfabetização Solidária. Criado pelo Conselho da Comunidade Solidária. 1997/2002. Apresenta os objetivos, atuação, municípios parceiros, projeto grandes centros urbanos, estrutura organizacional do programa. Disponível em: <<http://www.alfabetizacao.org.br>>. Acesso em: fev. 2003.

PROGRAMA DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Criado em 1995. Trata das ações governamentais voltadas para a parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial o combate à fome e à pobreza. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.gov>>. Acesso em: fev. 2003.

**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: dez. 2003.**

ANEXOS

ANEXO 1

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – EGRESSOS DO PAS DADOS PESSOAIS E SITUAÇÃO FAMILIAR

ANEXO 1

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – EGRESSOS DO PAS

DADOS PESSOAIS E SITUAÇÃO FAMILIAR

1. Dados Pessoais

- 1.1. Idade _____
 1.2. Sexo: F () M ()
 1.3. Número de filhos: _____
 1.4. Estado Civil: solteiro () casado () amigado () outro ()
 1.5. Cor: negro () pardo () branco () índio ()
 1.6. Naturalidade: _____
 1.7. Religião: _____
 1.8. Fez um outro curso de alfabetização sem ser o PAS?
 () sim () não
 1.9. Qual? _____

2. Trabalho:

- 2.1. Estava trabalhando antes de cursar o PAS?
 () sim () não
 2.2. Em que tipo de ocupação?
 () agricultura () trabalho doméstico
 () funcionário público () aposentado
 () pedreiro () sem ocupação
 () vaqueiro () comércio
 () autônomo () outros
 2.3. E depois de cursar o PAS, continuou trabalhando?
 () sim () não.
 2.4. Em que tipo de ocupação?
 () agricultura () trabalho doméstico
 () funcionário público () aposentado
 () pedreiro () sem ocupação
 () vaqueiro () comércio
 () autônomo () outros
 2.5. Antes de cursar o PAS, você era:
 () proprietário () trabalho familiar
 () empregado () parcerias
 () arrendatário () outros
 2.6. E depois de cursar o PAS, mudou sua relação de trabalho?
 () sim () não
 2.7. Se mudou após cursar o PAS, qual o tipo de relação no trabalho?
 () proprietário () trabalho familiar
 () empregado () parceria
 () arrendatário () outros
 2.8. Quantas horas de trabalho você faz diariamente?

 2.9. O trabalho é remunerado?
 () sim () não
 2.10. O valor da remuneração antes de cursar o PAS era:

 2.11. E depois de cursar o PAS, o valor da remuneração mudou?
 () sim () não
 2.12. Se mudou, qual o valor?

 2.13. Possuía vínculo empregatício antes de cursar o PAS?
 () sim () não
 2.14. E depois de cursar o PAS?
 () sim () não
 2.15. Após cursar o PAS, houve mudanças na sua vida:
 () sim () não

2.16. Tipo de mudanças após cursar o PAS:

- melhorou o salário aprendeu a ler outros
 fez mais amigos mudou de trabalho
 assina o nome é mais valorizado(a)

3. Dados familiares

3.1. Recebe benefício social?

- Bolsa Escola Vale-Gás PETI
 Bolsa-Alimentação Bolsa-Renda Outros

3.2 Renda Familiar:

- abaixo salário mínimo 0 – 1 0 – 2 doações

4. Sobre o cônjuge: (marido, mulher ou companheiro(a))

4.1. Idade: _____

4.2. Escolaridade:

- analfabeto
 curso alfabetização
 fundamental
 médio
 superior

4.3. Cor: negro pardo branco índio

4.4. religião _____

4.5. naturalidade _____

4.6. Trabalha: sim não

4.7. Tipo de ocupação:

- agricultura trabalho Doméstico
 funcionário público comércio
 pedreiro sem ocupação
 vaqueiro outros

5. Sobre os filhos:

5.1. Idade: _____

5.2. Escolaridade:

- analfabeto
 curso alfabetização médio
 fundamental superior

5.3. Cor: negro pardo branco índio

5.4. Religião: _____

5.5. Naturalidade _____

5.6. Trabalha: sim não

5.7. Tipo de ocupação:

- agricultura trabalho doméstico
 funcionário público comércio
 pedreiro sem ocupação
 vaqueiro outros

6. Sobre os filhos:

6.1. Idade: _____

6.2. Escolaridade:

- analfabeto
 curso alfabetização médio
 fundamental superior

6.3. Cor: negro pardo branco índio

6.4. Religião: _____

6.5. Naturalidade _____

6.6. Trabalha: sim não

6.7. Tipo de ocupação:

- agricultura trabalho doméstico
 funcionário público comércio
 pedreiro sem ocupação
 vaqueiro outros

7. Sobre os filhos:

7.1. Idade: _____

7.2. Escolaridade:

 analfabeto curso alfabetização médio fundamental superior7.3. Cor: negro pardo branco índio

7.4. Religião: _____

7.5. Naturalidade _____

7.6. Trabalha: sim não

7.7. Tipo de ocupação:

 agricultura trabalho doméstico funcionário público comércio pedreiro sem ocupação vaqueiro outros**8. Sobre os filhos e/ou agregado:**

8.1. Idade: _____

8.2. Escolaridade:

 analfabeto curso alfabetização médio fundamental superior8.3. Cor: negro pardo branco índio

8.4. Religião: _____

8.5. Naturalidade _____

8.6. Trabalha: sim não

8.7. Tipo de ocupação:

 agricultura trabalho doméstico funcionário público comércio pedreiro sem ocupação vaqueiro outros

ANEXO 2

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: CUSTOS DO PAS,
ENTREVISTA APLICADA COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO DE MOGEIRO/PB – 2002

ANEXO 2

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: CUSTOS DO PAS, ENTREVISTA APLICADA COM A
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOGEIRO/PB – 2002

I – MERENDA ESCOLAR - ALFABETIZANDOS DO PAS

- 1) Qual o valor do recurso da merenda repassada mensalmente pelo Programa Alfabetização Solidária?
- 2) Que tipo de alimentos são adquiridos, em que local?
- 3) Qual o custo com os serviços de merenda escolar? (pagamento de merendeira, faxineira).
- 4) Durante o PAS, foi adquirido utensílios para servir a merenda escolar? Quais? Quais os custos?
- 5) Qual o custo com o transporte da merenda escolar?
- 6) Qual o custo do motorista que transporta a merenda escolar?
- 7) Em ocasiões que não houve repasse do PAS para comprar a merenda, a Prefeitura arcou com essa despesa? Qual foi o custo?

II – TRANSPORTE

- 1) Qual o custo da Prefeitura com transporte de alfabetizadores, para as localidades onde funcionam as classes de alfabetização na zona rural?
 - a) Combustível =
 - b) Pagamento motorista =
 - c) Oficina mecânica (desgaste do carro)=
- 2) Qual o custo da Prefeitura para transporte dos alfabetizadores em cada módulo, do município ao aeroporto, para a viagem à Faculdade Parceira, por ocasião do Curso de Capacitação?
 - a)combustível=
 - b) motorista=
 - c)oficina=
- 3) Qual o custo da Prefeitura com transporte do Coordenador Municipal e Alfabetizador Monitor, para realização das visitas de acompanhamento às classes de alfabetização?
 - a) combustível=
 - b) pagamento motorista=
 - c) oficina mecânica (desgaste do carro)=
- 4) Qual o custo da Prefeitura com transporte de professores da Faculdade parceira, quando realizam as visitas mensais de acompanhamento ao município?
 - a) transporte do aeroporto para o município=
 - b) visitas nas classes de alfabetização na zona rural=
 - c) pagamento do motorista=
 - d) gastos com oficina mecânica (desgaste do automóvel)=

III – HOSPEDAGEM PARA PROFESSORES DA FACULDADE PARCEIRA

- 1) Qual o gasto da prefeitura com hospedagem e alimentação dos professores da Faculdade Parceira , (custo mensal)

IV – MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DOS ALFABETIZADORES

- 1) Qual o gasto da Prefeitura com material didático dos professores alfabetizadores (reuniões pedagógicas semanais, plano de aula, etc..)?

- 2) Existe algum gasto extra da Prefeitura, com material para os alfabetizados do Programa? Se existe, qual o valor?

V – CUSTOS COM A OPERACIONALIZAÇÃO DO MÓDULO

- 1) Qual o custo da Prefeitura com carteiras?
- a) Novas=
 - a) Reformas=
- 2) Qual o custo com equipamento das classes de alfabetização?
- a) Giz, apagador=
 - b) energia=
 - c) água=
 - d) aluguel=
 - e) limpeza=
 - f) outros=
- 3) Qual o custo com telefone, FAX, fotocópia, etc...
- 4) Relacionar outros gastos, se houver.

VI – OUTRAS QUESTÕES

- 1) As razões que levaram a Prefeitura a aceitar a parceria com o programa Alfabetização Solidária?
- 2) Este Programa gera emprego? Quantos? Quais?
- 3) Você diria que o Programa é importante por essa razão?

ANEXO 3

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA COM ALFABETIZADORES
DO MÓDULO XII/2002 - PAS,

MUNICÍPIO DE MOGEIRO/PB

ANEXO 3

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA COM ALFABETIZADORES DO MÓDULO XII/2002 - PAS, MUNICÍPIO DE MOGEIRO/PB

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALFABETIZADOR

A - LOCALIDADE

Zona rural=

Zona urbana=

B - SEXO

masculino=

feminino=

C - CIDADE=

D - ESCOLARIDADE=

E - ESTADO CIVIL=

F - Nº DE FILHOS=

2 - O ALFABETIZADOR POSSUÍA ALGUM TRABALHO ANTES DO PAS?

3 - ATUALMENTE, ALÉM DO PAS, TEM OUTRO TRABALHO? QUAL?

4 - PENSE E FALE DA SUA VIDA ANTES E DEPOIS DO PAS?

5 - VOCÊ PAGA TRANSPORTE PARA LOCOMOÇÃO ATÉ AS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO?

6 - COMO VOCÊ UTILIZA A BOLSA DO PAS? QUE PRODUTOS COMPRA?

ANEXO 4

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: CARACTERIZAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MOGEIRO/PB - 2002

ANEXO 4

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: CARACTERIZAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MOGEIRO/PB – 2002

- 1) NOME: Município de Mogeiro
- 2) LOCALIZAÇÃO: Estado da Paraíba
- 3) População:
- 4) Capacidade de gasto social:
() baixa () alta () média
- 5) Índice de analfabetismo – antes do Programa Alfabetização Solidária:
- 6) Índice de analfabetismo – após Programa Alfabetização Solidária.
- 7) Situação educacional da população:
Oferta de ensino fundamental=
Nº de professores da rede municipal:
Nº de professores da rede estadual:
Nº de professores que já atuaram no Programa Alfabetização Solidária:
Nº de professores da rede particular:
- 8) Existência de outro Programa de Alfabetização de Adultos no Município? Qual? (nº de alfabetizadores, nº de alfabetizados, outras informações relevantes, se houver).
- 9) Principais atividades econômicas do Município?
- 10) Principais fontes de geração de renda?
- 11) Renda per capita:

LEVANTAMENTO DE DADOS GERAIS:

- 1) Número total de alunos atendidos em cada módulo do PAS.
- 2) Número total de classes de alfabetização operacionalizada em cada módulo do PAS.
- 3) Número total de alfabetizadores que atuaram em cada módulo do PAS.
- 4) Número total de classes de EJA implantadas pela Secretaria Municipal de Educação.
- 5) Verificação através das notas de materiais didáticos, a especificação dos gastos , quantidade e tipo de material didático.
- 6) Verificação através das notas de correio, a despesa com frete de material didático.
- 7) Verificação com a Coordenadora Municipal, qual o valor repassado pelo Programa, para lanche dos alfabetizadores, no trajeto da viagem ao Curso de Capacitação na Faculdade Parceira.

ANEXO 5

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS DOS
MERCADOS DA CIDADE

ANEXO 5

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS DOS
MERCADOS DA CIDADE**

Foram pesquisados os 03 mercados existentes na cidade:

I) MERCADINHO PAGUE MENOS

- 1) Como eram as vendas antes e depois do PAS?
- 2) Quem compra?
- 3) O quê compra?
- 4) Qual o aumento das vendas?

II) ARMARINHO PERPÉTUO SOCORRO

- 1) Como eram as vendas antes e depois do PAS?
- 2) Quem compra?
- 3) O quê compra?
- 4) Qual o aumento das vendas?

III) MERCADINHO DO CAPELLA

- 1) Como eram as vendas antes e depois do PAS?
- 2) Quem compra?
- 3) O quê compra?
- 4) Qual o aumento nas vendas?

ANEXO 6

DEMONSTRATIVO DOS ESTADOS, MUNICÍPIOS PARCEIROS DO PAS, SIGLA DO
PARTIDO DO PREFEITO ELEITO NO PERÍODO DE 200/2004 E TOTAL GERAL DOS
PARTIDOS POLÍTICOS

ANEXO 6

**DEMONSTRATIVO DOS ESTADOS, MUNICÍPIOS PARCEIROS DO PAS, SIGLA DO
PARTIDO DO PREFEITO ELEITO NO PERÍODO DE 200/2004 E
TOTAL GERAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

ESTADO	Nº DE MUNICÍPIOS PARCEIROS	PARTIDO POLÍTICO DO PREFEITO	TOTAL GERAL DOS PARTIDOS POLITICOS DOS PREFEITOS
ACRE	03	PSDB(01), PT (01), PPB(01)	PSDB=213 PT=08 PPB=57
ALAGOAS	57	PDT(05), PSB(09), PTB(3), PMDB(10), PPB(02), PSDB(15), PFL(05), PT do B(02), PSC(01), PSL(02), PL(03).	PDT=20 PSB=51 PTB=67 PMDB=199 PFL=202 PT do B=02 PSC=09 PSL=06 PL=54
AMAZONAS	08	PPB(01), PTB(02), PL(02), PMDB(02) PFL(01).	PSD=35 PRB=05 PPS=27 PV=02 PP=23
BAHIA	165	PTB(23) PFL(53) PPB(15), PMDB(15), PDT(01), PL(31), PSDB(11), PSB(02), PSD(02), PSC(08), PRB(01), PT(02), PSL(01)	PSDC=3 PST=05 PRP=03 PHS=01 TOTAL GERAL= 22 PARTIDOS TOTAL GERAL=992 MUNICÍPIOS
CEARÁ	106	PSDB(52), PSD(22), PPS(09), PFL(06), PV(02), PSB(02), PL(01), PPB(04), PTB(02), PT(01), PMDB(05).	
GOIÁS	132	PMDB(19), PSDB(63), PSB(02), PFL(07), PL(09), PP(20), PSD(01), PTB(04), PPS(03), PSDC(01), PDT(01), PT(01) PST(01)	
MARANHÃO	106	PTB(09), PSD(10), PL(04), PMDB(25), PFL(35), PDT(01), PPB(04), PSDB(10), PSB(02), PST(03), PT(01), PRP(02).	
PARAÍBA	151	PSDB(18), PPB(14), PDT(08), PMDB(53), PTB(8), PFL(42), PPS(01), PRP(1), PSL(2), PRB(1), PL(02), PT(01).	

(Cont.)

ESTADO	Nº DE MUNICÍPIOS PARCEIROS	PARTIDO POLÍTICO DO PREFEITO	TOTAL GERAL DOS PARTIDOS POLITICOS DOS PREFEITOS
PERNAMBUCO	76	PMDB(21), PSB(17), PPB(02), PSDB(13), PPS(04), PFL(15) PTB(1), PSL(1), PHS(1), PSDC(1).	
PIAUI	71	PPS(05), PFL(22), PSDB(10), PPB(11) PT(01), PMDB(15), PL(01), PTB(05), PSB(01),	
RIO GRANDE DO NORTE	61	PMDB(18), PFL(07), PDT(02), PP(03), PTB(09), PSB(14), PSDB(04), PRB(03), PL(01).	
SERGIPE	47	PPS(06), PFL(09), PSDB(14), PPB(02), PMDB(13), PSB(02), PDT(01).	
TOCANTINS	03	PMDB(02), PSDB(01),	
RONDÔNIA	02	PMDB(01), PDT(01).	
RORAIMA	04	PSDB(01), PST(01), PTB(01), PPB(01)	
TOTAL	992		

Fonte: BRASIL. Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária. Avaliação Final: módulo XI janeiro-julho de 2002. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2003. 678 p. TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.org.br>>. Acesso em: jul. 2004. CNM. Confederação Nacional dos Municípios. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em: jul. 2004.

ANEXO 7

DEMONSTRATIVO DAS IES PARCEIRAS POR CATEGORIA
(UNIVERSIDADES, INSTITUTOS, FUNDAÇÕES, CENTROS,
ASSOCIAÇÕES E UNIDADES) COORDENADOR RESPONSÁVEL
E MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Categoria da IES	COORDENADOR DO PAS NA IES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA IES
Universidade Federal do Acre	Robson José Barros de Mendonça	Capixaba/AC, Feijó/AC. 02
Universidade Paulista	Rose Reis de Souza	Atakaia/AL, Limoeiro de Anadia/AL, São Bento do Trairi/RN, São Pedro do Potengi/RN. 04
Universidade de São Paulo	Stela Conceição Bertholo Piconez	Batalha/AL, Morada Nova/CE. 02
Universidade São Judas Tadeu	Eliane de Moura Silva	Belém/AL, Igaci/AL, Bacapeira/MA, Rosário/MA, Juru/PB, Lastro/PB, Tavares/PB. 07
Universidade Guarulhos	Conceição Aparecida Viúde Fernandes	Branquinha/AL, Fleixeiras/AL, Murici/AL, Novo Lino/AL, Conceição da Barra/ES, Ipameri/GO, Icatu/MA, Santo Amaro do Maranhão/MA, Caiçara do Rio dos Ventos/RN, São José do Mipibu/RN. 10
Universidade Federal de SC	Lineu Achneider	Canapi/AL. 01
Universidade Estadual do Ceará	Candido Bezerra da Costa Neto	Coqueiro Seco/AL, Bom Jesus da Lapa/BA, Boquira/BA, Candiba/BA, Ibipitanga/BA, Jaborandi/BA, Serra Dourada/BA, Acarape/BA, Acopiara/CE; Aiuaba/CE, Aquiraz/CE, Aracati/CE, Aratuba/CE, Baixio/CE, Arneiroz/CE, Baturité/CE, Banabuiu/CE, Beberibe/CE, Caridade/CE, Capistrano/CE, Canindé/CE, Carius/CE, Cascavel/CE, Cruz/CE, Eusébio/CE, Fortim/CE, Granja/CE, Guaraciaba do Norte/CE, Guaramiranga/CE, Horizonte/CE, Ibiapina/CE, Jucás/CE, Mucambo/CE, Pacajus/CE, Pacujá/CE, Pentecostre/CE, Pindoretama/CE, São Gonçalo do Amarante/CE, São Luis do Curu/CE, Trairi/CE, Umari/CE, Umirim/CE, Uruoca/CE, Bom Sucesso/PB, Catole do Rocha/PB, Pedra Branca/PB, Snata Helena/PB, Condado/PE, Vitória de Santo Antão/PE, Canavieiras/PI, Francisco Santos/PI, Governador Dixsept Rosado/RN, Pedra Preta/RN, Filadélfia/TO, Recursolândia/TO, Santa Maria do Tocantins/TO. 53
Universidade Federal de Alagoas	Ana Maria Bastos Costa	Coruripe/AL, Maribondo/AL, Minador do Negrão/AL, Quebrângulo/AL, Voçosa/AL. 05
Universidade Anhembi Morumbi	Maria Salete da Costa	Delmiro Gouveia/AL, São Brás/AL. 02
Universidade do Grande Rio	Olivia Maria Rodrigues Galvão	Dois Riachos/AL, Jaramataia/AL. 02
Universidade Federal de Viçosa	Maria do Carmo Fontes	Feira Grande/AL, Maragogi/AL, Porto Calvo/AL. 03
Universidade Federal do Paraná	Carmen Sá Brito Sigwalt	Girau do Ponciano/AL, Castro Alves/BA, São Felipe/BA. 03
Universidade do Oeste do Paraná	Noeli Terezinha Unser	Igreja Nova/AL, Porto Real do Colégio/AL. 02
Universidade Estadual de Campinas	Sylvia Bueno Terzi	Inhapi/AL, Olho D'água do Casado/AL. 02
Universidade Bráz-Cubas	Alice Rude Horle Martins	Joaquim Gomes /AL, Matriz de Camaragibe/AL, Santana do Mundaú/AL, Divino de São Lourenço/ES, Dores do Rio Preto/ES. 05

Categoria da IES	COORDENADOR DO PAS NA IES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA IES
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Mirian Martins Sozim	Jundiá/AL, Mar Vermelho/AL, Marechal Deodoto/AL, Pindoba/AL, São Miguel dos Milagres/AL, Córrego do Ouro/GO, Iporã/GO, Palestina de Goiás/GO, Santa Fé de Goiás/GO, Aliança/PE, Buenos Aires/PE, Camutanga/PE, Casinhas/PE. 13
Universidade do Rio de Janeiro	Antônia Barbosa Pincano	Lagoa da Canoa/AL, Baliza/GO, Inajá/PE. 03
Universidade Federal de Minas Gerais	Gladys Agmar Sá Rocha	Maravilha/AL, Mata Grande/AL, Araçuaí/MG, Ladainha/GO. 04
Universidade Salvador	Claudia Maria de Andrade e Silva	Messias/AL, Pilar/AL, Araças/BA, Cafarnaum/BA, Lapão/ BA, Ouriçangas/BA. 06
Universidade Mackenzie	Maria de Fátima Chassot	Palmeira dos índios/AL, São Sebastião/AL. 02
Universidade Federal de São Paulo	Catharina Maria Wilma Brandi	Poço das Trincheiras/AL, São José da Tapera/AL Senador Rui Palmeira/AL. 03
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Flora de Paoli Faria	São Luis do Quitunde/AL, Adelândia/GO. 02
Universidade do Grande ABC	Umbelina Bastos Ischiara	Taquarana/AL, Tacaratu/PE, Tamandaré/PE. 03
Universidade do Estado da Bahia	Luciene Ribeiro Souza	Autazes/AM, Andaraí/BA, Aratuípe/BA, Baianópolis/BA, Cairu/BA, Campo Alegre de Lourdes/BA, Macururé/BA, Maraú/BA, Marcionílio Souza/BA, Quixabeira/BA, Remanso/BA, Ribeira do Amparo/BA, Sento Sé/BA, Uauá/BA, Água Doce do Norte/ES, BA, Carinhonha/BA, Coaraci/BA, Côcos/BA, Correntina/BA, Cotegipe/BA, Cristópolis/BA, Gongogi/BA, Iramaia/BA, Ituaçu/BA, Alvorada do Norte/GO, Avelinópolis/GO, Barro Alto/GO, Bom Jardim de Goiás/GO, Cabeceiras/GO, Campinorte/GO, Campos Belos/GO, Cristalina/GO, Crixás/GO, Doverlândia/GO, Formoso/GO, Goianésia/GO, Guarani de Goiás/GO, Iaciara/GO, Itapaci/GO, Luziânia/GO, Mambai/GO, Mara Rosa/GO, Montes Claros de Goiás/GO, Montevidiu/GO, Montividiu do Norte/GO, Niquelândia/GO, Nova América/GO, Nova Crixas/GO, Nova Glória/GO, Paranaiguara/GO, Piracanjuba/GO, Piranhas/GO, Posse/GO, Professor Jamil/GO, Rianópolis/GO, Rio Verde/GO, Santa Helena de Goiás/GO, Santa Izabel/GO, Santa Rita
Universidade do Estado da Bahia	Luciene Ribeiro Souza	Do Araguaia/GO, São Simão/GO, Simolândia/GO, Três Ranchos/GO, Trombas/GO, Cajapió/MA, Pindaré Mirim/MA, Santana do Maranhão/MA, São Vicente Ferrer/MA, Satubinha/MA, Vitória do Mearim/MA, Abel Figueiredo/PA, Anapu/PA, Brejo Grande do Araguaia/PA, Eldorado Dos carajás/PA, Parauapebas/PA, Primavera/PA, Rondon Do Pará/PA, Santana dos Garrotes/PB, Guaribas/PI,

Categoria da IES	COORDENADOR DO PAS NA IES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA IES
Universidade Estadual de Montes Claros	Lourdes de Freitas Drumont Bento	Borba/AM, Barra da Estiva/BA, Urandi/BA, Piquet Carneiro/CE, Solonópolis/CE, Aparecida de Goiânia/GO, Bela Vista de Goiás/GO, Goianira/GO, Hidrolândia/GO, Trindade/GO, Almenara/MG, Cristália/MA, Joáima/MA, Ninheira/MG, São João do Paraíso/MG, Glória do Goiatá/PE, Machados/PE, São Vicente Férrer/PE, Vertentes/PE, São Miguel do Fidalgo/PI,
Universidade Federal de Rondônia	Vilma Avilla da Silva A. Vigiato	Careiro da Várzea/AM, São Francisco do Guaporá/RO,
Universidade Santa Cecília	Fábio Giordano	Itamaratu/AM, Ipu/CE, Pires Ferreira/CE, Poço Dantas/PB, Santarém/PB, Águas Belas/PE,
Universidade Estadual de Feira de Santana	Maria das Graças Araújo	Acajutiba/BA, Adustina/BA, Antonio Cardoso/BA, Baixa Grande/BA, Xanudos/BA, Capim Grosso/BA, Gavião/A, Heliópolis/BA, Ipecaeta/BA, Ipirá/BA, Itanagra/BA, Jeremoabo/BA, Jiquiriri/BA, Laje/BA, Mairi/BA, Mundo Novo/BA, Presidente Tancredo Neves/BA, Rafael Jambeiro/BA, Santa Inês/BA, São José do Jacuípe/BA, São Miguel das Matas/BA, Teofilândia/BA, Serra Preta/BA, Várzea da Roça/BA,
Universidade do Oeste de Santa Catarina	Magali Beatriz Augusto	Água Fria/BA, Lamarão/BA, Olindina/BA, Limoeiro do Ajuru/PA, Muaná/PA,
Universidade do Vale do Itajaí	Sueli Anacleto	Alcobaça/BA, Chorrochó/BA, Curaça/BA, Glória/BA, Lençóis/BA,
Universidade Estadual de Santa Cruz	Yasmine Habib Silva Camera	Almadina/BA, Apuarema/BA, Arataca/BA, Barra do Rocha/BA, Buerarema/BA, Camamu/BA, Caravelas/BA, Cipó/BA, Ibitapitanga/BA, Ibirataia/BA, Igrapiúna/BA, Ilhéus/BA, Jitaúna/BA, Mascote/BA, Mutuipe/BA, Nazaré/BA, Nova Canaã/BA, Pau Brasil/BA, Ruy Barbosa/BA, Santa Terezinha/BA, São José as Vitórias/BA, Ubaíra/BA, Ubaíra/BA, Uruçuca/BA,
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Sheila Cristina Furtado Sales	Anagé/BA, Aracatu/BA, Belmonte/BA, Belo Campo/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Caetité/BA, Inhambupe/BA, Itagibá/BA, Itapicuru/BA, Itaquara/BA, Itiruçu/BA, Macarani/BA, Piripá/BA, Planalto/BA, Poções/BA, Presidente Jânio Quadros/BA,
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Alexandra Ferronato Beatrici	Andorinha/BA, Monte Santo/BA, Araguapaz/GO, Mozarlândia/GO, Bela Vista do Maranhão/MA,
Universidade de Cruz Alta	Loni Sebastião	Antas/BA, Alto do Rodrigues/PI,
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Maria Conceição Pillon Christófoli	Araci/BA, Crisópolis/BA, Rio Real/BA, Areia de Baraúna/PB, Cacimba de Areia/PB,

Categoria da IES	COORDENADOR DO PAS NA IES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA IES
Universidade Federal da Bahia	Uilma Rodrigues de Matos Amazonas	Barra do Choça/BA, Cabaceiras do Paraguaçu/BA, Caldeirão Grande/BA, Coronel João Sá/BA, Filadelfia/BA, Itaguaçu da Bahia/BA, Manoel Vitorino/BA, Maragogipe/BA, Mucuri/BA, Ourolândia/BA, Paripiranga/BA, Saúde/BA, Tapiramutá/BA, Umburanas/BA, Wenceslau Guimarães/BA,
Universidade do Vale do Paraíba	Maria Valdelis Nunes Pereira	Boa Nova/BA, Catiba/BA, Carnaubal/CE, Coreau/CE, Forquilha/CE, Meruoca/CE, São Benedito/CE, Bacuri/MA,
Universidade de Caxias do Sul	José Dario Perondi	Cicero Dantas/BA, Fátima/BA, São José do Bonfim/PB,
Universidade de Passo Fundo	Maria Helena de Oliveira	Euclides da Cunha/BA, Ribeira do Pombal/BA, Tucano/BA,
Universidade de Cuiabá	Rosa Maria Jorge Persona	Guaratinga/BA, Nossa Senhora do Livramento/MT,
Universidade Salgado filho	Luiz Fernando Queiroz	Ibicaraí/BA, Itamaraju/BA, Amontada/CE, Aracoiaba/CE, Chorozinho/CE, Itapipoca/CE, Francisco Macedo/PI, Padre Marcos/PI, Picos/PI,
Universidade Federal de São João Del Rei	Mauro Nuno dos Reis	Ribeirão do Largo/BA,
Universidade Regional do Cariri	José Nilton de Figueiredo	Abaiara/CE, Aurora/CE, Barro/CE, Brejo Santo/CE, Jati/CE, Mauriti/CE, Penaforte/CE, Potengi/CE, Verdejante/PE, Inhumas/PI,
Universidade Federal do Ceará	Francisco de Assis Melo Lima	Acarape/CE, Altaneira/CE, Antonina do Norte/CE, Araripe/CE, Assaré/CE, Barreira/CE, Campos Sales/CE, Jaguaruana/CE, Maracanaú/CE, Maranguape/CE, Nova Olinda/CE, Ocara/CE, Pacatuba/CE, Palhano/CE, Palmácia/CE, Paraipaba/CE, Redenção/CE, Saboeira/CE, Salitre/CE, Santana do Cariri/CE,
Universidade Estadual do Vale do Acaraú	Rejane Maria Gomes da Silva	Alcântaras/CE, Massapê/CE, Senador Sá/CE, Sobral/CE, Viçosa do Ceará/CE, José de Freitas/PI,
Universidade Católica de Brasília	José Leão da Cunha Filho	Choró Limão/CE, Ibaretama/CE, Quixadá/CE, Águas Lindas de Goiás/GO, Cocalzinho de Goiás/GO, Santo Antônio do Descoberto/GO, Cural de cima/PB, Jacaraú/PB, Logradouro/PB, Mamanguape/PB, Salgado de São Félix/PB,
Universidade Metodista de São Paulo	Lindamir Cardoso Vieira Oliveira	Frecheirinha/CE, Tianguá/CE, Ubajara/CE,
Universidade Federal de Uberlândia	Gercina Santana Novais	Ipaporanga/CE, Várzea Alegre/CE,
Universidade Norte do Paraná	Joaquim de Medeiros Neto	Ipaumirim/CE, José da Penha/RN,
Universidade de Fortaleza	Randal Martins Pompeu	Iracema/CE, Jenipapo dos Vieiras/MA,
Universidade Veiga de Almeida	Maria Helena Coutinho Ricardo	Irauçuba/CE
Universidade Federal da Paraíba	Bernardina Silva de Carvalho	Colatina/ES, São Gabriel da Palha/ES, Castelândia/GO, Carmo do Rio Verde/GO, Faina/GO, Rialma/GO, Alhandra/PB, Cacimba de Dentro/PB, Cuité/PB, Cuitegi/PB, Juazeirinho/PB, Massaranduba/PB, Picuí/PB, Seridó/PB,

Categoria da IES	COORDENADOR DO PAS NA IES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA IES
Universidade Católica de Goiás	Célia Barbosa Modes Neiva	Abadia de Goiás/GO, Caldas Novas/GO, Corumbá de Goiás/GO,
Universidade Estadual de Goiás	Elson Marcolino da Silva	Abadiania/GO, Alexania/GO, Nerópolis/GO, Petrolina de Goiás/Goiás/GO, Pirenópolis/Go, Vianópolis/GO, Anajatuba/GO, Centro Novo do Maranhão/MA, Afonso Bezerra/PI, Tibau do Sul/RN,
Universidade Estadual Paulista	Kátia Regina Coutinho Pirvano	Alto Paraíso de Goiás/GO, Buritinópolis/GO, Colinas do Sul/GO, Cidelândia/MA, Davinópolis/MA, Itabaianinha/SE, Itabi/SE, Itaporanga D'ajuda/SE, Japoatã/SE, Lagarto/SE, Macambira/SE, Malhador/SE, Monte Alegre de Sergipe/SE, Muribeca/SE, Neópolis/SE, Nossa Senhora Aparecida/SE, Nossa Senhora da Glória/SE, Nossa Senhora das Dores/SE, Nossa Senhora de Lourdes/SE, Pacatuba/SE, Pedrinhas/SE,
Universidade Católica de Pelotas	Leonilda Polnow Bassi	Anicuns/GO, Nazario/GO, Desterro/PB, Mãe D'agua/PB, Taperoá/PB, Teixeira/PB,
Universidade Federal de Goiás	Keila Marcia Ferreira de Macêdo	Caiapônia/GO,
Universidade Federal de Santa Maria	Kátia Regina Coutinho Piravano	Davinópolis/GO, Goiás/GO, Palmeiras de Goiás/GO, Palminópolis/GO, Governador Nunes Freire/MA, Junco do Maranhão/MA, Cabo de Santo Agostinho/PE, Sanharó/PE, Alegrete do Piauí/PE, Cxaldeirão Grande Do Piauí/PI, Flores do Piauí/PI, Pavussu/PI, Pio IX/PI, São Julião/PI,
Universidade Metodista de Piracicaba	Francisco Negrini Romero	Diorama/GO, Jussara/GO, Barra de Alcantara/PE, Caraú Bas do PI, Caridade do Piauí/PI, Caxingó/PI, Fartura do Piauí/PI, Curral Novo do Piauí/PI, Queimada Nova/PI,
Universidade Luterana do Brasil	Raquel Usevicius Hahn	Silvânia/GO, Mucajaí/RO,
Universidade Federal do Maranhão	Ana Helena Carmo Souza	Afonso Cunha/MA, Belágua/MA, Cachoeira Grande/MA, Codó/MA, Milagres do Maranhão/MA, Presidente Vargas MA, Santa Inês/MA, Santa Luzia/MA, Urbano Santos/MA

Categoria da IES	COORDENADOR DO PAS NA IES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA IES
Universidade Estadual do Maranhão	Deuzimar Serra Araújo	Água Doce do Maranhão/MA, Aldeias Altas/MA, Alto Parnaíba/MA, Amarante do Maranhão/MA, Altamira do Maranhão/MA, Anapurus/MA, Balsas/MA, Barra do Corda/MA, Bernardo do Mearim/MA, Bom Lugar/MA, Buritirana/MA, Campestre do Maranhão/MA, Capinzal Do Norte/MA, Coelho Neto/MA, Colinas/MA, Coroatá/MA, Estreito/MA, Fernando Falcão/MA, Feira Nova do Maranhão/MA, Fortaleza dos Nogueiras/MA, Gonçalves Dias/MA, Governador Edison Lobão/MA, Governador Luis Rocha/MA, Graça Aranha/MA, Grajaú/MA, Imperatriz/MA, Itaipava do Grajaú/MA, Itinga do Maranhão/MA, João Lisboa/MA, Lajeado Novo/MA, Lima Campos/MA, Luis Domingues/MA, Mata Roma/MA, Matões/MA, Mirador/MA, Miranda do Norte/MA, Montes Altos/MA, Nova Colinas/MA, Parnarama/MA, Porto Franco/MA, Presidente Sarney/MA, Primeira Cruz/MA, Ribamar Fiquene/MA, Sambaíba/MA, Santa Filomena do Maranhão/MA, Santo Antonio dos Lopes/MA, São Dsomingos do Azeitão/MA, São Francisco do Brejão/MA, São João do Paraíso/MA, São João do Sorter/MA, São José dos Basílios/MA, São Pedro da água Branca/MA, São Pedro dos Crentes/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, Sernador la Roque/MA, Sucupira do Norte/MA, Tasso Fragoso/MA, Timbiras/MA, Trizidela do Vale/MA, Turilândia/MA, Vila Nova dos Martírios/MA, Vitorino Freire/MA, Madeiro/PI,
Universidade de Brasília	Antonia Célia Barros Lins Bonfim	Araioses/MA, Paulino Neves/MA,
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Aurea Silva Nascimento	Brejo de Areia/MA, Baia da Tradição/PB, Capim/PB,
Universidade Católica Dom Bosco	Raimundo Nonato Teixeira	Lago da Pedra/MA, Garrafão do Norte/PA,
Universidade Federal do Pará	Nazaré Serrat Santos Diniz	Altamira/PA, Bom Jesus do Tocantins/PA, Breves/PA, Jacundá/PA, Marabá/PA, Piçarra/PA, Porto de Moz/PA, Tailândia/PA, Presidente Médici/RO,
Universidade da Amazônia	Vilvia Benites Guimarães	Bonito/PA, Chaves/PA, Melgaço/PA,
Universidade Católica de Santos	Draúzio Costa Pires de Campos	Alcantil/PB, Barra de Santana/PB, Boqueirão/PB, Gado Bravo/PB, Bom Conselho/PE, Lagoa dos Santos/PE,

Categoria da IES	COORDENADOR DO PAS NA IES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA IES
Universidade Estadual da Paraíba	Eliane de Moura Silva	Amparo/PB, Bananeiras/PB, Belém/PB, Bonito de Santa Fé/PB, Borborema/PB, Brejo dos Santos/PB, Camalaú/PB, Caldas Brandão/PB, Casserengue/PB, Caturité/PB, Cubatí/PB, Cuité de Mamanguape/PB, Diamante/PB, Duas Estradas/PB, Emas/PB, Esperança/PB, Fagundes/PB, Guarabira/PB, Gurinhem/PB, Ibiara/PB, Imaculada/PB, Itapororoca/PB, Junco do Siridó/PB, Lagoa/PB, Lagoa de Dentro/PB, Manaira/PB, Olho D'agua/PB, Olivedos/PB, Paulista/PB, Pedra Lavrada/PB, Pedro Régis/PB, Piancó/PB, Pilões/PB, Pilõesinhos/PB, Pocinhos/PB, Prata/PB, Riacho Dos Cavalos/PB, Riacho de STº Antonio/PB, Quixaba/PB, Rio Tinto/PB, Salgadinho/PB, Santa Cecília/PB, Santana De Mangueira/PB, São José do Sabugi/PB, São José dos Ramos/PB, São Miguel de Raipu/PB, São Sebastião do Um Buzeiro/PB, Sapé/PB, Serraria/PB, Sumé/PB, Umbuzeiro/PB, Zabelê/PB,
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Neiva Costa Tonelli	Araruna/PB, Campo de Santana/PB, Dona Inês/PB, Solânea/PB,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Livaldina Maria Gurgel de Azevedo	Cacimbas/PB, Bodó/RN, Galinhos/RN, Goianinha/RN, Guamaré/RN, Japi/RN, João Câmara/RN, Marcelino Vieira/RN, Messias Targino/RN, Montanhas/RN, Monte Alegre/RN, Monte das Gameleiras/RN, Paraú/RN, Parazinho/RN, Passa e Fica/RN, Pedro Velho/RN, Santana do Matos/RN, Santo Antonio/RN, São José do Campestre/RN,
Universidade Federal de Ouro Preto	Aracely Lucia Romano V. de Melo	Itabaiana/PB, Juripiranga/PB, Pedras de Fogo/PB, Pilar/PB,
Universidade do Oeste Paulista	Afife Salim Sarquis Fazano	Ingá/PB, Carnaubais/RN, Caiçara do Norte/RN,
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Maria Vera Lucia Fernandes Santos	São José da Lagoa Tapada/PB, Brejinho/RN, Luis Go-Mrs/RN,
Universidade Federal de Pernambuco	Beatriz de Barros de Melo e Silva	Agrestina/PE, Amaragi/PE, Carnaubeira da Penha/PE, Granito/PE, Itaíba/PE, Iati/PE, Jataúba/PE, Lagoa Grande/PE, Orobó/PE, Moreilândia/PE, Orocó/PE, Paudalho/PE, Primavera/PE, Saloá/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, Serrita/PE, Vicência/PE,
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Esmeralda Simões Araújo	Altinho/PE, Angelim/PE, Brejo da Madre de Deus/PE, Calçado/PE, Capoeiras/PE, Jucati/PE, Jupi/PE, Tacaimbó-PE,
Universidade Castelo Branco	Maisa dos Reis Quaresma	Buique/PE, Riacho das Almas/PE,

Categoria da IES	COORDENADOR DO PAS NA IES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA IES
Universidade Federal do Piauí	Catarina de Sena Sirqueira M. da Costa	Barro Duro/PI, Boqueirão do Piauí/PI, Brejo do Piau/PI, Cajazeira do Piauí/PI, Cajueiro da Praia/PI, Campo Alegre Do Fidalgo/PI, Conceição do Canindé/PI, Cocal dos Alves/PI, Coronel José Dias/PI, Esperantina/PI, Francinópolis/PI, Jacobina do Piauí/Pi, Joaquim Pires/PI, Joca Marques/PI, Luis Correia/PI, Luzilândia/PI, Pajeu do Piauí/PI Piri-piri/PI, Regeneração/PI, Ribeira do Piauí/PI, Santa Cruz dos Milagres/PI, Santa Rosa do Piauí/PI, São Brás Do Piauí/PI, São Félix do Piauí/PI, São João do Arraial/PI, São João do Piauí/PI, São Jsé do Peixe/PI, São Lourenço Do Piauí/PI, Tamboril do Paiuí/PI, São Raimundo Nonato/PI,
Universidade Santa Úrsula	Ruth Levi Zindeluk	Caracol/PI, Jurema/PI,
Universidade Potiguar	Dicla Naare da Silva	Coronel Ezequiel/RN, Paraná/RN, Pedra Grande/RN, Senador Eloi de Souza/RN, Serra de São Bento/RN, Ser-Rinha/RN, Venha-Ver/RN.
Universidade de Taubaté	Maria Teresa de Moura Ribeiro	Lagoa Salgada/RN,
Universidade Federal de Sergipe	José Genivaldo Martires	Areia Branca/SE, Aquidaban/SE, Barra dos Coqueiros/SE, Brejo Grande/SE, Campo do Brito/SE, Canhoba/SE, Capela/SE, Carira/SE, Cumbe/SE, Divina Pastora/SE, Gararu/SE, Graccho Cardoso/SE, Ilha das Flores/SE, Itabi/SE, Itaporanga D'ajuda/SE, Japoatã/SE, Lagarto/SE, Macambira/SE, Malhador/SE, Monte Alegrree de Sergipe/SE, Muribeca/SE, Neópolis/SE, Nossa Senhora Aparecida/SE, Nossa Senhora da Glória/SE, Nossa Senhora das Dores/SE, Nossa Senhora de Lourdes/SE, Pacatuba/SE, Pedrinhas/SE, Pinhão/SE, Poço Redondo/SE, Poço Verde/SE, Porto da Folha/SE, Riachão do Dantas/SE, Riachuelo/SE, Rosa-
Universidade Federal de Sergipe	José Genivaldo Martires	Rio do Catete, Salgado/SE, São Domingos/SE, São Miguel do Aleixo/SE, Simão Dias/SE, Telha/SE, Tobias Barreto/SE, Tomar do Geru/SE, Umbaúba/SE.
Universidade Tiradentes	Gilton Kennedy Souza Fraga	Boquim/SE, Feira Nova/SE, Pedra Mole/SE.
FACULDADES	COORDENADOR RESPONSÁVEL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA FACULDADE
Faculdades Interlagos	Pedro Denizete da Silva	Jordão/AC, Fonte Boa/AM, Jutai/AM, Tefé/AM,
Faculdade Latinoamericana de Educação	Maria Célia Rodrigues Cavalcante	Campestre/AL, Apuí/AM, Itarema/CE, Cachoeira AIta/GO, Ceres/GO, Jaraguá/GO, Uruana/GO, São João Do Rio do Peixe/PB, Souza/PB, São José do Belmonte/PE, Bom Jesus/PI, Nazaré do Piauí/PI, Oeiras/PI, Santo Antonio de Lisboa/PI, Várzea Grande/PI,

FACULDADES	COORDENADOR RESPONSÁVEL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA FACULDADE
Faculdade Padrão	José Xavier Rodovalho	Aiquara/BA, Brejões/BA, Mulungu do Morro/BA, Aruanã/GO, Santa Terezinha de Goiás/GO, São Miguel do Araguaia/GO, Itapetim/PE, Tabira/PE, Timbaíba/PE,
Faculdade Santa Amélia	Márcia Filipak	Ibicuí/BA, Potiraguá/BA, Ubaitaba/BA, Ubatã/BA,
Faculdade Associada de Cotia	Célia Regina de Lara	Itupera/BA, Serra Talhada/PE, Amajari/RO,
Faculdades Integradas de Varzea Grande	Raimundo Caetano da Silva	Nova Viçosa/BA, Porto Seguro/BA, São João do Cariri/PB, São José dos Cordeiros/PB, Baecelona/RN, Pendências/RN,
Faculdade Internacional de Curitiba	Jane Gracia Dacorso	Paramirim/BA, Santa Luzia do Pará/PA, Patu/RN,
Faculdade de Educação de São Luis	Iramar Honorio Ferreira de Freitas	Queimadas/BA, Santa Bárbara/BA, Santa Luz/BA, Itaguari/GO, Jesupolis/GO, São Francisco de Goiás/GO, Taguaral de Goiás/GO, Alagoinha/PB, Areia/PB,
Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul	Isamaria Guimarães	Apuiarés/CE, Bela Cruz/CE, Marco/CE, Paramoti/CE, Anápolis/GO, Cezarina/GO, Goianápolis/GO, Guapo GO, Itajá/GO, Teresópolis de Goiás/GO, Candido Mendes/MA, Carutapera/MA, Godofredo Viana/MA, Ipixuna do Pará//PA, Paragominas/PA, Marcolândia/PI,
Faculdades Unidas de Itumbiara	José Marcio Margonari Borges	Graça/CE, Reriutaba/CE, Varjota/CE, Buriti Alegre/GO, Cachoeira Dourada/GO, Corumbaba/GO, Gouvelândia/GO, Marzagão/GO, Panamá/GO, Maraial/PE,
Faculdades Integradas Maria Imaculada	Therezinha Perez	Tururu/CE, Uruburetama/CE, Serra da Raiz/PB, Sertão-Zinho/PB,
Faculdade São Camilo	Maria das Graças Freire de Oliveira	Águia Branca/ES, Boa Esperança/ES, Cachoeira do Pi-Riá/PA, Viseu/PA,
Faculdade de Filos. Ciênc. L. de Alegre	Rosangela Junger de Oliveira	Alegre/ES,
Faculdade Estadual de Filos. Ciênc. E L. de Paranaguá	Walter Guimarães da Silva	Brejetuba/ES, Ibatiba/ES, Crominia/GO, Mairipotaba/GO,
Faculdades SPEI	Monalisa de Lourdes Serpe	Araçu/GO, Itauçu/GO, Águas Vermelhas/MG, Curral De Dentro/MG,
Faculdades Integradas Maria Thereza	Anesia Maria Costa Gillio	Aragoiânia/GO, Guaraita/GO, Varjão/GO,
Faculdade de Ed. Ciênc. E Artes Dom Bosco de Montes Aprazível	Mara Constant Meireles da Silva	Estrela do Norte/GO, Mutunópolis/GO, Santa Tereza De Goiás/GO, Aguiar/PB, Igaracy/PB, Serra Grande/PB,
Faculdades Integradas de Patrocinio	Érica Maria de Souza Vissogi	Goiatuba/GO,
Faculdades Regional (Campus UNIPAC)	Luiza Helena Marangoni Pereira	Orizona/GO, Pires do Rio/GO, Urutai/GO, Brejo do Cruz/PB, Jericó/PB, Mato Grosso/PB, Pararí/PB, São Bentinho/PB, Soledade/PB,
Faculdade de Educação da Terra de Brasília	Adalberto Grassi Carvalho	Teresina de Goiás/GO,
Faculdades da Fundação Ed. de Mococa	Ivanilde Moreira de Souza	Boa Ventura/PB,
Faculdade Hoyler de Pedagogia	Ludmila Covallero Renck	Cajazeirinhas/PB, Passagem/PB,

FACULDADES	COORDENADOR RESPONSÁVEL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA FACULDADE
Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã	Elizete Cardoso	Damião/PB, Mogeiro/PB.
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Itapetininga	Inaziuda Batista Ribeiro	Triunfo/PB, Uiraúna/PB, Cabrobó/PE, Santa Cruz/PE,
Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central	Maria Helena Lima Silva	Água Preta/PE, Gameleira/PE,
Faculdade Auxilium de Filos. Ciênc. E Letras	Rachel Souza Franco	São José da Coroa Grande/PE, Sirinhaem/PE,
Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã	Enedina Ramos da Luz	Arraial/PI, Castelo do Piauí/PI, Antonio Martins/RN,
Faculdade Estadual de Filos. Ciênc. E L. de União da Vitória	Carlos Celso Senft	Geminiano/PI, Isaias Coelho/PI, Monsenhor Hipolito/ PI, Santa Cruz do Piauí/PI, São Francisco de Assis/PI, São João da Cana Brava/PI, São Luis do Piauí/PI, Vera Mendes/PI,
Faculdade de Educação Thereza Porto Marques	Izabel Christina Marques	Ceará Mirim/RN,
Faculdade Pio Décimo	Ana Maria Lourenço de Azevedo	Frei Paulo/SE
Faculdade Decisão	Francisco Gilvan Lima Moreira	Belo Jardim/PE, Bom Jardim/PE, Canhotinho/PE, Es- Cada/PE, Feira Nova/PE, Ferreiros/PE, Goiana/PE, Surubim/PE, Itaquitinga/PE, Macaparana/PE, Palmares/PE, Pes-Queira/PE, Xexéu/PE,
INSTITUTOS	COORDENADOR RESPONSÁVEL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO INSTITUTO
Instituto Tecsona	Maria Angela de Moraes Cardoso	Campo Alegre de Goiás/GO, São Miguel do Passo Quatro/GO,
Instituto Cultural e Educacional de Sarandi	Neide de Almeida Laça Galvão Fávoro	Firminópolis/GO, Ivolândia/GO,
Instituto Metodista Bennett	Julia Baptista Leão	Taipu/RN
Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa	Mirian Assunção Tazem Salgueiro	Dom Basílio/BA, Livramento de NS ^a do Brumado/ BA, Nova Itarana/BA, Planaltino/BA,
FUNDAÇÕES	COORDENADOR	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS FUNDAÇÕES
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	Tereza Lúcia Costa Melo	Anadia/AL, Arapiraca/AL, Campo Alegre/AL, Carneiros/AL, Estrela de Alagoas/AL, Ouro Branco/AL, Palestina/AL, Olho D'agua das Flores/AL, Pão de Açúcar/AL, Tanque D'arca/AL,
Fundação Educacional Machado	Gilca Maria Almeida Costa	Farias Brito/CE, Lavras da Mangabeira/CE, Tarrafas/CE,
Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso	Rosane Salette Freytag	Guarinos/GO, Mundo Novo de Goiás/GO, São Luis Do Norte/GO, Esperantinópolis/MA, Joselândia/MA, São Raimundo do Doca/MA, São Roberto/MA,

FUNDAÇÕES	COORDENADOR	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS FUNDAÇÕES
Fundação de Ensino Superior de Rio Verde	Delma das Graças Silva Viana	Santo Antonio da Barra/GO,
Fundação Educacional Nordeste Mineiro	Berenice Nunes Soares	Água Boa/MG,
Fundação Educacional de Patos de Minas	Neuza Helena de Queiroz Borges	Felisburgo/MA,
Fundação Educacional Nordeste Mineiro	Berenice Nunes Soares	Poté/MG,
FUNDAÇÕES	COORDENADOR	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS FUNDAÇÕES
Fundação Francisco Mascarenhas	Elzenir Pereira de Oliveira Almeida	Alagoa Grande/PB, Alagoa Nova /PB, Belém do Brejo do Cruz/PB, Bom Jesus/PB, Cachoeira dos Índios/PB, Carrapateira/PB, Catingueira/PB, Curral Velho /PB, Itatuba/PB, Lucena/PB, Marcação/PB, Marizópolis/PB, Mataraca/PB, Nazarezinjho/PB, Poço de José de Moura/PB, Pombal/PB, Queimadas/PB, Santa Cruz/PB, Santa Terezinha/PB, São Bento/PB, São José Da Princesa/PB, Serra Redonda/PB, Vieirópolis/PB, Brejinho/PE, Santa Terezinha/PE, Angicos/RN, Apodi/RN, Cerro Corá/RN, Jardim de Piranhas/RN, Olho D'agua do Borges/RN, Pilões/RN, São Fernando/RN, São Rafael/RN, Serra do Mel/RN, Umarizal/RN,
Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista	Fernando Marciano de Oliveira	Jucurutu/RN, Serra Negra do Norte/RN,
Fundação Educacional Severino Sombra	Magda Elaine Sayão Capute Cabral	Rorainópolis/RO, Uiramutã/RO.
Fundação Alto Uruguai para pesquisa e o Ensino superior	Everson Paulo Fogolari	Jaguarari/BA, Senhor do Bonfim,/BA, Mato Verde/MG, Verdelândia/MG,
CENTROS	COORDENADOR RESPONSÁVEL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELOS CENTROS
Centro Universitário Central Paulista	Wilson Wady Cury	Abaré/BA, Algodão de Jandaíra/PB, Congo/PB, São Paulo do Potengi/RN, Várzea/RN.
Centro U. Rio Preto	Anete Maria Lucas Veltroni	Boninal/BA, Rio dos Pires/BA,
Centro Universitário do Norte Paulista	Antônio Fábrica Ferreira	Bonito/BA, Ourem/PA, São Domingos do Capim/PA, Livramento/PB, Santa Rita/PB, Ipojuca/PE, Passira/PE, Ri Formoso/PE, Sairé/PE, Lagoa de São Francisco/PI, Milton Brandão/PI, Murici dos Portelas/PI,
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Maria Auxiliadora Jacy	Ibotirama/BA, Ibitiara/BA, Santa Cruz da Vitória/BA,
Centro Universitário UNIVATES	Dorli Maria Schneider	Ecoporanga/ES, Montanha/ES, Cantá/RO,
Centro de Ensino Superior de Catalão	Clotildes de L. S. Japiassu Holanda	Catalão/GO, Pedro II/PI,
Centro Universitário Nove de Julho	Valdessara Bertolino	Damianópolis/GO,

CENTROS	COORDENADOR RESPONSÁVEL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELOS CENTROS
Centro Universitário do Triângulo Mineiro	Maria José Junho Sologurem	Governador Archer/MA, Morros/MA, Presidente Jucelino/MA, São Francisco do Maranhão/MA,
Centro Universitário Claretiano	Neida Ferreira Pinto	Lago dos Rodrigues/MA,
Centro Universitário Adventista de São Paulo	Ednice Oliveira Burlandy	São Domingos do Araguaia/PA, Jaçana/RN,
Centro Universitário de João Pessoa	Sandra Maria Dias Queiroz	Aroeiras/PB, Naruba/PB,
Centro Universitário Barão de Mauá	José Luiz Jurioli	Remígio/PB, Canguaretama/RN,
Centro Universitário Assunção	Eduardo Tadeu Pereira	Bom Jesus do Norte/ES, São José do Calçado/ES, Autilândia/GO, Jandaia/GO,
ASSOCIAÇÕES	COORDENADOR RESPONSÁVEL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO INSTITUTO
Associação Limeirense de Educação	Elisabete Vincensi Gabbi	Japaratinga/AL, Passo de Camaragibe/AL, Itapiúna/CE; Itaguaçu/ES,
Associação de Ensino de Botucatu	Nilza A . Figueiredo Fgranklin	Cariré/CE, Cratéus/CE,
UNIDADE	COORDENADOR RESPONSÁVEL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA UNIDADE
Unidade de Ensino S. Ingá	Hilda Massako Taura	Matrinchã/GO,

Fonte: BRASIL. Conselho da Comunidade Solidária. Programa Alfabetização Solidária. Avaliação Final: Módulo XI janeiro-julho de 2002. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2000. 48 p.